



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA**



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea-PA
Unidade Jurisdicionada Agregada

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Belém - PA, 2017.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea-PA
Unidade Jurisdicionada Agregada

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e 72/2013, da DN TCU nº 154/2016, Portaria CGU 522/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Contabilidade e Controladoria.

Unidades responsáveis pela elaboração do Relatório de Gestão

Belém - PA, 2017.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2- VISÃO GERAL

- 2.1. Finalidades e competências
- 2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da entidade
- 2.3. Breve histórico da entidade
- 2.4. Organograma

3- PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

- 3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício
 - 3.1.1.1. Objetivos estratégicos
 - 3.1.1.2. Diretrizes de gestão 2016-2018
- 3.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

3.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

- 3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
- 3.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos
- 3.3.3. Informações sobre a realização das receitas
- 3.3.4. Informações sobre a execução das despesas
 - 3.3.4.1. Despesa por grupo e elemento de despesas
 - 3.3.4.2. Análise crítica da realização da despesa

3.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

- 3.4.1. Ações das atividades finalísticas
 - 3.4.1.1. Câmaras Especializadas
 - 3.4.1.2. Registro e Cadastro- Exercício Profissional de Pessoas Físicas e Jurídicas
 - 3.4.1.3. Anotações de Responsabilidade Técnica

3.5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

4- GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- 4.1. Descrição das estruturas de governança
 - 4.1.1. Controladoria
 - 4.1.2. Ouvidoria
 - 4.1.3. Comissão de Orçamento e Tomada de Contas
 - 4.1.4. Comissão de Compras
 - 4.1.5. Sistema de Correição
 - 4.1.6. Auditoria externa -CONFEA
- 4.2. Informações sobre Dirigente e Colegiados
 - 4.2.1. Diretoria
 - 4.2.2. Plenário
- 4.3. Atuação da unidade de auditoria interna

- 4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 4.5. Gestão de riscos e controles internos
- 4.6. Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado.
- 4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.

5- ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- 5.1. Gestão de pessoas
 - 5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade
 - 5.1.2. Demonstrativo de despesas com pessoal
 - 5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal
 - 5.1.4. Contratação de mão de obra temporária
- 5.2. Gestão de tecnologia da informação
 - 5.2.1. Principais sistemas de informação

6- RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 6.1. Canais de acesso ao cidadão
- 6.2. Aferição do grau de satisfação
 - 6.2.1. Índices de pesquisa de satisfação em 2016
 - 6.2.2. Avaliação e sugestões por área de concentração
 - 6.2.3. Principais ações
- 6.3. Números
- 6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.
- 6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

7-DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 7.1. Execução física e financeira das ações do Orçamento
 - 7.1.1. Demonstração da receita
 - 7.1.2. Previsão e arrecadação por natureza
 - 7.1.3. Demonstração da Despesa
 - 7.1.4. Execução das despesas por natureza e elementos de despesa
- 7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- 7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- 7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas
 - 7.4.1. Demonstração e análise de indicadores de desempenho orçamentário e financeiro
 - 7.4.2. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores
 - 7.4.3. Adequação às normas contábeis aplicadas ao setor público

8- ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU.
- 8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.
- 8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

9- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10-ANEXOS E APENDICES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios.

Quadro 2. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Quadro 3. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestãoQuadro

Quadro 4. Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 5. Principais fontes próprias de receita, segregadas por natureza de receita e fonte de recursos.

Quadro 6- Montante da receita prevista e arrecadada

Quadro 7. Comportamento da receita ao longo do exercício e em comparação com exercícios anteriores e principais fatores que impactaram a variação das receitas.

Quadro 8. Despesas totais por modalidade de licitação

Quadro 9. Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 10. Evolução comparativa da execução da despesa

Quadro 11. Atividades finalísticas do Plenário do CREA - 2016

Quadro 12. Atividades finalísticas das câmaras especializadas do CREA/PA - 2016- Camara Especializada de Agronomia

Quadro 13. Atividades finalísticas das câmaras especializadas do CREA/PA - 2016- Camara Especializada de Engenharia Elétrica

Quadro 14. Atividades finalísticas das câmaras especializadas do CREA/PA - 2016- Camara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica

Quadro 15. Atividades finalísticas das câmaras especializadas do CREA/PA - 2016- Camara Especializada de Engenharia Civil, Segurança do Trabalho e Geologia e Minas.

Quadro 16. Resumo das atividades finalísticas - área de Registro e Cadastro

Quadro 17. Resumo das atividades finalísticas na área de fiscalização profissional

Quadro 18. Resumo da arrecadação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART por modalidade

Quadro 19. Composição da Diretoria- 2016

Quadro 20. Composição do Plenário 2016

Quadro 21. Processos Administrativos apurados em 2016

Quadro 22. Remuneração dos conselhos de administração e fiscal

Quadro 23. Síntese da remuneração dos administradores

Quadro 24. Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores

Quadro 25. Força de trabalho da UPC

Quadro 26. Distribuição da lotação efetiva

Quadro 27. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 28. Despesas de pessoal

Quadro 29. Sistemas e localizações de uso no CREA-PA

- Quadro 30. Demanda de manifestações por emails e protocolos/mês
- Quadro 31. Demanda de manifestações por telefone/mês
- Quadro 32. Demanda de manifestações em relação à natureza das manifestações/Ano
- Quadro 33. Percentual em relação à conclusão
- Quadro 34. Origem das Receitas
- Quadro 35. Natureza da Receita
- Quadro 36. Comparação entre os últimos exercícios
- Quadro 37. Despesa por natureza e elemento de despesa
- Quadro 38. Execução de despesa por elemento
- Quadro 39. Demonstrativo da despesa por modalidade
- Quadro 40. Demonstração dos indicadores de desempenho orçamentário e financeiro
- Quadro 41. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma do CREA-PA

Figura 2. Relação de concluídos e não concluídos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Confea: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

Crea: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

UJ: unidade jurisdicionada

Prodesu: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mutua



1. APRESENTAÇÃO

O CREA-PA com objetivo de atender as determinações constantes da Decisão PL N° 0077, de 13 de fevereiro de 2014, bem como os conteúdos dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na Parte C, do Anexo II da Decisão Normativa TCU n° 134, de 4 de dezembro de 2013, alterada pela DN TCU n° 154/2016, Portaria CGU 522/2015, apresenta o Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2016.

As informações contidas nos capítulos, bem como a sequência destes, foram estruturadas seguindo as determinações imposta pelo Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), disponível na página eletrônica do TCU. Cabe informar que as figuras e quadros, inseridos no presente relatório, com objetivo de facilitar as análises dos dados, foram numerados na ordem sequencial que aparecem no texto.

Neste relatório constam as informações necessárias para identificação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA-PA), bem como seus atributos e estrutura de governança, dados referentes à gestão como:

- 1) planejamento organizacional e resultados;
- 2) governança, gestão de riscos e controles internos;
- 3) áreas especiais da gestão;
- 4) relacionamento com a sociedade;
- 5) desempenho financeiro e informações contábeis;
- 6) conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle.

A atual gestão está sob a administração do presidente Eng. Agrônomo Elias da Silva Lima, pelo triênio 2015-2017, e tem como objetivo principal valorizar os profissionais e a engenharia reafirmando a autoridade técnica nos serviços e processos que envolvem a dinâmica da vida no estado, em paralelo com a Modernização da Gestão e o Fortalecimento da Atividade fim de fiscalização.

Com uma estrutura descentralizada em 21 inspetorias, o Conselho tem a colaboração de 135 funcionários e o trabalho honorífico de 70 conselheiros, representantes de entidades de classe e instituições de ensino do setor tecnológico - que formam o Plenário do CREA, além de 6 Diretores e 21 Inspectores no estado.

Considerando nossa estrutura orçamentária, faz-se necessário o controle administrativo, pelo próprio princípio da prudência organizacional, com vistas à estabilidade e sustentabilidade deste Regional. Desta forma, realizamos uma gestão ponderada quanto à observação das projeções, em consonância ao controle e parcimônia nos gastos públicos até o final da gestão, o que, portanto, acarretou decisões superiores de interrupção dos projetos de investimentos propostos inicialmente, não eximindo, porém, a preocupação do CREA-PA nas ações de alavancagem da receita.

Ao longo deste Relatório de Gestão, buscaremos demonstrar as realizações da administração ao longo do exercício de 2016, destacando, sobretudo seu desempenho organização na tentativa de aprimorar a qualidade dos serviços prestados aos usuários e das análises de procedimentos e processos de trabalho.

Finalizando, o Conselho e espera com a análise e interpretação dos resultados, que o compromisso da Instituição com a gestão e a responsabilidade com o erário, possam ser percebidos.



2- VISÃO GERAL

2.1. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA-PA) é entidade autárquica de fiscalização do exercício e atividades profissionais, dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, e tem como finalidade a verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões de engenheiro e engenheiro agrônomo no estado do Pará.

O CREA-PA possui uma estrutura básica que tem por objetivo garantir as condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Regional, sendo composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo: plenário, câmaras especializadas, presidência, diretoria e inspetoria.

A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, decreta que:

"Art. 33 - Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício de profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art. 34 - São atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal;
- b) criar as Câmaras especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente Lei;
- c) examinar reclamações e representações acerca de registros;
- d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;
- e) julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;
- f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente Lei;
- g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;
- h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;
- i) sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;
- j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;
- k) cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;
- l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;
- m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativos e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;
- n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



- o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;
- p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta Lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;
- q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;
- r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe;
- s) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis."

O Regimento do CREA, aprovado pela PL 0136/2005 do CONFEA, de 29 de abril de 2005, dispõe que:

"Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará - CREAPA é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, com sede e foro na cidade de Belém e jurisdição no Estado do Pará, instituída pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeiras e segundas instâncias no âmbito de sua jurisdição.

Art. 2º No desempenho de sua missão, o CREA é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.

Parágrafo único. O CREA, para cumprimento de sua missão, exerce ações:

I – promotora de condição para o exercício, para a fiscalização e para o aprimoramento das atividades profissionais, podendo ser exercida isoladamente ou em conjunto como CONFEA, com os demais CREAs, com as entidades de classe de profissionais e as instituições de ensino nele registradas ou com órgãos públicos de fiscalização;

II – normativa, baixando atos administrativos normativos e fixando procedimentos para o cumprimento da legislação referente ao exercício e à fiscalização das profissões, no âmbito de sua competência;

III – contenciosa, julgando as demandas instauradas em sua jurisdição;

IV – informativa sobre questão de interesse público; e

V – administrativa, visando:

a) gerir seus recursos e patrimônio; e

b) coordenar, supervisionar e controlar suas atividades nos termos da legislação federal, das resoluções, das decisões normativas e das decisões plenárias baixadas pelo CONFEA.

Art. 3º Para o desenvolvimento de suas ações, o CREA é organizado, administrativamente, em estrutura básica, estrutura de suporte e estrutura auxiliar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Art. 4º Compete ao CREA:

- I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões plenárias baixadas pelo CONFEA, os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo CREA;
- II – apresentar ao CONFEA proposta de resolução e de decisão normativa;
- III - baixar atos normativos destinados a detalhar, a especificar e a esclarecer, no âmbito de sua jurisdição, as disposições contidas nas resoluções e nas decisões normativas baixadas pelo CONFEA;
- IV – elaborar e alterar seu regimento a ser encaminhado ao CONFEA para homologação;
- V – elaborar proposta de renovação do terço de seu Plenário a ser encaminhada ao CONFEA para aprovação;
- VI – instituir câmara especializada;
- VII - instituir grupo de trabalho ou comissão em caráter permanente ou especial;
- VIII - organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA;
- IX – instituir inspetoria;
- X - instituir órgão administrativo de caráter consultivo no âmbito das inspetorias;
- XI – promover a unidade de ação entre os órgãos que integram o Sistema CONFEA/CREA;
- XII - manter intercâmbio com outros CREAs, visando à troca de informações sobre seus objetivos com uns e uniformização de procedimentos;
- XIII – analisar, em primeira instância, defesa de pessoas físicas e jurídicas;
- XIV – analisar, em segunda instância, recursos de pessoas físicas e jurídicas sobre registros, decisões e penalidades, oriundos das câmaras especializadas;"

2.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – CREA – PA foi instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de fiscalização da atividade e do exercício profissional da engenharia, agronomia, geologia, geografia, meteorologia, tecnólogos e técnicos dessas categorias, bem como de primeira e segunda instâncias recursais; possui jurisdição no Estado do Pará, tendo seu Regimento sido homologado Decisão Plenária nº PL 0136/2005, do CONFEA, de 29 de abril de 2005.

Com a Lei nº 12.378 de 31/12/2010 que criou o CAU - Conselho de Arquitetos e Urbanistas e conseqüentemente com a saída dos Arquitetos do Sistema CONFEA-CREA-MUTUA, os Creas passaram a ser denominado de Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

A Estrutura Básica, de Suporte e a Auxiliar estão estabelecidas no seu Regimento sendo a estrutura auxiliar do CREA- PA regulada pelo Plano de Cargos e Salários, aprovado e implementado em 2016.



2.3. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

Com a promulgação do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, estava criado o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura, com atribuições administrativas. O nome escolhido para a sua presidência foi o do engenheiro Pedro Rouche, nomeado para o cargo pelo presidente da República, Getúlio Vargas. A vice-presidência foi ocupada por Adolfo Morales de Los Rios Filho. Três meses depois, se instalava oficialmente o CONFEA, cuja direção foi composta por, além de seu presidente, seis representantes das associações de classes reconhecidas pelo Governo Federal, e três representantes de escolas superiores. A primeira sessão do CONFEA se realizou, em seguida, na sede provisória da Escola Nacional de Belas Artes, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Por isto, a escola é considerada por alguns pesquisadores como o berço dos CREAs. No dia 31 de março de 1934, Adolfo Morales assumiu a presidência.

A Resolução nº 2 do CONFEA, de 23 de abril de 1934, criou os oito primeiros Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura. Somente o CREA da 1ª Região, com sede em Belém, deixou de ser instalado com a desejada rapidez. Sua jurisdição abarcava os Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí, e, o Território Federal do Acre. Por vários meses, ficou respondendo por seu expediente o presidente do CONFEA, arquiteto e professor Adolfo Morales de Los Rios. Por fim, em 18 de abril de 1936, ocorreu a reunião de instalação do CREA da 1ª Região, já com a presença de conselheiros. Estiveram presentes: Luiz G. da Rocha, Sulpício Cordovil, João Penna, Antônio Celso, Cláudio Chaves e Amyntas de Lemos. Os ausentes foram: Maximino Correa, Bertino Lima e Raimundo Viana. Naquela ocasião, foi lido o telegrama do presidente do CONFEA nomeando Amyntas de Lemos presidente do CREA-1ª Região.

Compuseram ainda a diretoria do conselho: Sulpício Cordovil, na Vice-presidência, Cláudio Chaves, na Secretaria, e, João Penna, na Tesouraria.

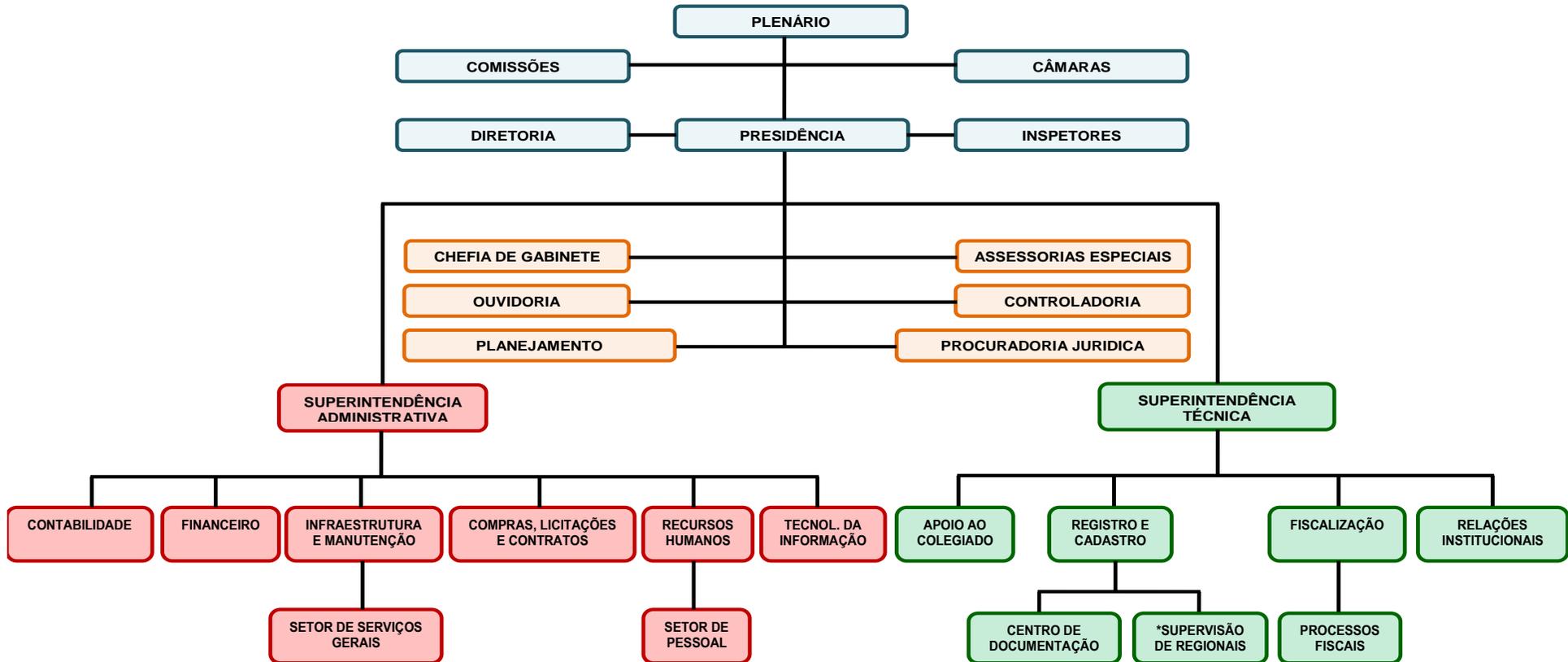
Foram incluídos na jurisdição do CREA-1ª Região, pela Resolução nº 33, de 4 de novembro de 1943, do CONFEA, os territórios do Amapá, do Rio Branco (atual Roraima) e do Guaporé (Rondônia). Dez anos depois, o CONFEA procedeu à revisão das jurisdições dos CREAs, e, através da Resolução nº 87, de 22 de maio de 1953, incluiu os Estados do Amazonas e do Maranhão na jurisdição do CREA-1ª Região. Vinte anos mais tarde, foi criado o CREA-19ª Região, com sede em São Luís, e jurisdição no Estado do Maranhão, pela Resolução nº 216, de 28 de junho de 1973. No ano seguinte, surgiu o CREA-20ª Região, sediado em Manaus, através da Resolução nº 233, de 30 de agosto de 1974. Sua jurisdição se estendeu pelos Estados do Amazonas e Acre, e, ainda, pelo Território Federal de Rondônia. Finalmente, outra resolução, a de nº 317, de 16 de dezembro de 1992, fez surgir o CREA-AP, com sede em Macapá e jurisdição no Estado do Amapá.

Desde 1977, o CONFEA passou a designar os CREAs pelos nomes das unidades da federação, abandonando os números que vinham utilizando.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA

Figura 01-Organograma do CREA-PA
ORGANOGRAMA CREA PA



*SUPERVISÃO DE REGIONAIS – Livre criação e extinção de acordo com as ações estratégicas do Regional (Atualmente: Belém, Marabá, Santarém, Parauapebas e Ananindeua)



3- PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.

No exercício de 2016, o CREA-PA estabeleceu a formulação de plano individual anual de cada unidade, sendo este projetado e executado em consonância com as diretrizes da gestão 2016-2018.

Em virtude da situação política do Brasil, houve a necessidade de estabelecer "freios" administrativos visando o enfrentamento da crise e não deixando de manter a qualidade na prestação de serviços à sociedade, em atendimento a sua missão institucional.

Para o exercício de 2016, foi mantida a essência do plano de gestão de 2013-2015 no que concerne a Definição, Missão, Visão e Valores:

DEFINIÇÃO DE NEGÓCIO

“Registro e Fiscalização do Exercício Profissional, em defesa da sociedade”.

MISSÃO

“Ser reconhecido pela sociedade como referência na prestação dos seus serviços contribuindo para a excelência do exercício profissional”

VISÃO

“Ser reconhecido pela sociedade como referência na prestação dos seus serviços contribuindo para a excelência do exercício profissional”

VALORES

- *Ética*
- *Busca constante da excelência em todas as atividades*
- *Gestão participativa;*
- *Criatividade e iniciativa;*
- *Transparência*
- *Valorização profissional*
- *Valorização dos colaboradores*
- *Comprometimento com a sociedade*



3.1.1.1. Objetivos Estratégicos.

Os objetivos para o exercício de 2016 fundamentaram-se na conclusão do Planejamento 2013 – 2015, acrescidas as orientações e "freios" administrativos que possibilitasse o enfrentamento da crise do País, visto a incerteza no âmbito da receita do Conselho.

Sendo assim, os objetivos adotados para direcionamento das ações foram definidos em sincronismo com as diretrizes ora já abordados, contemplando os seguintes aspectos:

1 – Controle mais eficaz da fiscalização no estado: Com a adoção de sistema de monitoramento e equipamentos de localização modernos;

2 – Disseminar as ações prioritárias junto aos conselheiros e inspetores: Com a realização do seminário de conselheiros, Realização do Congresso Estadual dos Profissionais – 9º CEP;

3 – Padronização de procedimentos: Com a efetivação da descentralização de serviços e redistribuição das demandas operacionais no Regional, através da implementação de projetos que visem a maior dinamização dos processos operacionais e melhor respostas aos usuários e sociedade de um modo geral.

4 – Política de reconhecimento e de valorização dos colaboradores: Com a finalização e efetivação do novo PCS, bem como incentivo à qualificação profissional de colaboradores;

5 – Desenvolver um programa de qualificação e capacitação dos colaboradores: Com a realização da SIPAT, incentivando aos colaboradores maior participação no implemento da qualidade no ambiente do trabalho;

6 – Suprir as necessidades da área de TI para atender as demandas de mercado: Com a melhoria dos sistemas corporativos, adequando algumas necessidades existentes;

7 – Utilizar a credibilidade para fortalecimento do sistema evitando assim a fragmentação do Conselho: Com a publicidade das ações do CREA-PA por meio de campanhas como a de doação de sangue, realizando palestras sobre Ética nas prefeituras, promovendo o reconhecimento notório de profissionais do Sistema através da medalha e livro do mérito em evento alusivo ao aniversário de 82 anos do CREA-PA;

8 – Plano anual de 2016 - Com a realização de estudos e colaborações de todas as unidades do regional, visando dotar o CREA-PA de ferramentas organizacional que guie as ações a serem desenvolvidas.

9- Palestras às Instituições de Ensino, sobre ética, Atribuição Profissional e Sistema Profissional, visando demonstrar a sociedade acadêmica a importância das profissões e o devido conhecimento sobre o sistema CONFEA/CREAS/MUTUA.

10- Processo de delegação de competência em diversos fóruns, visando a desburocratização e a celeridade processual.

11- Ampliação do Sistema, visando atender a sociedade de forma digital, ou seja, trabalhando a acessibilidade digital, visando ser uma Instituição moderna e com enfoque na inovação.

Os objetivos estratégicos foram traçados de forma a influenciar o desenvolvimento de ações para o alcance da visão, dentro do cumprimento fiel da missão do Regional. Estão diretamente relacionados ao diagnóstico realizado no que diz respeito às necessidades organizacionais, assim como à proposta de trabalho da atual gestão. Sendo assim definem-se como objetivos estratégicos para o CREA-PA:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



3.1.1.2. Diretrizes De Gestão 2016 - 2018

a) - Política De Valorização Profissional:

- Participação efetiva do CREA-PA nas políticas públicas e temas relevantes para o desenvolvimento do estado;
- Fomentar a representatividade dos profissionais no sistema confea/crea através do fortalecimento das entidades de classe com representação no conselho e demais entidades que aglutinem profissionais da área tecnológica;
- Apoio integral a caixa de assistência dos profissionais do CREA – MUTUA/PA;

b) - Modernização Da Gestão:

- Consolidar o processo de descentralização da gestão, disponibilizando nas inspetorias maior número de serviços;
- Aumentar a produtividade na prestação de serviços, através da valorização e capacitação do corpo funcional;
- Otimização dos processos administrativos, visando a celeridade, agilidade, obedecendo ao princípio da desburocratização.
- Monitoramento do processo de evolução da gestão, através do planejamento estratégico regional para 2015/2020.

c) - Fortalecimento Da Atividade Fim:

- Consolidação das parcerias com demais órgãos em prol do exercício da fiscalização integrada;
- Modernização da metodologia e equipamentos nos procedimentos de fiscalização;
- Aproximar o relacionamento com as instituições de ensino responsáveis pela formação de profissionais integrantes do sistema, visando difundir a importância dos profissionais em defesa da sociedade;
- Apoio integral aos inspetores, de acordo com suas atribuições.
- A definição das unidades responsáveis não resume o rol de envolvidos no desenvolvimento das ações previstas, mas elenca os principais propulsores, motivadores, para que oriente a gestão para o foco do plano de trabalho.

3.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.

Os planos de trabalho das unidades estão vinculados às diretrizes estabelecidas pela gestão, ou seja, são diretamente vinculadas a elas e conseqüentemente de forma secundária as diretrizes do CONFEA:

- Fortalecer a qualificação dos Profissionais abrangidos pelo sistema CONFEA/CREA/MUTUA.
- Aprimorar os processos de trabalho de registro e acervo, fiscalização e atendimento no sistema.
- Melhorar a qualidade da gestão;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



- Assegurar a sustentabilidade financeira necessária ao cumprimento da missão;
- Desenvolver competências dos colaboradores;
- Integrar os sistemas de informação das organizações que constituem o sistema;
- Ampliar a participação do sistema no desenvolvimento e implementação de políticas públicas;
- Aprovar mecanismos de mobilidade profissional no âmbito da América Latina;
- Promover a inserção no mercado internacional de profissionais e empresas abrangidos pelo sistema CONFEA/CREA.

3.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO A RESULTADOS DOS PLANOS.

Os resultados das ações aplicadas ao plano de gestão são monitorados mediante:

a) Questionários emitidos pela Ouvidoria do CREA-PA no que tange a satisfação dos serviços prestados aos profissionais, empresas e a sociedade, sendo que no final do exercício a Ouvidoria emite relatório onde saio expostas as críticas e sugestões de melhoria para que o CREA-PA ofereça serviços de qualidade junto a sociedade;

b) Relatórios de fiscalização demonstrando a atuação nos municípios do estado do Pará, sendo que estes relatórios permitem visualizar a eficiência da fiscalização face as ações previstas em seu planejamento anual.

3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1. Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade

O orçamento aprovado para ano de 2016 foi na ordem de R\$ 18.590.416,86 (dezoito milhões quinhentos e noventa mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos) sendo arrecadado o valor de R\$ 16.628.516,99 (dezesseis milhões seiscentos e vinte e oito mil quinhentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos,) representando 89% do valor estimado.

3.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios.

Quadro 1. Resumo Dos Instrumentos Celebrados E Dos Montantes Transferidos Nos Três Últimos Exercícios

Nome:	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ					
	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
Modalidade	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	2	4	6	13.875,00	26.241,79	49.900,00
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Totais	2	4	6	13.875,00	26.241,79	49.900,00

Fonte: Sistema Siscont/Sipro, Coordenadoria Jurídica, Coordenadoria de Licitações e Contratos e Relatórios de gestão de 2014 e 2015.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



No exercício de 2016 foram realizados somente dois convênios de repasses de recursos as seguintes entidades:

1. SINDUSCON, que teve como objeto a REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO REGIONAL NORTE CONCESSÕES E PPP'S, com o repasse no valor de R\$ 12.175,00 (doze mil cento e setenta e cinco reais), e vigência ate 30/06/2016.

2. SENGE , objeto a "Confecção 1.150 Cartilhas Orientativas aos Profissionais do Sistema CONFEA-CREA" no valor de R\$ 1.700,00 e com vigência até 31/12/2016 e prazo de 90 dias para prestar contas (31/03/2017).

Quadro 2. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Nome:		CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termos
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	4	0	0
		Montante Repassado	26.241,78	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte: Sistema Siscont/Sipro, Coordenadoria Jurídica, Coordenadoria de Licitações e Contratos e Relatórios de gestão de 2014 e 2015.

Quadro 3. Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Nome:		CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos
Contas analisadas	Quantidade aprovada	5	0	0
	Quantidade reprovada	0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	38.416,78	0	0
Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	0	0
	Montante repassado (R\$)	1.203,62	0	0

Fonte: Sistema Siscont/Sipro, Coordenadoria Jurídica, Coordenadoria de Licitações e Contratos e Relatórios de gestão de 2014 e 2015.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Quadro 4. Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Nome:	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARÁ				
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	4	1	0	0	0
Contratos de repasse	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema SITAC.

A Resolução do CONFEA nº 1075/2016 de 14 de junho de 2016, dispõe sobre a realização de parcerias com entidades de classe, em seu artigo 1º dispõe:

"Art. 1º Instituir normas gerais para as parcerias com entidades de classe, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse do Sistema Confea/Crea, mediante a execução de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação."

Desde então, não foram mais realizados convênios até a realização da chamada pública, nos termos estabelecidos no artigo 15 da referida resolução:

"Art. 15. A celebração da parceria mediante termo de colaboração ou termo de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar entidades de classe que tornem mais eficaz a execução do objeto."

3.3.3. Informações sobre a realização das receitas

O CREA-PA teve uma receita bruta no valor de R\$ 20.456.844,99 (oito milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), e receita líquida de R\$ 16.628.516,99 (Dezesseis milhões seiscentos e vinte e oito mil quinhentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos), índice de 81,29% em relação a receita bruta.

O quadro abaixo apresentado indica que, dentre a receita bruta arrecadada pelo CREA, temos a seguinte distribuição de acordo com a Lei 5.194/66:

- Da receita de ART- 20% é destinada a MUTUA Caixa de Assistência dos Profissionais do Sistema e 12% para o Conselho Federal-CONFEA.

- As demais receitas, com exceção de Receitas Patrimoniais e Transferências Correntes, são destinadas 15% para o CONFEA.

Desde meados de 2008 a partição da receita junto aos demais órgãos do Sistema CONFEA-CREA é realizada na fonte, ou seja, durante o ato do pagamento dos boletos a receita correspondente ao percentual acima assinalado vai diretamente aos cofres desses órgãos. As receitas as quais ainda são necessários realizar o cálculo em separado para repasse de cotas são depósitos diversos realizados em caráter extraordinário na conta movimento dos Conselhos oriundos das negociações de Processos de Dívida Ativa Administrativa realizadas pela Câmara de Arbitragem – COMAPA.

Dessa forma, nosso orçamento é feito pela base líquida de cálculo de arrecadação, de onde demonstramos os parâmetros de análises realizadas nesse relatório nos quadros descritos.

Observando os dados apresentados, destacamos que a Receita Líquida com contribuições – Anuidades - atingiram R\$ 9.096.654,56 (nove milhões, noventa e seis reais seiscentos e e cinquenta e quatro mil e cinquenta e seis centavos) , representando 55% da receita total arrecada, seguida de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



R\$ 4.598.326,13 (quatro milhões, quinhentos e noventa e mil reais trezentos e vinte e seis reais e treze centavos) de arrecadação com taxas de ART, representando 28% do total arrecadado.

Sendo assim, a demonstração apresentada no quadro a seguir representa que a principal fonte de arrecadação é a receita de anuidades recebidas dos profissionais e empresas. Esse fator se torna um reflexo ligado à proporção díspare dos valores de Anuidades em comparado às taxas de Anotação de Responsabilidade Técnica (que representam o cumprimento da missão do Conselho pela atuação da fiscalização profissional diante da sociedade).

Quadro 5- Principais fontes próprias de receita, segregadas por natureza de receita e fonte de recursos.

FONTE DE RECEITA	VALOR BRUTO R\$	COTA PARTE CONFEA R\$	COTA PARTE MÚTUA R\$	VALOR ARRECADADO
RECEITA CORRENTE	20.273.744,99	2.749.481,35	1.352.448,86	16.628.516,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.762.244,31	811.469,32	1.352.448,86	4.598.326,13
TAXAS P/ EXERC.DO PODER POLICIA	6.762.244,31	811.469,32	1.352.448,86	4.598.326,13
ANOTAÇÃO DE RESP. TÉCNICA	6.762.244,31	811.469,32	1.352.448,86	4.598.326,13
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	10.701.946,54	1.605.291,98	0,00	9.096.654,56
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	6.785.064,45	1.017.759,67	0,00	5.767.304,78
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	5.895.378,95	884.306,84	0,00	5.011.072,11
PESSOAS FÍSICAS DO EXERC. ANT.	889.685,49	133.452,82	0,00	756.232,67
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.916.882,09	587.532,31	0,00	3.329.349,78
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.547.628,58	532.144,29	0,00	3.015.484,29
PESSOA JURÍDICA DO EX. ANTERIOR	369.253,52	55.388,03	0,00	313.865,49
RECEITA PATRIMONIAL	1.300,00	0,00	0,00	1.300,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.300,00	0,00	0,00	1.300,00
RECEITA DE SERVICOS	838.965,35	0,00	0,00	713.120,55
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	377.858,32	56.678,75	0,00	321.179,57
EMOLUMENTOS COM EXP. CARTEIRAS	234.120,14	35.118,02	0,00	199.002,12
EMOLUMENTOS COM EXP. CERTIDÕES	209.396,04	31.409,41	0,00	177.986,63
EMOLUMENTOS C/ VISTOS REGISTROS	17.590,86	2.638,63	0,00	14.952,23
FINANCEIRAS	1.061.183,97	128.951,74	0,00	1.388.934,44
JUROS E ENC. EMPREST. CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.035,64	605,35	0,00	30,29
JUROS DE MORA S/ MULTAS INFRAÇÕES	7.525,21	1.128,78	0,00	6.396,43
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.049.623,12	127.217,61	0,00	1.379.107,72
ATUALIZAÇÃO MONET. ANUIDADES	273.447,73	41.017,16	0,00	232.430,57
ATUALIZ.MONET. MULTAS INFRAÇÕES	7.339,74	1.100,96	0,00	6.238,78
MULTAS SOBRE ANUIDADES	567.329,92	85.099,49	0,00	482.230,43
REM. DEP. BANC. E APLIC. FINANC.	201.505,73	0,00	0,00	658.207,94
TRANSFERENCIAS CORRENTES	346.101,92	0,00	0,00	346.101,92
Transferências Intragovernamentais	346.101,92	0,00	0,00	346.101,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	562.002,90	77.923,51	0,00	484.079,39
DÍVIDA ATIVA	257.592,25	38.638,84	0,00	218.953,41
MULTAS DE INFRAÇÕES	261.897,84	39.284,68	0,00	222.613,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.512,82	0,00	0,00	42.512,82
RECEITA DE CAPITAL	183.100,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	183.100,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	183.100,00	0,00	0,00	0,00
Totais	20.456.844,99	2.749.481,35	1.352.448,86	16.628.516,99



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Quadro 6- Montante da receita prevista e arrecadada

NATUREZA DA RECEITA			
FONTE DE RECEITA	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	%
RECEITA CORRENTE	18.590.416,86	16.628.516,99	89,45
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.475.872,09	4.598.326,13	24,73
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	11.577.626,63	9.096.654,56	48,93
COTA PARTE	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.500,00	1.300,00	0,01
RECEITA DE SERVICOS	716.918,14	713.120,55	3,84
FINANCEIRAS	405.000,00	1.388.934,44	7,47
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.000.000,00	346.101,92	1,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	412.500,00	484.079,39	2,60
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCICIOS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.590.416,86	16.628.516,99	89,45

Quadro 7. Comportamento da receita ao longo do exercício e em comparação com exercícios anteriores e principais fatores que impactaram a variação das receitas.

Natureza	Exercícios				
	2014	2015	%	2016	%
RECEITA CORRENTE	15.821.560,69	16.163.590,03	2,16	16.628.516,99	2,88
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.646.800,22	4.624.583,91	-0,48	4.598.326,13	- 0,57
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	7.596.288,43	9.001.272,48	18,50	9.096.654,56	1,06
COTA PARTE	0	0	0,00	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	255,00	2.394,77	839,13	1.300,00	- 45,72
RECEITA DE SERVICOS	593.303,94	693.214,46	16,84	713.120,55	2,87
FINANCEIRAS	600.647,77	853.692,20	42,13	1.388.934,44	62,70
TRANSFERENCIAS CORRENTES	804.827,37	357.629,54	-55,56	346.101,92	- 3,22
OUT. RECEITAS CORRENTES	1.578.437,96	447.702,67	-71,64	484.079,39	8,13
RECEITA DE CAPITAL	2.000.000,00	183.100,00	9,16	0	- 100,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	0	0	0,00	0	0
ALIENACAO DE BENS	0	183.100,00	100,00	0	- 100,00
SALDO DE EXERCICIOS	2.000.000,00	0	-100,00	0	0
TOTAL	17.821.560,69	16.163.590,03	-9,30	16.628.516,99	2,88



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



No quadro 06 podemos avaliar que em relação ao orçamento estimado, foi possível arrecadar 89,45% , fator que considerando a perspectiva de retração do mercado imobiliário, com a paralisação de obras publicas, crescimento da taxa de juros o baixo, encontra-se acima das expectativas, diante do cenário político e econômico do país.

Tal fator revela-se no quadro 07 onde se observa que além da redução na arrecadação de ARTs , não houve o crescimento vegetativo gradual obtido anualmente e sim uma queda, não muito significativa de -0,48%, porém que serve de alerta para ações de incremento nas modalidades de fiscalização, visando retornar a arrecadação a patamares aceitáveis.

3.3.4. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 8. Despesas totais por modalidade de licitação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	338.990,75	0,02	946.751,05	0,07	338.990,75	0,02	946.751,05	0,07
a) Convite	0,00	0,00	52.893,30	0,00			52.893,30	0,00
b) Tomada de Preços	58.606,76	0,00	124.369,16	0,01	58.606,76	0,00	124.369,16	0,01
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	280.383,99	0,02	769.488,59	0,05	280.383,99	0,02	769.488,59	0,05
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	486.238,34	0,03	1.985.379,54	0,14	486.238,34	0,03	1.985.379,54	0,14
h) Dispensa	92.117,87	0,01	1.515.954,82	0,10	92.117,87	0,01	1.515.954,82	0,10
i) Inexigibilidade	394.120,47	0,03	469.424,72	0,03	394.120,47	0,03	469.424,72	0,03
3. Regime de Execução Especial	189.097,45	0,01	173.772,74	0,01	189.097,45	0,01	173.772,74	0,01
j) Suprimento de Fundos	189.097,45	0,01	173.772,74	0,01	189.097,45	0,01	173.772,74	0,01
k) Pagamento em Folha	8.451.355,87	0,58	7.268.684,28	0,50	8.451.355,87	0,58	7.268.684,28	0,50
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	9.068.016,87	0,63	7.689.206,78	0,53	9.068.016,87	0,63	7.689.206,78	0,53
l) Diárias	616.661,00	0,04	420.522,50	0,03	616.661,00	0,04	420.522,50	0,03
5. Outros	4.421.095,59	0,30	3.671.719,02	0,25	4.421.095,59	0,30	3.671.719,02	0,25
6. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	14.503.439,00	1,00	14.466.829,13	1,00	14.503.439,00	1,00	14.466.829,13	1,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



3.3.4.1. Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 9. Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.451.355,87	8.387.404,95	8.451.355,87	8.387.404,95	0,00	0,00	8.451.355,87	8.387.404,95
Remuneração Pessoal	6.306.288,12	6.241.586,33	6.306.288,12	6.241.586,33	0,00	0,00	6.306.288,12	6.241.586,33
Encargos Patronais	2.145.067,75	2.145.818,62	2.145.067,75	2.145.818,62	0,00	0,00	2.145.067,75	2.145.818,62
DESPESAS CORRENTES								
JUROS E ENC.DÍVIDA	335,54	306,17	335,54	306,17	0,00	0,00	335,54	306,17
Out. Juros e Enc. Mora	335,54	306,17	335,54	306,17			335,54	306,17
OUT. DESP. CORRENTES	5.275.918,07	4.774.265,91	5.120.213,06	4.774.265,91	646,77	-	5.120.213,06	4.656.553,95
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.401.983,27	1.410.314,54	1.395.547,00	1.410.314,54	0,00	0,00	1.395.547,00	1.404.529,69
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	263.307,95	230.140,34	263.307,95	230.140,34	0,00	0,00	263.307,95	230.140,34
USO DE BENS E SERVIÇOS	386.884,88	164.640,05	376.451,61	164.640,05	0,00	0,00	376.451,61	139.346,60
Material de Consumo	292.881,72	56.395,29	290.561,72	56.395,29	0,00	0,00	290.561,72	56.395,29
Despesas com Veículos	71.232,15	106.144,76	63.118,88	106.144,76	0,00	0,00	63.118,88	82.051,31
Outros Mat. de Consumo	7.180,00	0,00	7.180,00	0,00	0,00	0,00	7.180,00	0,00
Serviços de Terc. - PJ	15.591,01	2.100,00	15.591,01	2.100,00	0,00	0,00	15.591,01	0,00
DIÁRIAS	616.661,00	531.830,50	616.661,00	531.830,50	0,00	0,00	616.661,00	531.830,50
PASSAGENS	275.136,67	186.752,04	275.136,67	186.752,04	0,00	0,00	275.136,67	186.752,04
HOSP. E ALIMENT.	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DESP. C/ LOCOMOÇÃO	64.722,75	25.643,07	36.257,00	25.643,07	0,00	0,00	36.257,00	25.643,07
SERV.DE 3º - PJ	2.267.221,55	2.224.945,37	2.156.851,83	2.224.945,37	0,00	0,00	2.156.851,83	2.138.311,71
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	16.911,46	17.202,04	16.171,86	17.202,04	0,00	0,00	16.171,86	17.202,04
Tributos	16.911,46	17.202,04	16.171,86	17.202,04	0,00	0,00	16.171,86	17.202,04
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEM. DESP. CORRENTES	365.909,70	392.281,01	365.909,70	392.281,01	0,00	0,00	365.909,70	392.281,01
SERVIÇOS BANCÁRIOS	312.785,96	288.969,91	312.785,96	288.969,91	0,00	0,00	312.785,96	288.969,91



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Cont. Quadro 9. Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
TRANSF. AS CORRENTES	160.081,61	175.382,33	160.081,61	175.382,33	0,00	0,00	160.081,61	165.382,33
Subvenções Sociais	160.081,61	175.382,33	160.081,61	175.382,33	0,00	0,00	160.081,61	165.382,33
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
INVESTIMENTOS	79.335,40	3.180.287,73	76.585,40	3.180.287,73	0,00	0,00	76.585,40	3.175.279,73
Obras, Instalações e Reformas.	11.200,00	19.993,00	11.200,00	19.993,00	0,00	0,00	11.200,00	14.985,00
Títulos e Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Materiais Permanentes	68.135,40	3.160.294,73	65.385,40	3.160.294,73	0,00	0,00	65.385,40	3.160.294,73
Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 10. Evolução comparativa da execução da despesa

Natureza	Exercício de 2015	Exercício de 2016	%
	Executada	Executada	Evolução
DESPESA CORRENTE	14.035.812,32	14.426.853,60	2,79
PESSOAL E ENCARGOS	8.387.404,95	8.451.355,87	0,76
JUROS E ENCARGOS DÍVIDA	306,17	335,54	9,59
OUT. DESPESAS CORRENTES	4.774.265,91	5.120.213,06	7,25
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUT.	17.202,04	16.171,86	-5,99
DEMAIS DESPESAS CORRENT.	392.281,01	365.909,70	-6,72
SERVIÇOS BANCÁRIOS	288.969,91	312.785,96	8,24
TRANSFERENCIAS CORRENTES	175.382,33	160.081,61	-8,72
RESERVAS	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL	113.680,14	76.585,40	-32,63
INVESTIMENTOS	113.680,14	76.585,40	-32,63
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
OUT. DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	14.149.492,46	14.503.439,00	-29,84



3.3.4.2. Análise crítica da realização da despesa

No Quadro 10 constam os valores das despesas orçadas e executadas nos últimos dois anos. Na análise destas verifica-se que o crescimento dos gastos do exercício de 2016, em relação ao exercício de 2015, foi 2,5%, abaixo do índice de crescimento da receita, que foi de 2,88%

Vale ressaltar que, em 2016, as despesas executadas (R\$ 14.503.439,00) foram inferiores a receita arrecadada (R\$ 16.628.516,99) pelo CREA-PA, obtendo resultado positivo de R\$ 2.125.077,99 (dois milhões cento e vinte e cinco mil setenta e sete reais e noventa e nove centavos).

Ressalte-se também, que as despesas correntes tiveram um acréscimo de 2,79% em relação às despesas operacionais do exercício de 2015, índice inferior ao da inflação oficial de 6,29% (fonte IBGE), o que demonstra o compromisso e responsabilidade da Administração do Conselho com o gerenciamento das contas públicas.

Na condução da gestão financeira do Conselho algumas ações tiveram que ser implementadas, em 2016, com objetivo de redução da inadimplência, como o incremento das atividades relacionadas à cobrança de anuidades em atraso, resultando num acréscimo de 1,06% na receita.

É importante lembrar que em 2016 a recessão do País atingiu de forma significativa a engenharia civil, área vital para nossa arrecadação e que resultou em 5.019 ações fiscalizações.

Outro ponto que se destaca em 2016, é a redução nas Despesas de Capital que representam uma queda de -32,63%, resultante da postergação de ações relacionadas a reforma da sede e inspetorias e que serão efetivadas somente em 2017.

O exercício de 2016 ficou marcado pela atuação do controle em garantia de reserva financeira para posteriores aplicações de recursos. A reserva dos recursos resultou num acréscimo significativo na Receita Financeira na ordem de 62,70% .

3.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Neste item serão destacadas algumas informações relevantes no desempenho operacional, que não estão contemplados de forma direta no Planejamento Estratégico do CREA-PA.

Para facilitar a análise e entendimento serão evidenciadas as principais informações relacionadas às seguintes dimensões: ações das atividades finalísticas, formação profissional, exercício profissional, e integração social e profissional.

3.4.1. Ações das atividades finalísticas

Conforme determinado na Lei Federal n. 5.194/66 ao Plenário do CREA-PA, dentre outras atividades, constata-se as seguintes atividades finalísticas:

- Examinar reclamações e representações acerca de registros;
- Julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;
- Julgar em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;
- Examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



- e. Organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia ou agronomia, na Região.

Os processos finalísticos do CREA-PA têm como objetivos apoiar o bom funcionamento das profissões de Engenheiros, Engenheiros Agrônomos, Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas, Tecnólogos e Técnicos de nível médio das modalidades mencionadas, no estado do Pará, sendo os seguintes:

- Fiscalização do exercício profissional de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia em seus níveis superior e médio, de forma a assegurar a prestação de serviços técnicos ou execução de obras com participação de profissionais habilitados e observância de princípios éticos, econômicos, tecnológicos e ambientais compatíveis com as necessidades da sociedade;
- Registro de profissionais e pessoas jurídicas visando a obtenção de habilitação para o exercício da profissão, bem como a emissão de certidões e anotações de responsabilidades técnicas comprovando, de forma oficial a experiência dos profissionais registrados no Sistema Confea/CREA nas atividades desenvolvidas;
- Atividades de apoio ao direito do consumidor no atendimento a reclamações referentes à execução de serviços prestados por profissionais registrados no conselho e conciliação para sanar problemas construtivos observados em obras registradas no CREA-PA;
- Serviço de apoio aos profissionais, pessoas jurídicas e sociedade, por meio da instalação de Inspetorias Regionais nos principais municípios do estado;
- Incentivo ao desenvolvimento técnico/cultural por meio de eventos institucionais e/ou técnicos disponibilizados à sociedade;
- Informações sobre ética, legislação profissional e estruturação do sistema Confea/CREA/Mútua por meio de palestras;
- Atividades de Ouvidoria na defesa dos interesses dos usuários externos e internos, recebendo, avaliando e encaminhando respostas às denúncias, reclamações, sugestões, opiniões e questionamentos.

No quadro abaixo temos os quantitativos dos processos analisados pelo Plenário do CREA-PA, durante as reuniões realizadas no exercício de 2016, dentre os números apresentados, destacam-se o fato do julgamento de 248 processos, nos quais 29% são referentes a cadastramento de cursos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Quadro nº 11- Atividades Finalísticas Do Plenário Do Crea - 2016

REUNIÕES	QUANTITATIVO
ORDINÁRIAS	11
EXTRAORDINÁRIAS	1
SEM QUORUM	1
PROCESSOS RECEBIDOS	
1. Remanescentes de exercícios anteriores	8
2. Recebidos no exercício de 2016	265
3. Julgados em 2016	248
4. Pendentes de julgamento para o próximo exercício (1+2-3)	25
TIPOS DE PROCESSOS JULGADOS	
Composição do plenário do Regional exercício (1+2-3)	1
Infração à Lei nº 5194/66 (Recurso)	41
Infração ao Código de Ética	3
Recursos	1
Responsabilidade Técnica	10
Registro de entidades de classe	7
Registro de instituições de ensino	2
Cadastramento de instituição de ensino	26
Cadastramento de curso	75
Orçamentos /Reformulações Orçamentárias	01
Outros	81

3.4.1.1. Câmaras Especializadas

As atribuições das Câmaras Especializadas, nos termos do art. 46 da Lei Federal 5.194/66, são:

- Julgar os casos de infração da presente lei, no âmbito de sua competência profissional específica, bem como as infrações do Código de Ética;
- Aplicar as penalidades e multas previstas, apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;
- Elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;
- Opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

Destacam-se os trabalhos realizados pelas Câmaras em 2016, onde temos a Câmara Especializada de Engenharia Elétrica - CEEE que proferiu 1.244 decisões, a Câmara de Agronomia - CEAGRO com 1.062, Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica - CEEMM com 1.974 e a Câmara Especializada de Engenharia Civil e Geologia e Minas e Segurança do Trabalho - CEEC com 3.516 decisões.

Os números de processos finalísticos relacionados a cada matéria, constam no quadro abaixo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Quadro 12 - Atividades finalísticas das Câmaras Especializadas do CREA-PA - 2016

CAMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA	
REUNIÕES	QUANTITATIVO
ORDINÁRIAS	8
EXTRAORDINÁRIAS	0
SEM QUORUM	2
PROCESSOS RECEBIDOS	
1. Remanescentes de exercícios anteriores	0
2. Recebidos no exercício de 2016	1081
3. Julgados em 2016	1062
4. Pendentes de deliberações para o próximo exercício (1+2-3)	19
TIPOS DE PROCESSOS JULGADOS	
- Registro de Profissional	575
- Registro de Pessoa Jurídica	89
- Infração ao Código de Ética	5
- Infrações	25
- Revisão de Atribuição	6
- Outros	367

Fonte: Relatório de atividades das Câmaras

Quadro 13 - Atividades Finalísticas Das Câmaras Especializadas Do CREA - PA 2016

CAMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA	
REUNIÕES	QUANTITATIVO
ORDINÁRIAS	10
EXTRAORDINÁRIAS	00
SEM QUORUM	00
PROCESSOS RECEBIDOS	
1. Remanescentes de exercícios anteriores	33
2. Recebidos no exercício de 2016	1248
3. Julgados em 2016	1244
4. Pendentes de deliberações para o próximo exercício (1+2-3)	04
TIPOS DE PROCESSOS JULGADOS	
- Registro de Profissional	601
- Registro de Pessoa Jurídica	94
- Infrações	146
- Registro de Entidade de Classe	01
- Revisão de Atribuição	04
- Outros	398

Fonte: Relatório de atividades da secretaria das Câmaras



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Quadro 14 - Atividades Finalísticas Das Câmaras Especializadas Do CREA - 2016

CAMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA MECÂNICA E METALÚRGICA	
REUNIÕES	QUANTITATIVO
ORDINÁRIAS	10
EXTRAORDINÁRIAS	03
SEM QUORUM	03
PROCESSOS RECEBIDOS	
1. Remanescentes de exercícios anteriores	12
2. Recebidos no exercício de 2016	2254
3. Julgados em 2016	1974
4. Pendentes de deliberações para o próximo exercício (1+2-3)	292
TIPOS DE PROCESSOS JULGADOS	
- Registro de Profissional	840
- Registro de Pessoa Jurídica	166
- Infração ao Código de Ética	1
- Infrações	135
- Registro de Instituição de Ensino	1
- Revisão de Atribuição	41
- Dupla Responsabilidade Técnica	6
- Outros	784

Fonte: Relatório de atividades da secretaria das Câmaras

Quadro 15 - Atividades finalísticas das Câmaras Especializadas do CREA - 2016

CAMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, SEGURANÇA DO TRABALHO E GEOLOGIA E MINAS	
REUNIÕES	QUANTITATIVO
ORDINÁRIAS	19
EXTRAORDINÁRIAS	02
SEM QUORUM	03
PROCESSOS RECEBIDOS	
1. Remanescentes de exercícios anteriores	00
2. Recebidos no exercício de 2016	3.516
3. Julgados em 2016	3.516
4. Pendentes de deliberações para o próximo exercício (1+2-3)	00
TIPOS DE PROCESSOS JULGADOS	
- Registro de Profissional	1.020
- Registro de Pessoa Jurídica	38
- Registro Diplomado no Exterior	4
- Certidão de Acervo Técnico	30
- Infração ao Código de Ética	28
- Infrações	2.059
- Registro de Entidades de Classes	2
- Registro de Instituição de Ensino	2
- Elaboração de Atos Normativos	1
- Revisão de Atribuição	29
- Dupla Responsabilidade Técnica	12
- Outros	291

Fonte: Relatório de atividades da secretaria das Câmaras



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



3.4.1.2. Registro e Cadastro - Exercício Profissional de Pessoas Físicas e Jurídicas

No quadro abaixo constam os quantitativos de profissionais e empresas registradas, destes destacam-se os seguintes valores: 45.445 profissionais com registros ativos, destes 2.235 são vistos, 519 com registro temporário. Do total de registros ativos 20.123 encontram-se inadimplentes com as anuidades, representando 44,28% do total de registros de pessoa física ativa no CREA-PA.

As empresas ativas são 7.471, das quais 3.390 encontram-se inadimplentes, representando 47,86% dos registros ativos.

Quadro 16 - Resumo Das Atividades Finalísticas - Área De Registro Cadastro

PESSOA FÍSICA	Registros Ativos 2016	Adimplentes	Inadimplentes	% inadimp.
Nível Superior	21.163	14.095	6.746	31,88
Nível Médio	21.510	7.878	13.105	60,93
Estrangeiros	18	13	5	27,78
Visto	2.235	2.001	42	1,88
Registro Temporário	519	360	225	43,45
Total	45.445	24.347	20.123	44,28
PESSOA JURÍDICA	Registros Ativos 2015	Adimplentes	Inadimplentes	% inadimp.
Nacional	7.083	3.483	3.390	47,86
Visto de execução	266	0	0	0
Visto de licitação	122	0	0	0
Total	7.471	3.483	3.390	47,86

O desempenho da fiscalização do exercício profissional consta do quadro a seguir, onde se verifica que em 2016 foram fiscalizados seis grandes empreendimentos, como visitas as Agropalma, Projeto Sá Lobo, Albras , Vale do Rio Doce, todos regulares perante o Conselho.

Abaixo relacionamos a quantidade de visitas realizadas por modalidade, onde se destaca as fiscalizações realizadas na área de Engenharia Civil e Segurança do Trabalho num total de 5.019, correspondendo a 85,27% das fiscalizações.

Cabe informar que todos os 244 municípios paraenses foram fiscalizados no exercício de 2016.

Quadro 17 - Resumo Das Atividades Finalísticas Na Área De Fiscalização Profissional

Quantidade funcionários na área de fiscalização	29
Fiscal	27
Administrativo	2
Quantidade de empreendimentos fiscalizados	6
Em situação regular	6
Quantidade de visitas de fiscalização por modalidade	5.886
Agronomia, Florestal	173
Engenharia Elétrica	263
Engenharia Civil e Segurança do Trabalho	5019
Engenharia Elétrica, Mecânica e Metalurgia	429
Geologia e Minas	2
Abrangência	144
Quantidade de municípios fiscalizados	144
Área geográfica total	1.059,458

3.4.1.3. Anotações De Responsabilidade Técnicas-Arts



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



No exercício de 2016, o CREA-PA registrou 60.102 ARTs, dentre estas a modalidade de engenharia civil foi responsável por 55,15 % dos registros realizados, seguida da agronomia com 13,71 %, Mecânica e Metalurgia 13,25 %, elétrica com 7,38 %, geologia e Minas com 4,48 %, Agrimensura com 4,16 %, engenharia segurança do trabalho com 1,30 % e engenharia química com 0,58 % .

Analisando a receita arrecadada, descontados os valores repassados para o Confea na ordem de R\$ 763.847,02 (setecentos e sessenta e três mil oitocentos e quarenta e sete reais e dois centavos) e Mútua no valor de R\$ 1.268.903,81 (um milhão duzentos e sessenta e oito mil novecentos e três reais e oitenta e um centavos), o Conselho teve uma receita líquida de ART de R\$ 4.330.610,25 (quatro milhões trezentos e trinta mil seiscentos e dez reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 18 - Resumo Da Arrecadação De Anotação De Responsabilidade Técnica – Art Por Modalidade

Modalidades	Quantitativo de ART	Valor Bruto	% de arrecadação
Agronomia	10.352	872.405,79	13,71%
Agrimensura	3.410	264.824,64	4,16%
Civil	27.911	3.509.040,87	55,15%
Elétrica	4.811	469.454,78	7,38%
Geologia e Minas	3.499	284.882,06	4,48%
Mecânica e Metalúrgica	8.718	842.896,71	13,25%
Química	457	37.126,90	0,58%
Segurança do Trabalho	944	82.654,96	1,30%
TOTAL	60.102	6.363.286,71	100,00%

Fonte: Gerencia de Tecnologia da Informação

3.5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Diante da proposta definida para o exercício de 2016 alguns parâmetros serviram de base para análise do desenvolvimento das atividades no Regional. Vale destacar que, em virtude da situação econômica do país e do reflexo nas profissões do Sistema, os indicadores de desempenho foram estipulados de tal forma a garantir a sustentabilidade do Crea PA, tendo como fatores primordiais a contenção de despesas e cumprimento da missão do Regional, visto que em 2015 a situação política do País já vinha mostrando problemas e a preocupação com o exercício de 2016.

Indicador 1 – Incremento de Arts Registradas no Ano (IART): Objetiva medir o percentual de crescimento no quantitativo de ARTs registradas no exercício, representando um reflexo do comportamento das atividades profissionais, pois tais registros estão ligados diretamente aos serviços técnicos realizados durante o ano.

$$\text{IART} = (\text{N}^\circ \text{ ARTs } 2016 - \text{N}^\circ \text{ ARTs } 2015) \times 100\% / \text{N}^\circ \text{ ARTs } 2015$$

$$\text{IART} = (60856-68713) \times 100\% / 68713 = -11,433 \%$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Comentário: O indicador aponta para um “déficit” no crescimento das atividades desenvolvidas pelos profissionais do Sistema, visto que em comparação com o crescimento do quantitativo de ARTs no exercício anterior, o qual foi em torno de 3%, onde se confirma a tendência de queda e em consequência aumenta a preocupação com a situação instável do Brasil, que impacta diretamente na Engenharia.

Indicador 2 – Incremento de Relatórios de Fiscalização no Ano (IRF): Define o percentual de crescimento do volume de trabalho executado pela fiscalização durante o exercício. Demonstra a execução da atividade fim do Conselho, pois dentre suas funções está a de fiscalizar o exercício das profissões do Sistema.

$$\text{IRF} = (\text{N}^\circ \text{ Rel. Fisc. 2016} - \text{N}^\circ \text{ Rel. Fisc. 2015}) \times 100\% / \text{N}^\circ \text{ Rel. Fisc. 2015}$$

$$\text{IRF} = (5897 - 6929) \times 100\% / 6929 = -14,89\%$$

Comentário: Um indicador que demonstra uma queda no crescimento da fiscalização em relação ao efetivo do exercício anterior, onde o Conselho deverá em 2017 potencializar e fazer maior controle sobre essa atividade visto que refere-se a missão da existência do Conselho que é a Fiscalização do Exercício Profissional.

Indicador 3 – Incremento de Registros Profissionais no Ano (IRP): Normalmente mede o percentual de crescimento na demanda de registros profissionais, ano a ano e verificamos que nesse exercício obtivemos um crescimento de pouca expressão devido aos fatores já relacionados anteriormente. .

$$\text{IRP} = (\text{N}^\circ \text{ de Reg. Prof. 2016} - \text{N}^\circ \text{ de Reg. Prof. 2015}) \times 100\% / \text{N}^\circ \text{ de Reg. Prof. 2015}$$

$$\text{IRP} = (4565 - 4493) \times 100\% / 4565 = 1,57\%$$

Comentário: Nota-se um pequeno crescimento nesse serviço, que aliamos ao problema do Brasil, onde essa demanda fica reprimida esperando a recuperação da situação para que regularizem suas situações.

Indicador 4 – Incremento de Registros de Empresas no Ano (IRE): Normalmente mede o percentual de crescimento na demanda de registros de empresas na área das atividades do Sistema, ano a ano, porém neste exercício ocorreu uma queda expressiva nos quantitativos de registro de pessoas jurídicas, visto ser esta a mais sufocada pela crise que assola o País.

$$\text{IRE} = (\text{N}^\circ \text{ de Reg. Emp. 2016} - \text{N}^\circ \text{ de Reg. Emp. 2015}) \times 100\% / \text{N}^\circ \text{ de Reg. Emp. 2015}$$

$$\text{IRE} = (726 - 820) \times 100\% / 820 = -11,46\%$$

Comentário: Mais um indicador que demonstra os problemas enfrentados com a crise do País.

Indicador 5 – Incremento de Certidões de Acervo Técnico no Ano (ICAT): Normalmente mede o percentual de crescimento na demanda de emissões de Certidões de Acervos Técnicos, ano a ano e verificamos que nesse exercício obtivemos um crescimento de pouca expressão devido aos fatores já relacionados anteriormente.

$$\text{ICAT} = (\text{N}^\circ \text{ CATs Emit. 2016} - \text{N}^\circ \text{ CATs Emit. 2015}) \times 100\% / \text{N}^\circ \text{ CATs Emit. 2015}$$

$$\text{ICAT} = (1413 - 1379) \times 100\% / 1379 = 2,47\%$$

Comentário: Mais um indicador que demonstra os problemas enfrentados com a crise do País.



4- GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

4.1.1. CONTROLADORIA

Instituída em 01 de junho de 2006 pela Portaria nº 57/2006 e é considerada como um órgão de staff, ou seja, de assessoria e consultoria, encontrando-se posicionada no organograma fora da pirâmide hierárquica da organização.

Atuando diretamente no controle dos processos administrativos para avaliação dos controles e procedimentos, a Controladoria do Regional vem elaborando manuais como mecanismos de controle interno no âmbito do Conselho de maneira a aperfeiçoar os processos de aquisição de compras e serviços, investimentos e convênios, no que diz respeito à eficácia e eficiência da aplicação dos recursos públicos.

A Controladoria tem como procedimentos de controle, a função principal de exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial do CREA, assessorando todas as unidades, onde as informações são geradas e colocadas à disposição da Presidência para tomada de decisões;

Tem como prática de avaliação a análise de todos os processos de despesa, no que diz respeito a formalidade processual, o aspecto financeiro e orçamentário e a regularidade fiscal dos fornecedores.

No aspecto patrimonial, acompanha a realização do inventário dos bens móveis e imóveis do Regional, bem como do almoxarifado.

Desde o exercício de 2013 vem adotando como prática a auditoria de qualidade nas inspetorias, onde verifica a qualidade dos trabalhos realizados pelos agentes e representantes da instituição junto à sociedade.

No que diz respeito à adoção de práticas de avaliação dos controles internos, a mesma não é medida pela alta administração, mas sim por ocasião das auditorias internas e independentes contratadas pelo Conselho Federal.

No âmbito do Sistema Confea/Creas a instância de controle é exercida pelo Conselho Federal de Engenharia, através da realização de auditoria junto ao Regional com o objetivo de garantir a observância dos princípios constitucionais de legalidade, moralidade e eficiência na gestão pública.

4.1.2. OUVIDORIA

Órgão setorial do CREA-PA, inserido na estrutura organizacional pela portaria 0081/2008 e Decisão de Diretoria nº 09/2008, tem por objetivo alinhar as ações desenvolvidas pelo Regional aos preceitos das normas estabelecidas aos Órgãos da Administração Pública Federal.

Tem como atividades:

a) Receber, examinar e encaminhar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, referentes a procedimentos e ações de agentes, diretamente ligados ou subordinados às unidades administrativas do CREA-PA;

b) Acompanhar as providências adotadas pelas unidades administrativas vinculadas ao Conselho Regional para a solução do problema;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



c) Acompanhar a instauração de procedimentos administrativos para exame técnico das questões e a adoção de medidas necessárias para a adequada prestação de serviço público, quando for o caso;

d) Congregar e orientar tecnicamente a atuação das demais estruturas de representantes da Ouvidoria nas inspetorias vinculadas ao CREA-PA;

e) Organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e elaborar pesquisas para monitoramento do nível de satisfação dos cidadãos, dando conhecimento as unidades envolvidas;

f) Contribuir para a disseminação de formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços oferecidos pelo CREA-PA.

4.1.3. COMISSÃO DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

A Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, de caráter regimental, tem por finalidade apreciar os assuntos de caráter econômico e financeiro do CREA-PA.

Compete à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas:

I – apreciar e deliberar sobre a proposta orçamentária anual a ser encaminhada ao Plenário do CREA e após o Confea para homologação;

II – apreciar e deliberar sobre a prestação de contas anual, a ser encaminhada ao Plenário do CREA e após ao Confea para apreciação;

III – acompanhar, mensalmente, a execução orçamentária, tanto de receita como de despesa, indicando eventuais correções, encaminhando ao Plenário, para apreciação;

IV – apreciar e deliberar sobre necessidades de transposição ou suplementação de verbas;

V - apreciar e deliberar sobre a situação econômica e financeira do CREA, consubstanciada nos balancetes mensais; e

VI – apreciar e emitir relatório sobre outros assuntos de cunho financeiro e econômico.

4.1.4. COMISSÃO DE COMPRAS

Instituída pelo regimento Interno do Regional, a Comissão de Compras tem como competência:

I - sugerir as condições que devem orientar as compras do CREA;

II - emitir parecer sobre os processos de aquisição de material permanente, de consumo, de equipamento e instalação;

III - colaborar na elaboração do projeto anual de orçamento – programa, o qual deverá ser levado à apreciação e aprovação do Plenário;

IV - acompanhar mensalmente a execução do orçamento da receita e da despesa, seguindo cronogramas de desembolso; e

V - estudar e sugerir planos de aplicação de receita, visando resguardar o patrimônio do CREA.



4.1.5. SISTEMA DE CORREIÇÃO

O sistema de correição do Regional é realizado por nomeação de comissão de Sindicância por membros indicados pela Presidência mediante Portaria específica.

Os processos de sindicância e seus resultados são normatizados pelo Regulamento de Pessoal do Conselho.

4.1.6. AUDITORIA EXTERNA-CONFEA

Anualmente é realizada pelo Conselho Federal, auditorias nas áreas patrimonial, financeira, contábil, institucional e de gestão de pessoas.

Tem como objetivo principal a mitigação de desvios detectados emitindo ao final relatório, certificando a regularidade ou não da gestão, o qual é submetido ao Plenário Federal para conhecimento e decisão.

Especificamente no exercício de 2016, não foi realizada auditoria pelo Conselho Federal, estando prevista para outubro de 2017 a realização de auditoria referente ao exercício de 2015 e 2016.

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

4.2.1. DIRETORIA

A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica do CREA que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.

É constituída pelo presidente e por conselheiros regionais, exercendo as seguintes funções, respectivamente:

- I – presidente;
- II – vice-presidente;
- III – 1º tesoureiro;
- IV – 2º tesoureiro;
- V – 1º secretário; e
- VI – 2º secretário.

A Diretoria é constituída na primeira sessão plenária ordinária do ano e seus membros são eleitos pelo Plenário, sendo permitida uma única recondução.

Compete à Diretoria:

- I – propor alteração do Regimento do CREA;
- II - aprovar o calendário de reuniões e os planos de trabalho das estruturas básicos e auxiliar;
- III – analisar o orçamento do CREA a ser encaminhado ao Plenário para apreciação;
- IV – propor diretrizes administrativas e supervisionar a gestão dos recursos materiais, humanos e financeiros do CREA;
- V – responsabilizar-se perante o Plenário e as câmaras especializadas pelos serviços de apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do CREA, desempenhados pela estrutura auxiliar;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



- VI – propor a estrutura organizacional e as rotinas administrativas do CREA; e
 - VII – aprovar a organização de a estrutura auxiliar, o plano de cargos e salários e o regulamento de pessoal do CREA.
 - VIII – supervisionar a execução do Plano de Ações Estratégicas do CREA;
 - IX – consolidar os planos de trabalho das estruturas básicos e auxiliar, transformando-os em Plano Anual de Trabalho do CREA-PA a ser encaminhado ao Plenário para homologação;
- O membro da Diretoria, independentemente das atribuições específicas da função, mantém suas competências de conselheiro regional inclusive, a de relatar processo.

Conforme estabelecido no Regimento do CREA-PA, o Conselho Regional foi conduzido no ano de 2015 pela Diretoria demonstrada no quadro a seguir, tendo como destaque o presidente Eng^o. Agr^o. Elias da Silva Lima, eleito em eleição direta pelos profissionais, para o triênio 2015/2017.

QUADRO 19 - COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA- 2016

DIRETORIA - 2016	
Presidente	Engenheiro Agrônomo Elias da Silva Lima
1º vice-presidente:	Engenheiro Civil Maria do Carmo Pereira de Melo
2º vice-presidente:	Engenheiro Sanitarista Augusto Alves Ordonez
1º Secretário:	Engenheiro Agrônomo Pedro Paulo da Costa Mota
2º Secretário:	Engenheiro Civil Dionisio Bentes Rodrigues do Couto Júnior
1º Tesoureiro:	Engenheiro Agrônomo Roberto das Chagas Silva
2º Tesoureiro:	Engenheiro de Produção Vitor William Batista Martins

4.2.2. PLENÁRIO

O Plenário do CREA é o órgão colegiado decisório da estrutura básica que tem por finalidade decidir os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado.

É constituído por um presidente e por conselheiros regionais, brasileiros, diplomados nas áreas da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, obedecidos a seguinte composição:

- I - um presidente;
- II – um representante por grupo profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, de cada instituição de ensino superior registrada no CREA e com sede na jurisdição, desde que esta mantenha curso na área de cada um dos grupos profissionais;
- III – representantes das entidades de classe de profissionais de nível superior registradas no CREA e com sede na jurisdição, assegurando o mínimo de um representante por entidade, segundo critérios de proporcionalidade estabelecidos em resolução específica; e
- IV – um representante de entidade de classe de profissionais de nível médio registrada no CREA e com sede na jurisdição, por câmara especializada, observando que ao menos um destes exerça docência, segundo critérios estabelecidos em resolução específica.

O Plenário do CREA tem sua composição renovada em um terço anualmente.

Compete privativamente ao Plenário:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



I – cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas e as decisões plenárias baixadas pelo Confea, os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo CREA;

II – aprovar proposta de resolução e de decisão normativa a ser encaminhada ao Confea;

III - aprovar atos normativos;

IV – aprovar o Regimento do CREA e suas alterações a serem encaminhados ao Confea para homologação;

V – apreciar e decidir pedidos de registro de entidades de classe e de instituições de ensino, para fins de representação no CREA a serem encaminhados ao Confea para homologação;

VI – estabelecer o número de conselheiros regionais, representantes das entidades de classe das diferentes modalidades profissionais;

VII – aprovar anualmente a proposta de renovação do terço a ser encaminhada ao Confea para aprovação;

VIII – aprovar a instituição e a composição de câmara especializada de acordo com a legislação em vigor;

IX – eleger, dentre seus membros, representantes das demais modalidades profissionais para compor cada câmara especializada;

X – decidir os casos de divergência entre câmaras especializadas;

XI – instituir e aprovar a composição de comissão permanente, de comissão especial e de grupo de trabalho;

XII – aprovar a instituição de inspetorias;

XIII – deliberar sobre assuntos constantes da pauta de suas sessões;

XIV – determinar quando a decisão do Plenário deva ser tomada por escrutínio secreto;

XV – apreciar e decidir assunto aprovado ad referendum pelo presidente do CREA;

XVI – decidir assunto encaminhado pelo presidente ou por conselheiro regional;

XVII – apreciar e decidir, em grau de recurso, processo de imposição de penalidade;

XVIII - apreciar e decidir, em grau de recurso, processo de infração ao Código de Ética Profissional;

XIX - apreciar, decidir ou dirimir questões relativas à modalidade profissional que não possua câmara especializada;

XX – apreciar e decidir pedido de registro de profissional diplomado por instituição de ensino estrangeira a ser encaminhado ao Confea para homologação;

XXI – apreciar, ouvida a câmara especializada competente, o registro de tabela básica de honorários profissionais elaborada por entidade de classe;

XXII – decidir a aplicação da renda líquida do CREA proveniente da arrecadação de multas, em medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/CREA;

XXIII – apreciar o orçamento do CREA a ser encaminhado ao Confea para homologação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



XXIV – apreciar e decidir proposta de revisão do orçamento, abertura de créditos suplementares e transferência de recursos;

XXV – apreciar, ouvida a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, os balancetes mensais e a prestação de contas anual a ser encaminhada ao Confea para aprovação;

XXVI – homologar celebração de convênio com entidade de classe;

XXVII - autorizar o presidente a adquirir, onerar e alienar bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do CREA;

XXVIII – apreciar as razões de suspensão de decisão plenária apresentadas pelo presidente;

XXIX – tomar conhecimento de declaração de impedimento de conselheiro regional, quando de relato de processo, dossiê ou protocolo em sessão plenária;

XXX - tomar conhecimento de licenciamento de conselheiro regional apresentado pelo presidente;

XXXI – deliberar sobre licenciamento do presidente;

XXXII - apreciar indicação de instituição de ensino, de entidade de classe, de pessoa física ou de profissional a ser galardoado pelo CREA;

XXXIII – eleger um representante para a Coordenadoria Regional da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-PA;

XXXIV – homologar a indicação do coordenador da Coordenadoria Regional da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-PA;

XXXV – decidir sobre proposição de cassação de mandato de presidente do CREA ou de conselheiro regional com o voto de, no mínimo, dois terços dos membros do Plenário, em caso de condenação em processo ético ou em inquérito administrativo interno a ser encaminhada ao Confea para apreciação e decisão;

XXXVI – cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento; e

XXXVII – resolver os casos omissos deste Regimento e, no que couber, da legislação em vigor, por maioria absoluta.

XXXVIII - apreciar e verificar o cumprimento do Plano Anual de Trabalho do CREA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



QUADRO 20- COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO 2016

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARÁ – SENGE
TITULAR : Engenheiro Sanitarista AUGUSTO ALVES ORDONEZ
SUPLENTE : Engenheiro Sanitarista Tulipan de Jesus dos Prazeres Campos
MANDATO : 21/01/2016 a 31/12/2018
TITULAR : Engenheiro Civil DIONÍSIO BENTES RODRIGUES DO COUTO JÚNIOR
SUPLENTE : Engenheira Civil Inês Maria Miranda Lobato
MANDATO : 22/01/2015 a 31/12/2017
TITULAR : Engenheira Civil MARIA DO CARMO PEREIRA DE MELO
SUPLENTE : Engenheiro Civil Armando de Nazaré Dias Machado
MANDATO : 16/01/2014 a 31/12/2016
TITULAR : Engenheiro Civil LUIZ MAGALHÃES DE SOUZA
SUPLENTE : Engenheiro Civil Vidal Alves Damasceno
MANDATO : 16/01/2014 a 31/12/2016
TITULAR : Engenheiro Sanitarista RAY DAYVD SOARES MATOS
SUPLENTE : Engenheiro Sanitarista Raimundo Nonato Maciel da Silva
MANDATO : 22/01/2015 a 31/12/2017
TITULAR : Engenheira Eletricista BEATRIZ IVONE COSTA VASCONCELOS
SUPLENTE : Engenheiro Eletricista Rodolpho Pedro de Castro Souza
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
TITULAR : Engenheiro Eletricista PEDRO RODRIGUES DE BRITO FILHO (Complementar)
SUPLENTE : Engenheiro Eletricista Nilson Barbosa de Souza
MANDATO : 22/08/2014 a 31/12/2016
TITULAR : Engenheiro Mecânico FÁBIO LUIZ CASTRO MARINHO
SUPLENTE : Engenheiro Mecânico Luiz Otávio Sinimbu de Lima Não Tomou Posse
MANDATO : 22/01/2015 a 31/12/2017
TITULAR : Engenheiro Mecânico/Seg. Trab. GRÁCIO PAULO PESSOA SERRA
SUPLENTE : * Sem Indicação de Suplente (Complementar)
MANDATO : 27/10/2015 a 31/12/2016 2
TITULAR : Engenheiro Agrônomo PAULO EDSON COSTA DE BRITO Não Tomou Posse
SUPLENTE : Engenheiro Agrônomo Benito Barbosa Calzavara
MANDATO : 16/01/2014 a 31/12/2016
TITULAR : Engenheiro de Pesca MARCELO JUCA COSTA NEGRÃO
SUPLENTE : Engenheiro Florestal Marivalber Guimarães de Lima
MANDATO : 21/01/2016 a 31/12/2018
Nº DE REPRESENTANTES : 11 (ONZE)
INSTITUTO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENG^a DO PARÁ – I A P E P
TITULAR : Engenheiro Civil e Arqtº ALEXANDRE DE MORAES FERREIRA
SUPLENTE: Engenheiro Civil Dayvison Antonio Gomes Guerreiro (Complementar)
MANDATO: 16/01/2014 a 31/12/2016
TITULAR : Engenheiro Civil ANTONIO DOS SANTOS FERREIRA NETO
SUPLENTE: Engenheiro Civil Edgard Braga Rodrigues Jr.
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
TITULAR : Engenheiro Civil ANTONIO NOÉ CARVALHO DE FARIAS
SUPLENTE : Engenheira Civil Rosimar Borges Reis e Silva Não Tomou Posse
MANDATO : 21/01/2016 a 31/12/2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



TITULAR : Engenheiro Civil/Mecânico/Seg. do Trabalho JOSÉ DA SILVA NEVES
SUPLENTE : Engenheiro Civil Herbeth de Jesus Sales Rego Não Tomou Posse
MANDATO : 22/01/2015 a 31/12/2017
TITULAR : Engenheiro Civil JOSÉ GUILHERME SILVA MELO
SUPLENTE : Engenheiro Civil Carlos Moraes de Albuquerque Filho
MANDATO : 16/01/2014 a 31/12/2016
TITULAR : Engenheira Civil REGINA MARQUES DIAS
SUPLENTE: Engenheiro Civil Jorge Martins de Menezes Filho
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2017
TITULAR : Engenheiro Naval JUAREZ BOTELHO DA COSTA JÚNIOR
SUPLENTE: Engenheiro Naval Leonardo Trindade de Oliveira Não Tomou Posse
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
TITULAR : Engenheiro Eletricista FERNANDO AUGUSTO SILVA DE LIMA
SUPLENTE : Engenheiro Eletricista Lucas Lassance Cunha Grandidier
MANDATO : 21/01/2016 a 31/12/2018
TITULAR : Engenheiro Químico JUCY PANTOJA DA SILVA
SUPLENTE: Engenheiro Químico Sérgio Fernando Lobato Moreira
MANDATO: 16/01/2014 a 31/12/2016
Nº DE REPRESENTANTES : 09 (NOVE)
CLUBE DE ENGENHARIA DO PARÁ - C E P
TITULAR : Engenheiro Civil LUIZ SÉGIO CAMPOS LISBOA
SUPLENTE: Engenheiro Civil André de Oliveira Sobrinho
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2017
TITULAR : Engenheiro Civil JURACY DE ARAÚJO MOURA FÉ (Redução de Mandato)
SUPLENTE: Engenheiro Civil Flávio Alberto Ramos de Almeida
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2016
Nº DE REPRESENTANTES : 02 (Dois)
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PARÁ – A E A P A
TITULAR : Engenheiro Agrônomo DILSON AUGUSTO CAPUCHO FRAZÃO
SUPLENTE: Engenheiro Agrônomo Emeleocípio Botelho de Andrade
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2017
TITULAR : Engenheiro Agrônomo PEDRO PAULO DA COSTA MOTA
SUPLENTE: Engenheiro Agrônomo José Antonio Monteiro dos Santos
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2017
TITULAR : Engenheiro Agrônomo ROBERTO DAS CHAGAS SILVA (Redução de Mandato)
SUPLENTE: Engenheiro Agrônomo Manoel Moura Melo
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2016
Nº DE REPRESENTANTES : 03 (TRÊS)
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ENGENHEIROS FLORESTAIS – APEF
TITULAR : Engenheiro Florestal Sem Indicação
SUPLENTE : Engenheiro Florestal Sem Indicação
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
Nº DE REPRESENTANTES : 01 (UM)
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS GEÓLOGOS DA AMAZÔNIA – APGAM
TITULAR : Geólogo JOSÉ MARIA DO NASCIMENTO PASTANA
SUPLENTE : Geólogo Ewerton Reis Pereira
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
TITULAR : Geólogo JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



SUPLENTE : Geóloga Lilian Poliana Sousa Gualberto
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
Nº DE REPRESENTANTES : 02 (DOIS)
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE SEG. DO TRABALHO – A E S T
TITULAR : Eng. Civil e de Segurança do Trabalho RUI DINAMAR ANDRADE
SUPLENTE: Eng. Civil e de Segurança do Trabalho José Roberto Nunes Lopes
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2017
Nº DE REPRESENTANTES : 01 (UM)
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS ELETRICISTAS DO PARÁ – A B E E -
TITULAR : Engenheiro Eletricista JOSÉ EMMANUEL DE CARVALHO MESQUITA JR.
SUPLENTE: Engenheira Eletricista Margarete dos Santos Pereira
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2016 (Redução de Mandato)
Nº DE REPRESENTANTES : 01 (UM)
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - U N A M A
TITULAR : Engenheiro Civil LEONARDO AUGUSTO LOBATO BELLO
SUPLENTE: Engenheiro Civil Wandemir Mata dos Santos Filho Não Tomou Posse
MANDATO: 16/01/2014 a 31/12/2016 (Complementar)
Nº DE REPRESENTANTES : 01 (UM)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ - U E P A
TITULAR : Engenheiro de Produção VITOR WILLIAM BATISTA MARTINS
SUPLENTE: * Sem Indicação de Suplente
MANDATO: 22/01/2015 a 31/12/2017
Nº DE REPRESENTANTES : 01 (Um)
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM – C E U L S
TITULAR : Engenheiro Agrônomo RAIMUNDO COSME DE OLIVEIRA JÚNIOR
SUPLENTE: Engenheiro Agrícola Celso Shiguetoshi Tanabe
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
TITULAR : Engenheiro Civil ALESSANDRO SANTOS DE ARAÚJO
SUPLENTE: Engenheiro Civil Fernando Augusto Ferreira do Valle
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
Nº DE REPRESENTANTES : 02 (DOIS)
SOCIEDADE EDUCACIONAL IDEAL – S E I
TITULAR : Engenheiro Civil SALOMÃO PERES ELGRABLY
SUPLENTE: Engenheiro Civil Rômulo Antonio Chaves Lopes
MANDATO: 21/01/2016 a 31/12/2018
Nº DE REPRESENTANTES : 01 (Um)

Nº DE REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE = 30
Nº DE REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO = 05
T O T A L 3

4.3. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O CREA-PA não possui a unidade de auditoria interna em sua estrutura.



4.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILICITOS ADMINISTRATIVOS

Conforme explanado anteriormente, o CREA-PA não possui em seu organograma uma unidade de correção, sendo, quando ocorrem fatos que fogem a conformidade administrativa, é designada mediante portaria, Comissão de Sindicância para apuração das responsabilidades.

No exercício de 2016 foram instauradas sindicâncias e PADs, conforme quadro abaixo, para apuração de possíveis irregularidades:

QUADRO 21. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS APURADOS EM 2016

PROCESSO	RESULTADOS/PROVIDÊNCIAS
283973/2016	Devolução de recursos, advertência e suspensão.
288603/2016	Arquivado
288030/2016	Em tramitação
293221/2016	Em tramitação
289083/2016	Em tramitação
267292/2017	Em tramitação
PAD Nº 263930/2015	Rescisão de contrato
PAD nº240144/2014	Rescisão de contrato

4.5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos no CREA-PA tem como um de seus principais objetivos contribuir para redução de inconsistências apuradas nas diligências efetuadas nos processos administrativos "auditados" pelo Controle Interno do Regional.

É realizada mediante o acompanhamento da gestão e o gerenciamento da implementação das boas práticas de controles internos no CREA-PA, por meio de auditorias, análise de processos de despesas, contratos, convênios e licitações, que resultam em ações preventivas, orientativas e corretivas.

A confecção de manuais, orientações, instruções e manifestações que culminam no estabelecimento de procedimentos com a definição de responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos ao qual o CREA-PA está exposto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



4.6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO COLEGIADO.

As atividades exercidas por conselheiros e titulares no âmbito do sistema Confea/CREA são honoríficas, logo, não são remuneradas.

A Decisão Plenária 174/2016 de 11/08/2016, aprovou a concessão de jetons ao valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por sessão plenária, limitando a duas sessões mensais. Tal procedimento encontra-se em fase de implantação, motivo pelo qual no exercício não foi realizado nenhum repasse aos conselheiros.

QUADRO 22. REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
-	-	-	-	-
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
-	-	-	-	-

QUADRO 23. SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros:		
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	0,00	0,00
<i>a) salário ou pró-labore</i>	0,00	0,00
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	0,00	0,00
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0,00	0,00
<i>d) outros</i>	0,00	0,00
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00
<i>e) bônus</i>	0,00	0,00
<i>f) participação nos resultados</i>	0,00	0,00
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	0,00	0,00
<i>h) comissões</i>	0,00	0,00
<i>i) outros</i>	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I + II)	0,00	0,00
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



QUADRO 24. Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO	
	2016	2015
I – Bônus (a+b+c+d)	0,00	0,00
a) <i>valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00
b) <i>valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00
c) <i>valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	0,00	0,00
d) <i>valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	0,00	0,00
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	0,00	0,00
e) <i>valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00
f) <i>valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	0,00	0,00
g) <i>valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	0,00	0,00
h) <i>valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	0,00	0,00
III – Total (I + II)	0,00	0,00

4.7. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA.

A auditoria externa é realizada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, não sendo efetuada contratação de auditoria independente.



5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. GESTÃO DE PESSOAS

A organização do trabalho é definida, num primeiro momento, de acordo com o PCS – Plano de Cargos, Salários, implantado em agosto de 2016.

O PCS de 2016, consiste em um instrumento de ajuste as necessidades estruturais do Conselho, normatizando as relações de trabalho entre o Conselho e seus empregados, contribuindo significativamente para a política de recursos humanos, permitindo que a estrutura de cargos seja um instrumento prático para o alcance dos objetivos do Conselho.

Por tratar-se de uma organização de direito público, na espécie autarquia federal, regida pela Lei Federal n. 5.194/66, está sujeita ao cumprimento da legislação que prevê a contratação por meio de concurso público. Somente é permitida contratação, sem a realização de concurso público, no caso de ocupantes de cargos comissionados. Estas contratações ocorrem mediante necessidade do Conselho, sendo solicitadas pela Presidência, num percentual não inferior a 50% , quanto por empregados contratados especialmente para este fim..

Após as contratações, via concurso público, o novo colaborador recebe dois treinamentos introdutórios, o primeiro de socialização denominado “Seja bem-vindo ao Crea-PA”, e o segundo denominado “Primeiros Passos”, tem por objetivo informar de forma sistêmica a legislação e atividades desempenhadas pelo Conselho.

As contratações de novos empregados acontecem de acordo com o previsto no regime da CLT, passando por um período de noventa dias de experiência, dividido em duas etapas de trinta e sessenta dias para efeito de avaliação.

Todos os cargos são registrados de acordo com a política de cargos, salários vigentes, obedecendo ao Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

No Quadro 20, 21 e 22 constam as informações referentes a força de trabalho do Crea-PA, indicando o número de empregados em relação a natureza do vínculo empregatício, e o tipo de exercício. Na análise deste, verifica-se que o Conselho possui 132 empregados, em 31 de dezembro de 2016, sendo 99,97% ocupantes de cargos de carreira, 0,3% ocupantes de cargos em comissão.

Em se tratando de empregados de cargos de carreira, dos 132 contratados, 75% estão distribuídos entre Agentes Auxiliares, neste caso sendo exigida a formação fundamental completa para provimento do cargo; os Agentes Administrativos dos quais se exige a conclusão do ensino médio; outro cargo que também é exigido o ensino médio, contudo na modalidade de técnico nas áreas abrangidas pelo Sistema, são os Agentes Fiscais, que representam 25,00% dos cargos de carreira.

Os empregados que ocupam cargos onde a exigência mínima é o ensino superior completo, no caso dos cargos de carreira, enquadram-se os Analistas e os Analistas Técnicos, onde nesse caso é também exigido a formação em áreas abrangidas pelo Sistema.

As 32 funções gratificadas, recebem mensalmente gratificação de função com valores definidos no PCS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



QUADRO 20- FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	129	7	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	129	7	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	129	7	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários.	0	0	0	5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	132	7	15

FONTE: GERENCIA DE RH

QUADRO 21. DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	98	31
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	98	31
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	98	31
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários.	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública.	2	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	100	32

Fonte: Gerencia de RH

QUADRO 22. DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1 +1.2)	0	4	0	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	28	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	28	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	32	0	2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



5.1.2. Demonstrativo de despesas com pessoal

No Quadro 23, constam os valores de custeio com pessoal contratado, nos últimos dois exercícios, classificados segundo o tipo de vínculo empregatício: empregados de carreira, ocupantes de cargos em comissão, em gozo de licença.

No exercício de 2016, o valor total pago foi R\$ 7.965.440,87 (sete milhões novecentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos), esse valor corresponde a um acréscimo de 1,01% em relação ao valor de 2015, representado por variações na verba de anuênio, visto que no exercício de 2016 não houve reajuste salarial em função da redução de jornada para 30 horas semanais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA

Quadro 23- Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016									
	2015									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2015	5.149.378,98	407.214,35	534.502,71	150.490,29	1.347.928,85	292.525,93			7.882.041,11
	2016	5.188.661,54	404.544,68	529.434,10	183.645,80	1.332.147,71	327.007,04			7.965.440,87
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2015									
	2016									
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015									
	2016									
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015									
	2016									
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015									
	2016									



5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O CREA/PA obedece na íntegra a Norma Regulamentadora nº 09 que reza sobre o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, atualizando anualmente este documento e colocando em prática suas diretrizes. Ressaltamos que pelo ultimo PPRA o grau de risco do Regional é 1(um), não havendo riscos que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo.

Em relação ao PCMSO o CREA-PA possui controle dos exames admissionais, periódicos, demissionais e de retorno ao trabalho, conforme reza a NR 07.

Em 2016 desenvolvemos um cronograma de ações voltado para ergonomia, qualidade de vida, motivação, riscos de acidentes, combate ao aedes aegypti, stress.

Este Regional, também obedecendo a NR 5, possui uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho –CIPA, que desenvolve ações preventivas. A ultima Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho SIPAT, ocorreu em dezembro de 2016 com o tema “Prevenção é a melhor forma de amor a vida”!

Nesta semana foram proferidas palestras sobre:

- Análise ergonômica é prevenir acidentes no seu estabelecimento

Palestrante: Engenheiro Mecânico Graciano Paulo Pessoa Serra (do Crea/PA)

Pós-Graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho

Pós-Graduado em Engenharia Naval.

- Alimentação Saudável é mais energia

Palestrante: Nutricionista Patrícia Ferreira Monteiro

- Controle emocional .

Palestrante: Enfermeira Evelyn Thayana Maciel Mendonça (do Senac/PA)

Após a palestra houve aferição da pressão arterial e pesagem dos funcionários deste CREA/PA, que derivou em ações de combate a hipertensão arterial e a obesidade.

5.1.4. Contratação de mão de obra temporária

Sem ocorrências no exercício.

5.2. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará possui como estrutura de pessoal dois Analistas Técnicos, entre eles um Coordenador e dois estagiários. Esta equipe trabalha para garantir o funcionamento eficiente e eficaz em todas as unidades administrativas do CREA, provendo de infraestrutura básica de informática que consistem em garantir acesso à internet e computadores e impressoras em bom funcionamento.

Atualmente os sistemas de informações que estão em uso no Conselho, estão caracterizados em uso específico das Unidades administrativas ou em uso coletivo do CREA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Os de uso específicos estão nas unidades administrativas de Gerencia de Pessoal, Gerencia Financeira, Gerencia Contábil, Coordenadoria de Fiscalização e Coordenadoria Institucional. Os sistemas são:

- Folha de Pagamento: usada para calcular e gerenciar os proventos dos Colaboradores de CREA-PA;
- Sistema de Ponto: Controla o registro diário do ponto dos colaboradores;
- Gestão financeira, administrativa e patrimonial, softwares adquiridos da empresa IMPLANTA informática que gerencia os dados contábil-financeiro, gestão de contratos e o patrimônio do Conselho;
- Envio de e-mail em massa, é um sistema oferecido pela empresa MailSender que possibilita a equipe de comunicação e jornalismo enviar vários e-mails simultâneos, evitando assim estes serem caracterizados com spam;
- O I-agente possibilita a equipe de comunicação e jornalismo enviar cartão para os profissionais cadastrados em comemoração à datas festivas, como aniversário, natal, dia das mães e etc;
- ASSEC é um sistema usado pela Coordenadoria de Fiscalização para consulta de pessoas físicas e jurídicas, com objetivo de obter CPF e ou CNPJ das pessoas ou empresas que foram fiscalizadas.

Os de uso coletivo do CREA-PA, usados em todas as Unidades Administrativas, são sistemas corporativos que ajudam nas tarefas integradas do Conselho. São eles:

- Sistema Cooperativo (SITAC): Engloba todas as atividades operacionais e administrativas de abrangência coletiva, neste sistema estão modelados os fluxos dos processos da área administrativa como as receitas pagas, baixa dos boletos gerados no sistema, protocolos, relatórios gerencias. Na área operacional temos o registro de Pessoas físicas e jurídicas do sistema CONFEA/CREAs, registro de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, documento que atesta que há um profissional responsável pela obra ou serviço de engenharia, Cadastro dos relatórios de fiscalização e gerencia dos processos fiscais até a fase de decisão das câmeras especializadas.
- Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem é um serviço que possibilita a gerencia de contas e grupos de e-mail, vídeo conferencia pessoal e em grupo, armazenamento de arquivo em nuvens, com possibilidade de trabalho compartilhado nos arquivos disponibilizados nas nuvens e comunicação instantânea;
- Siscrea: É um sistema que tratamos como a intranet do CREA-PA, nele estão concentradas todas as informações relevantes ao corpo funcional do Conselho, como contracheque, sistema de portaria, sistema de requisição de compras, relatório de gerencia do registro de ponto diário etc;
- O site é a gerencia do portal do CREA-PA, a manutenção é dada pala Coordenadoria de TI e a gerencia de conteúdo fica sob a responsabilidade da Coordenadoria Institucional. Neste portal encontramos informações Corporativas, operacionais e o portal da transparência, além de notícias de interesse da comunidade profissional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



5.2.1 Principais sistemas de informação

Quadro 29. Demonstrativo dos sistemas e suas localizações de uso no CREA-PA.

Sistema	Área responsável	Utilizado por:	Plataforma	Denominação	Valor mensal	Valor anual
Folha de Pagamento	Gestão de pessoas	Gerência de Recursos Humanos	Cliente servidor	Sigesp	426,35	5.116,20
Sistema de Ponto	Gestão de pessoas	Gerência de Recursos Humanos	Cliente servidor	Ponto4		
Gestão financeira e de Patrimônio	Contabilidade e Financeiro	Gerencia Financeira, Gerência Contábil, Gerencia de Infraestrutura e Controladoria.	Cliente servidor e web	Implanta	R\$ 4548,24	R\$54578,00
Sistema de Comunicação, envia em massa e-mail	Comunicação e jornalismo	Coordenadoria Institucional	Web	MailSender	R\$422,62	R\$ 5071,44
Sistema de Comunicação, envia de cartão de aniversário	Comunicação e jornalismo	Coordenadoria Institucional	Web	Iagente	32,04	R\$384,48
Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem	Tecnologia da Informação	Todas as Unidades Administrativas	Web			R\$ 57900,00
Sistema Corporativo	SITAC	Todas as Unidades Administrativas	WEB	SITAC	R\$ 8811,79	R\$105741,48
Sistema Corporativo Administrativo	SISCREA	Todas as Unidades Administrativas	WEB	SISCREA	-	-
Site	Tecnologia da Informação	Todas as Unidades Administrativas	WEB	site	-	-
Sistema de consulta pessoa Física e jurídica	Fiscalização	Fiscalização	WEB	ACCESSC	R\$ 82,39	R\$988,68



6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Os conselhos de fiscalização do exercício profissional desempenham um importante papel público na sociedade, qual seja de controle, orientação e aprimoramento do exercício e das atividades profissionais, O CREA PA, como determina sua natureza, averigua as condições do exercício profissional nas áreas da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia.

Devido à natureza do serviço prestado à sociedade, assim como para obter retorno da qualidade dos serviços que presta para esta, o CREA PA disponibiliza, desde 2008, o setor de Ouvidoria, instituído pela portaria 000081/2008, que é compreendido como o segmento da administração que auxilia o cidadão em suas relações com o CREA e funciona como canal de comunicação direto entre o cidadão e a Instituição, permitindo que o cidadão, com suas críticas, sugestões, reclamações e solicitações, colabore com a melhoria dos serviços prestados, garantindo, de forma substancial, a participação da sociedade no controle de qualidade dos serviços prestados pela entidade.

6.1. Canais de acesso do cidadão

O CREA PA disponibiliza ao cidadão um site informativo dos serviços direcionados aos profissionais e empresas registradas no conselho, assim como os serviços de denúncia de fiscalização.

Os **SERVIÇOS DE INTERESSE DO PROFISSIONAL** estão na Aba **Serviços-Profissional**, que lista todos os serviços e o passo a passo para a solicitação junto ao CREA PA.

Os **SERVIÇOS DE INTERESSE DAS EMPRESAS** estão na Aba **Serviços-Empresa**, que lista todos os serviços e o passo a passo para a solicitação junto ao CREA PA.

As **DENÚNCIAS DE FISCALIZAÇÃO** do exercício profissional deverão ser originadas no campo de denúncia contido no ambiente público <https://sitac.creapa.org.br/publico/>, no site do CREA PA, feito desta forma é originado um número de protocolo, o qual servirá para acompanhar a tramitação e diligência feitas no local indicado, neste campo o denunciante também poderá anexar fotos para comprovar a irregularidade, caso as tenha, também poderá solicitar o sigilo dos dados particulares.

O cidadão que desejar fazer uma **MANIFESTAÇÃO** ao CREA PA referente ao serviço prestado poderá fazê-la por meio da Ouvidoria, no canal de manifestações, qual seja uma solicitação, uma reclamação, sugestão ou elogio.

Além do site, o CREA-PA disponibiliza à sociedade os seguintes canais de atendimento:

- **Presencial:** realizado na sede do Crea-PA, localizada na Travessa Dr Moraes 194-Belém - PA, bem como nas sedes das 21 Inspetorias que atuam como postos de atendimento e da fiscalização a fim de facilitar, aos profissionais e empresas registradas, o acesso aos serviços oferecidos pelo Conselho.
- **Telefônico:** o atendimento por meio de telefone viabiliza a consulta do andamento de processos, situação de regularidade ou irregularidade de profissional e de empresa, informações sobre valores de taxas e orientações no procedimento dos serviços prestados



pelo Crea-PA. Vale ressaltar que o atendimento telefônico, também, é realizado na sede do Crea-PA e nas sedes das 21 inspetorias;

6.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O CREA PA disponibiliza em seu site a carta de serviços ao cidadão que descreve a missão, visão e valores institucionais, os compromissos com o atendimento, assim como fixa os prazos para a realização destes serviços, baseada na carta produz anualmente a pesquisa de satisfação dos usuários do sistema, na qual fornece um cenário de percepções a partir das avaliações feitas pelos profissionais/empresas, jurisdicionados ao Conselho, e demais cidadãos interessados nos serviços oferecidos pelo CREA, para que possa servir de subsídio das futuras intervenções administrativas voltadas às melhorias institucionais.

A pesquisa é realizada pela ouvidoria, que apresenta o relatório analítico dos resultados à presidência do CREA para que os dados sejam convertidos em metas e compromissos para o próximo planejamento.

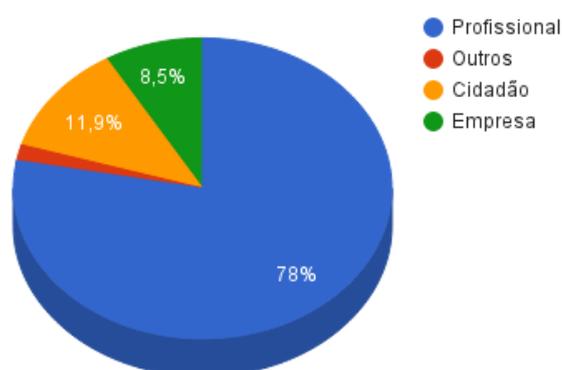
Tem como público alvo os profissionais registrados no CREA, as empresas atuantes nas áreas de abrangência do sistema CONFEA/CREA e demais cidadãos interessados em responder o questionário de pesquisa.

6.2.1. Índices da pesquisa de satisfação em 2016

A avaliação da satisfação do cliente tem por objetivo verificar a qualidade do atendimento e dos serviços prestados pelo CREA-PA. Os resultados obtidos são analisados pela Presidência do Conselho, em reunião de análise crítica, e as conclusões destas são repassadas aos empregados.

Optamos por informar em porcentagem o quantitativo de respostas para cada item, frisamos que o total de informantes foi de 120 questionários respondidos, os quais passamos a visualizar a seguir.

1.Quanto ao uso do sistema você é?



O primeiro gráfico evidencia que das 120 pessoas que responderam à pesquisa de satisfação 78% são profissionais do sistema CONFEA/CREA, deste total, 11,9% são de cidadão diversos, não necessariamente usuários diretos do sistema, 8,5% são empresas e 1,6% dos informantes são responsáveis por pessoas jurídicas da área da engenharia.

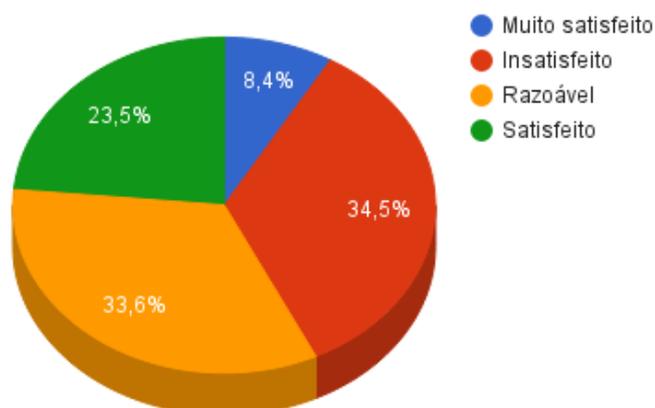


2. Como você conheceu o CREA-PA



Para a pergunta 02. Como você conheceu o CREA PA, 50% dos informantes responderam que conheceu o CREA PA por meio da Faculdade ou por indicação de conhecidos, o que indica que o canal de informação de profissionais e futuros profissionais tem sido por meio artesanal, o conhecido “boca a boca”, o que evidencia a necessidade de intervenção midiática para divulgação do Trabalho do CREA PA, 29,3 % tomaram conhecimento através da internet, 17,2% não encontraram nas alternativas uma adequada para o seu caso e 3,5% conheceram por meio de mídias de TV, jornal, rádio e etc.

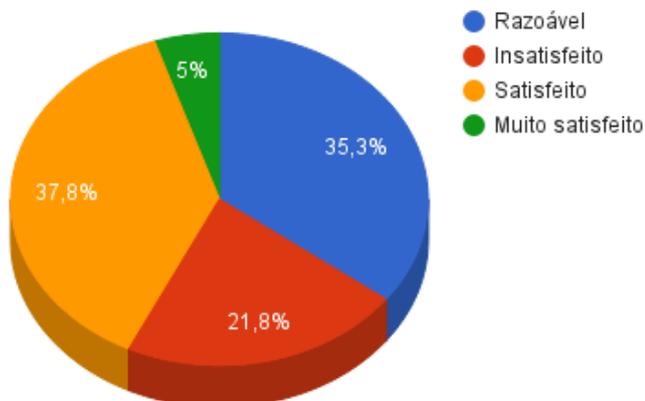
3. Qual seu grau de satisfação com os serviços oferecidos pelo CREA-PA



Para a pergunta 03. Qual o seu grau de satisfação com os serviços oferecidos pelo CREA PA 34% se dizem estar insatisfeitos com os serviços, enquanto que 33,6% consideram os serviços razoáveis, 23,5% estão satisfeitos com os serviços e 8,4% estão muito satisfeitos que somados totalizam 31,9% de informantes satisfeitos com os serviços, porém a maioria ainda é de insatisfeitos.

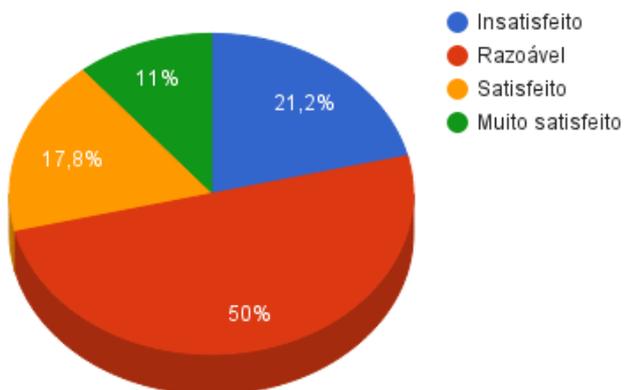


4. Marque uma opção em relação atendimento presencial na SEDE do CREA-PA em Belém



Para a pergunta 04 sobre o atendimento presencial na Sede do CREA PA, 37,8% se dizem estar satisfeitos com o atendimento, enquanto que 35,3% acham o atendimento razoável, 21,8% estão insatisfeitos e 5% consideram o atendimento muito satisfatório, resta evidente que a maioria declara-se satisfeito com o serviço.

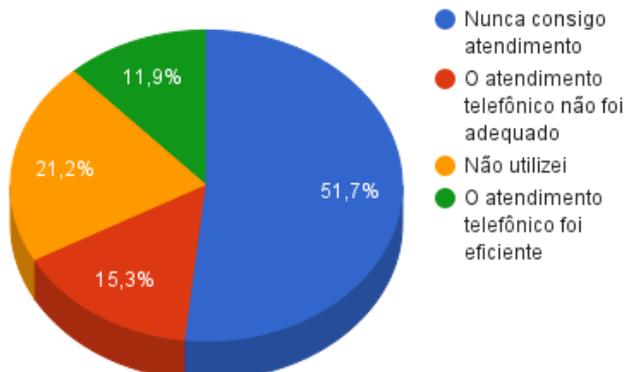
5. Marque uma opção em relação atendimento presencial nas Inspetorias do CREA-PA



Já para o atendimento presencial nas Inspetorias, pergunta 05, 50% considera o atendimento razoável, 21,2% se consideram insatisfeitos com o atendimento, 17,8% estão satisfeitos e 11% estão muito satisfeitos com o atendimento nas inspetorias, somadas as respostas negativas totalizam 71,2% de informantes insatisfeitos com o atendimento, e as respostas positivas totalizam 28,8%, desta forma consideramos que maioria declarou que o atendimento nas inspetorias é razoável ou insatisfatório.

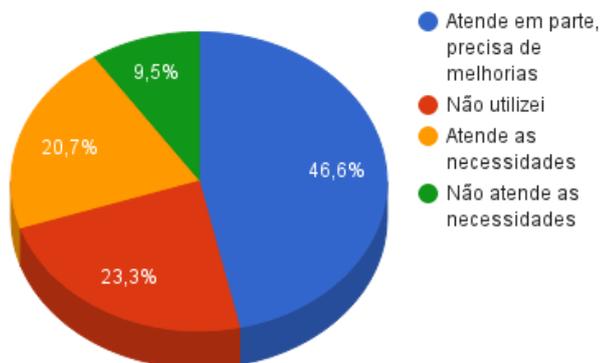


6. Marque uma opção em relação atendimento telefônico do CREA-PA



Na pergunta 06 sobre o atendimento telefônico do CREA PA 51,7% declararam que nunca consegue atendimento, enquanto que 21,2% dos entrevistados diz que nunca utilizou os serviços via telefone, 15,3% considerou que o atendimento telefônico não foi adequado, e apenas 11,9% considerou o atendimento telefônico eficiente.

7. Quanto à humanização das instalações físicas do CREA na Sede em Belém

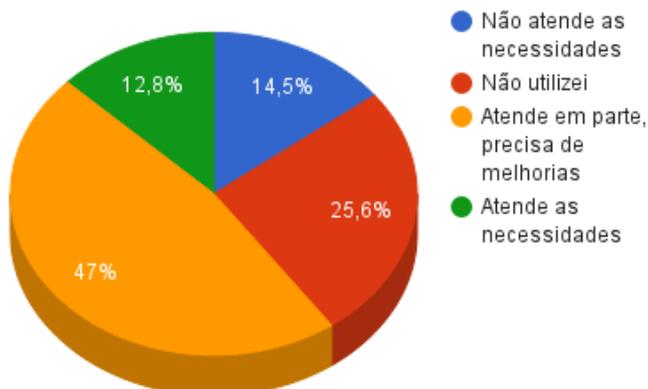


No item 07 quanto à humanização das instalações físicas do CREA na Sede, em Belém, antes se faz necessário esclarecer que consideramos instalações físicas as cadeiras, mesas, computadores, prédios e a acessibilidade.

Para este item 46,6% dos informantes declararam que as instalações atendem em parte às necessidades, mas precisa de melhorias, 23,3% não utilizou estas instalações e, portanto, não julgou a humanização das instalações, 20,7% considerou que as instalações atendem às necessidades e 9,5% consideraram que as instalações da Sede não atendem às necessidades dos usuários da instituição.

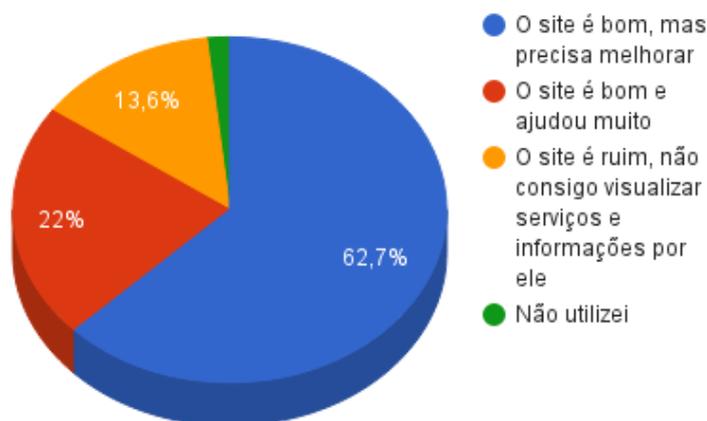


8.Quanto à humanização das instalações físicas do CREA nas Inspetorias



Quanto à humanização das instalações físicas das Inspetorias do CREA PA 47% consideram que as instalações atendem em parte às necessidades e precisam de melhorias, 25,6% declararam que não fizeram uso das instalações, 14,5% dizem que não atendem às necessidades e 12,8% que atende às necessidades.

9.Marque uma opção em relação ao Site do CREA PA



O item 09 sondou a satisfação dos informantes quanto ao uso do site do CREA PA e 62,7% consideraram que o site do CREA é bom, porém precisa de melhorias, 22% consideraram o site bom e ajuda muito, 13,6% considera o site ruim e difícil de visualizar serviços e informações por meio dele, apenas 1,7% do total de informantes não utilizou o site.



10. Marque uma opção em relação ao sistema profissional/empresa SITAC



Quanto ao sistema Sitac de serviços profissionais e empresas, 50% considerou que o sistema é bom, mas precisa melhorar, 33,1% considerou que o sistema é bom e ajudou muito, 11,9% dos entrevistados declarou que o sistema é ruim e que não consegue solicitar serviços por ele e 5% dos entrevistados não utilizaram o sistema.

11. Marque uma opção quanto aos serviços da fiscalização



No item 11 foi perguntado sobre os serviços da fiscalização e 69% dos informantes nunca utilizaram os serviços de fiscalização, 13,6% consideraram que o atendimento não foi adequado, 10,2% avaliaram o atendimento como eficiente e 6,7% que nunca conseguem atendimento pela fiscalização.

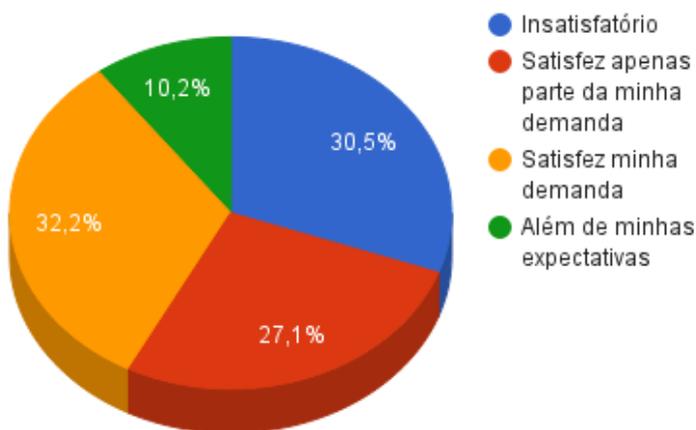


12. Marque uma opção com relação ao atendimento da Ouvidoria do CREA-PA



Com relação ao atendimento prestado pela ouvidoria 44% dos informantes diz que não utilizou os serviços, 33,1% classificou o atendimento como eficiente, 16,1% que o atendimento não foi adequado e 6,8% que não consegue atendimento.

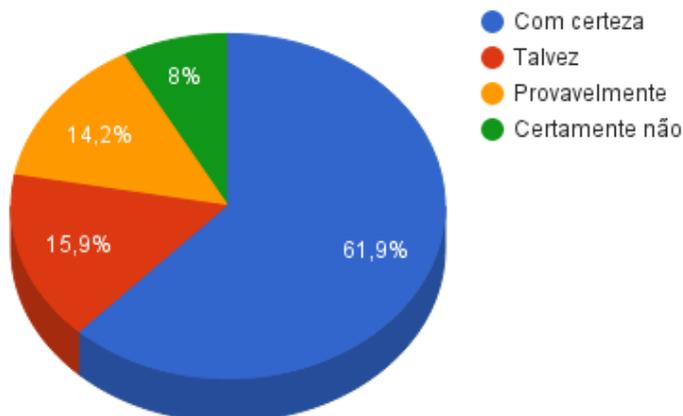
13. Marque uma opção sobre a qualidade da resposta da Ouvidoria do CREA-PA



Sobre a qualidade de resposta 32,2% classificaram as respostas como satisfatórias, 30,5% como insatisfatórias, 27,1% satisfezo apenas parte da minha demanda e 10,2% das respostas a qualidade foi além das expectativas dos informantes.



14. Se surgir situação semelhante no futuro, você apresentará outra manifestação à Ouvidoria



Perguntado caso precisassem se reportar novamente a ouvidoria, os informantes fariam outra manifestação, 61,9% dos informantes responderam com certeza, 15,9% responderam que talvez, 14,2% provavelmente e 8% disseram que não voltariam a realizar manifestações.

6.2.2. Avaliação e sugestões por área de concentração

• ATENDIMENTO PRESENCIAL

Avaliação

1. Péssimo atendimento
2. Não recebe respostas às dúvidas encaminhadas por e-mail.
3. A resposta por e-mail é demorada.
4. Não existe direcionamento para encaminhamentos de dúvidas.
5. O atendimento presencial piorou depois do Sitac, pois o profissional ou a empresa não podem mais resolver nada lá, atendentes mandam fazer um protocolo e aguardar atendimento.
6. Atendentes despreparados.
7. Falta qualificação dos atendentes.
8. Atendentes na sede não têm conhecimento do sistema *On line*.

Sugestões

1. Atendimento com cortesia e atenção às particularidades de cada profissional.
2. Horário de atendimento comercial.

• ATENDIMENTO TELEFONICO

Avaliação

1. Não conseguem atendimento por telefone.
2. Os atendentes demoram a atender o telefone, que chama até cair a ligação, e ainda deixam as pessoas em espera.
3. Informações incorretas ou incompletas que geram consequências desagradáveis para o profissional.
4. Telefone, o atendimento é péssimo (3219-3402/03/04/06 e 07)
5. Chat *on line*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Sugestões

1. Melhor o atendimento telefônico para encurtar distâncias.
2. Em Parauapebas os telefones não funcionam.

- **ATENDIMENTO INSPETORIAS**

Avaliação

1. Atendimento em Parauapebas não é eficiente.
2. Os atendentes não têm conhecimento dos serviços do CREA.
3. Internet vive fora do ar.

Sugestões

1. Não houve sugestão.

- **SITE**

Avaliação

1. As informações no site não são claras e nem atualizadas.
2. As informações sobre emprego estão desatualizadas
3. O Site é muito confuso

Sugestões

1. Simplificar as informações do site.
2. Colocar uma identificação mais visível dos serviços oferecidos pelo CREA.
3. O site precisa ser mais **intuitivo e objetivo nas informações**
4. Criação de um aplicativo com os serviços do CREA PA.
5. Quadro de currículo dos profissionais

- **INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SEDE**

Avaliação

1. Não tem atendimento preferencial.
2. Espaço pouco confortável.
3. Banheiros inadequados.

Sugestões

1. Atendimento preferencial
2. Melhorar o espaço físico.
3. Maior conforto no espaço físico.
4. Sanitários
5. Estacionamento para os profissionais.

- **INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS INSPETORIAS**

Avaliação

1. Não tem atendimento preferencial.
2. Espaço pouco confortável.
3. Banheiros inadequados.

Sugestões

1. Melhorar o espaço físico.
2. Atendimento preferencial



- **SISTEMA PROFISSIONAL/EMPRESA-SITAC**

Avaliação

1. A plataforma precisa ser de fácil manuseio.
2. A área de serviços do profissional não possui todas as opções de atividade profissionais e estas estão desorganizadas, códigos fora da ordem.

Sugestões

1. Fornecer cursos para utilização do sistema profissional/empresa.
2. Disponibilizar manual de preenchimento de ART.

- **OUTROS SERVIÇOS**

Avaliação

1. Cobranças para alteração de endereço na ART (somente endereço).
2. Demora na análise e liberação de art.
3. Diminuir a quantidade de códigos de serviços.
4. A instituição precisa lutar para fixar um piso salarial para a classe nas prefeituras e órgãos públicos (salários abaixo do mínimo profissional).
5. O CREA só envia informações da engenharia Civil.

Sugestões

1. Fixar e cumprir prazos para a conclusão dos protocolos.
2. Fixar prazo para liberação de ART.
3. Fixar um *check list* para CAT, pois a mesma certidão é recusada várias vezes por motivos diferentes.
4. Implantar um canal eficiente somente para tirar dúvidas
5. Implantação de uma inspetoria na cidade de BREVES.
6. Cartilha profissional para preenchimento de ART, não existe no site informação sobre isto.
7. Agilidade na análise de ART fora de época.
8. Cursos e palestras.
9. Análise automática de ART.
10. Capacitação dos funcionários que analisam ART para dar um só entendimento.
11. Especificar no site e-mail e telefone do setor de DÉBITOS.
12. Fazer ART de rascunho para conferência do Profissional ante de passar para análise do CREA.
13. Assunto livre no protocolo

- **GESTÃO**

Avaliação

1. Eficiência está em cobrar taxas
2. O CREA promete e nunca cumpre seus prazos

Sugestões

1. Mudar a direção.
2. Ações concretas e intensivas de modo a elevar o padrão de qualidade técnica dos engenheiros e empresas de engenharia.
3. Chamar a comunidade profissional para discutir e propor soluções de assuntos relevantes.
4. O CREA-PA deveria trazer mais cursos e treinamentos de qualidade para os engenheiros, pois a maioria dos bons treinamentos são realizados apenas em SP, RJ ou MG.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



5. Campanha publicitária incentivando as pessoas a buscar acompanhamento de profissionais do CREA
6. Inovem ou copiem as ideias inovadoras dos CREAS de outros estados, que já disponibilizam serviços através **de aplicativos para smartphones**.

• **OUVIDORIA**

Avaliação

1. Somente a ouvidoria atende telefone.

Sugestões

1. Cumprimentos de prazos de resposta pela ouvidoria.

• **FISCALIZAÇÃO**

Avaliação

1. Falta fiscalização nos editais de concursos públicos para pagamento do mínimo profissional.
2. Número insuficiente de fiscais.
3. A fiscalização deixa a desejar, muitas obras na periferia sem fiscalização.
4. Em alguns municípios a fiscalização é apenas esporádica
5. Aumentar o número de Agentes Fiscais nas Regionais
6. Estreitar a comunicação com outros órgãos Públicos, principalmente de Fiscalização.

Sugestões

1. Resposta para as denúncias de fiscalização.
2. Fiscalizar os profissionais que não pagam o CREA e continuam exercendo a profissão.
3. Fiscalizar mais as empresas agropecuárias que não pagam o mínimo profissional para o Agrônomo.
4. Fiscalizar os bairros periféricos em Belém.
2. Falta fiscalização em Altamira e redondezas.
3. Fiscalização em estabelecimentos agropecuários.

6.2.3. PRINCIPAIS AÇÕES

- Lei de Acesso à Informação - Acórdão do TCU 014.856/2015-82 – Ações no CREA-PA

- Portaria 64/2016, Fevereiro/2016 – cria a Comissão para apresentar projeto de implantação e acompanhamento da LAI em atendimento ao Acórdão do TCU;
- Portaria 174/2016 aprova a IA-Instrução Administrativa- 004/2016 instrui sobre a aplicabilidade da Lei no âmbito do CREA-PA, que dispõe sobre o acesso a informação, previsto no inciso XXXIII, do caput do art.5º da Constituição Federal;
- Constituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos – CPADS. Todas estas ações foram Coordenadas pela Ouvidoria cumprindo a determinação da Presidência do CREA-PA, em tempo hábil, com a finalização do novo portal de Acesso a Informação.
- O novo portal foi lançado em 10/08/2016 cumprindo o prazo determinado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



6.3. NÚMEROS- JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016 a Ouvidoria recebeu um total de 1.454 manifestações, divididas entre 1163 e-mails e protocolos e 291 Telefonemas, que passamos a pontuar a seguir.

Quadro 30. Demanda de Manifestações por Emails e protocolos/Mês

MÊS	QUANTIDADE	PERCENTUAL/ANO
JANEIRO	83	7%
FEVEREIRO	96	8%
MARÇO	106	9%
ABRIL	90	8%
MAIO	80	7%
JUNHO	129	11%
JULHO	89	8%
AGOSTO	88	8%
SETEMBRO	104	9%
OUTUBRO	96	8%
NOVEMBRO	94	8%
DEZEMBRO	108	9%
TOTAL	1.163	100%

Se pode ver que os meses que mais recebemos manifestações por e-mail ou protocolo foram respectivamente: Junho com 129 manifestações, dezembro com 108 manifestações, Março com 106. Em contraposição, o mês com menor número de manifestações foi o Janeiro com 83 manifestações.

Quadro 31. Demanda de Manifestações por telefone/Mês

MÊS	QUANTIDADE	PERCENTUAL/ANO
JANEIRO	54	18%
FEVEREIRO	49	17%
MARÇO	31	11%
ABRIL	21	4%
MAIO	25	9%
JUNHO	19	6%
JULHO	25	9%
AGOSTO	9	3%
SETEMBRO	14	5%
OUTUBRO	8	3%
NOVEMBRO	10	3%
DEZEMBRO	26	9%
TOTAL	291	100%

Os meses em que recebemos o maior número de telefonemas foram respectivamente: Janeiro, 54 ligações e fevereiro 49 ligações. E o mês com menor número de ligações foi Outubro com 8 e Agosto 9 ocorrências. Isto porque desde o mês de junho passamos a receber manifestações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



via protocolo, em que o profissional pode registrar a partir do sistema de uso do profissional, o que fez diminuir o número de ligações devido a essa facilidade.

Quadro 32. Demanda de Manifestações em relação à natureza das manifestações/Ano

NATUREZA DA MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL/ANO
Reclamação	291	20%
Informação	554	38%
Solicitação	546	37%
Denúncia	41	3%
Elogios /Agradecimentos	9	1%
Diversos	13	1%
TOTAL	1.454	100%

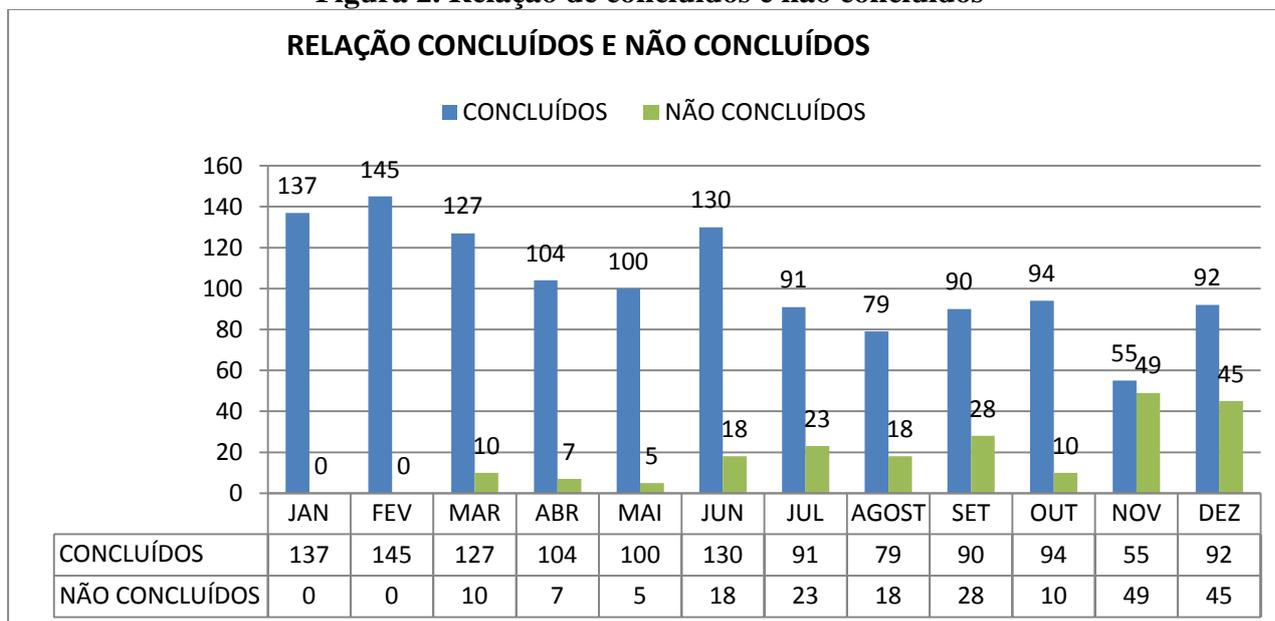
Como se pode evidenciar no quadro das manifestações conforme a classificação quanto à natureza das manifestações, 291 manifestações, foram para reclamação que representa 20 % do total das manifestações recebidas ao ano; 554 manifestações foram pedido de informações prestadas sobre andamento de processos, análises de ARTs, certidões etc. representando um percentual de 38% das manifestações anuais, 546 foram de solicitação sobre processos parados, falta de atendimento telefônico, atendimento inadequado somando 37% do total anual de manifestações, 41 foram de denúncias de fiscalização o qual recebem orientação para registro da denúncia direto no canal da fiscalização 3% do total, 9 foram de elogios ou agradecimentos e 13 foi relacionado à situações diversas que extrapolam às obrigações da ouvidoria.

Quadro 33. Percentual em Relação à Conclusão

MÊS	TOTAL/MÊS	PERCENTUAL DE PROCESSOS CONCLUÍDOS
JANEIRO	137	100%
FEVEREIRO	145	100%
MARÇO	137	93%
ABRIL	111	94%
MAIO	105	96%
JUNHO	148	88%
JULHO	114	74%
AGOSTO	97	80%
SETEMBRO	118	73%
OUTUBRO	104	89%
NOVEMBRO	104	48%
DEZEMBRO	134	58%
TOTAL	1.454	79%



Figura 2. Relação de concluídos e não concluídos



- No início deste ano a ouvidoria recepcionou o serviço do fale conosco que estava desativado há alguns anos, o atendimento Fale Conosco teve seu início 01 de junho/2016 gerando demandas com número de protocolo de atendimento pelo SITAC, o qual permite que o interessado acompanhe cada passo dado ao protocolo, assim como a resposta e o tempo de espera em cada setor.
- Pode-se observar que no primeiro mês do ano do total de 137 manifestações recebidas, 100% foram concluídas. No restante do ano a média de manifestações concluídas se manteve superior em relação às não concluídas. Neste sentido a ouvidoria tem desempenhado um papel fundamental na intermediação entre profissionais e empresas com o CREA, analisando os casos recebidos que merecem urgência e intervenção da Ouvidoria para cumprimento de prazos razoáveis de conclusão dos processos. Assim como na orientação de procedimentos e dúvidas recebidas.
 - Manifestação **PRESENCIAL**: nesse período o número registrado foi de 4 atendimentos, o que nos leva a entender que o sistema SITAC tornou-se uma ferramenta de utilização eletrônica muito eficaz não necessitando, na maioria das vezes, da presença do cidadão à Ouvidoria para registrar manifestação, uma vez que a ouvidoria tem trabalhado com processos do dia, para dar um retorno quase que imediato ao cidadão, evitando assim os transtornos na demora do atendimento. É de se notar por oportuno, que o mesmo acontece com as caixas de pesquisas apostas na sede para receber manifestações que não receberam nenhuma manifestação durante o período.

CONSIDERAÇÕES:

Podemos afirmar que o Baixo número de atendimento presencial – se deve ao link da Ouvidoria ter cumprido o papel como o meio mais apropriado e rápido para o cidadão se manifestar; traçando um comparativo com o relatório de 2015 (Jan/Dez) podemos ver:

- Em 2015 recebemos um total de 1.228 manifestações com um percentual de 69% da demanda concluída;
- Em 2016 de janeiro a dezembro recebemos 1.454 manifestações com um crescimento de 226 manifestações recebidas na Ouvidoria em relação ao ano anterior, com um total de 1149 manifestações concluídas, o que representa 79% do total anual das manifestações, incluindo as não concluídas no exercício anterior.



PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Foram registrados no ano de 2016 um total de 4 pedidos de acesso à informação:

PROT. 276366/2016 . João Carlos Strappazon-
Assunto: Informação sobre Art's do Edifício Azure-
Processo concluído
Resposta enviada por e-mail

PROT. 278747/2016 . João Carlos Strappazon
Assunto: Cópia de Art's
Processo concluído
Resposta enviada por e-mail

PROT. 206010/2016 - Rodrigo de Barros Martins Resende
Assunto: Informações sobre profissionais – RNP 1506289363 e 15003554112
Processo concluído
Resposta enviada por e-mail

RECLAMAÇÕES MAIS IDENTIFICADAS – e-mails e telefones

- Boleto de anuidades/art;
- Resetar senha;
- Registros de PF e PJ;
- Análise de art;
- Carteira Profissional;
- Certidão CAT;
- ART fora de época;
- Telefones SAV (3219-3402; 03; 04; 06. 07);

Não Concluídas

- Registro PF
- Anotação de título;
- Art substituição;
- Reclamação atendimento telefônico;
- Inspeção de Cametá,
- Atendimento telefônico

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.

O Cidadão que desejar obter informações relevantes sobre a atuação do conselho poderá acessar o portal da transparência disponível na página do CREA que dispõe das **INFORMAÇÕES ATIVAS** exigidas pela Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011 e seu decreto regulamentador nº 7724/2012.

As informações não disponíveis e que não estão classificadas em grau de sigilo, **TRANSPARÊNCIA PASSIVA**, poderão ser informadas por meio de pedido ao e-sic, Serviço de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Informação ao Cidadão, preenchendo formulário específico, o qual será analisado e, após, disponibilizado ao cidadão no formato de sua preferência.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

O CREA PA dispõe de estrutura para atender os cidadãos portadores de deficiência. A Sede em Belém e suas Inspetorias possuem espaço acessível com rampas para cadeirantes, banheiros adaptados e elevadores, garantindo acesso rápido e fácil aos usuários portadores de deficiência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Execução física e financeira das ações do Orçamento

O valor do orçamento aprovado para ano de 2016 era da ordem de R\$18.590.416,86 (dezoito milhões, quinhentos e noventa mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos).

Ressaltamos que ao final do exercício não foi necessária Reformulação Orçamentária pois o desvio percentual de execução do orçamento esteve dentro do controle da gestão do Conselho.

7.1.1. Demonstração da receita

Quadro 34. Origem das Receitas

Situação em 31/12/2016

FONTE DE RECEITA	VALOR BRUTO	COTA PARTE CONFEA	COTA PARTE MÚTUA	VALOR ARRECADADO
RECEITA CORRENTE	R\$ 20.273.744,99	R\$ 2.749.481,35	R\$ 1.352.448,86	R\$ 16.628.516,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 6.762.244,31	R\$ 811.469,32	R\$ 1.352.448,86	R\$ 4.598.326,13
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	R\$ 6.762.244,31	R\$ 811.469,32	R\$ 1.352.448,86	R\$ 4.598.326,13
ANOT.DE RESP. TÉCNICA	R\$ 6.762.244,31	R\$ 811.469,32	R\$ 1.352.448,86	R\$ 4.598.326,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 10.701.946,54	R\$ 1.605.291,98	R\$ -	R\$ 9.096.654,56
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	R\$ 6.785.064,45	R\$ 1.017.759,67	R\$ -	R\$ 5.767.304,78
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	R\$ 5.895.378,95	R\$ 884.306,84	R\$ -	R\$ 5.011.072,11
PESSOAS FÍSICAS DO EX.ANTERIOR	R\$ 889.685,49	R\$ 133.452,82	R\$ -	R\$ 756.232,67
ANUIDADES DE PESSOAS JUR.	R\$ 3.916.882,09	R\$ 587.532,31	R\$ -	R\$ 3.329.349,78
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	R\$ 3.547.628,58	R\$ 532.144,29	R\$ -	R\$ 3.015.484,29
PESSOA JURÍDICA DO EX.ANTERIOR	R\$ 369.253,52	R\$ 55.388,03	R\$ -	R\$ 313.865,49
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 1.300,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.300,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	R\$ 1.300,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.300,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 838.965,35	R\$ 125.844,80	R\$ -	R\$ 713.120,55
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	R\$ 377.858,32	R\$ 56.678,75	R\$ -	R\$ 321.179,57
EMOLUMENTOS C/ EXP. CARTEIRAS	R\$ 234.120,14	R\$ 35.118,02	R\$ -	R\$ 199.002,12
EMOLUMENTOS C/ EXP. CERTIDÕES	R\$ 209.396,04	R\$ 31.409,41	R\$ -	R\$ 177.986,63
EMOLUMENTOS C/ VISTOS DE REG.	R\$ 17.590,86	R\$ 2.638,63	R\$ -	R\$ 14.952,23
FINANCEIRAS	R\$ 1.061.183,97	R\$ 128.951,74	R\$ -	R\$ 1.388.934,44
JUROS E ENC.DE EMP. CONCEDIDOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
JUROS DE MORA S/ ANUIDADES	R\$ 4.035,64	R\$ 605,35	R\$ -	R\$ 3.430,29
JUROS MORA S/ MULTAS INFRAÇ.	R\$ 7.525,21	R\$ 1.128,78	R\$ -	R\$ 6.396,43
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 1.049.623,12	R\$ 127.217,61	R\$ -	R\$ 1.379.107,72
ATUALIZAÇÃO MON. S/ ANUIDADES	R\$ 273.447,73	R\$ 41.017,16	R\$ -	R\$ 232.430,57
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	R\$ 7.339,74	R\$ 1.100,96	R\$ -	R\$ 6.238,78
MULTAS SOBRE ANUIDADES	R\$ 567.329,92	R\$ 85.099,49	R\$ -	R\$ 482.230,43
REM. DEP. BANC. E APLIC. FINANC.	R\$ 201.505,73	R\$ -	R\$ -	R\$ 658.207,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 346.101,92	R\$ -	R\$ -	R\$ 346.101,92



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Cont. Quadro 34. ORIGEM DAS RECEITAS ORIGEM DAS RECEITAS

FONTE DE RECEITA	VALOR BRUTO	COTA PARTE CONFEA	COTA PARTE MÚTUA	VALOR ARRECADADO
Transferências Intragovernamentais	R\$ 346.101,92	R\$ -	R\$ -	R\$ 346.101,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 562.002,90	R\$ 77.923,51	R\$ -	R\$ 484.079,39
DÍVIDA ATIVA	R\$ 257.592,25	R\$ 38.638,84	R\$ -	R\$ 218.953,41
MULTAS DE INFRAÇÕES	R\$ 261.897,84	R\$ 39.284,68	R\$ -	R\$ 222.613,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 42.512,82	R\$ -	R\$ -	R\$ 42.512,82
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 183.100,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ALIENACAO DE BENS	R\$ 183.100,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	R\$ 183.100,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	R\$ 20.456.844,99	R\$ 2.749.481,35	R\$ 1.352.448,86	R\$ 16.628.516,99

O quadro acima apresentado indica que, dentre a receita bruta arrecadada pelo Crea, temos a seguinte distribuição de acordo com a Lei 5.194/66:

- Da receita de ART- 20% é destinada a MUTUA Caixa de Assistência dos Profissionais do Sistema e 12% para o Conselho Federal-CONFEA.

- As demais receitas, com exceção de Receitas Patrimoniais e Transferências Correntes, são destinadas 15% para o CONFEA.

Desde meados de 2008 a partição da receita junto aos demais órgãos do Sistema CONFEA-CREA é realizada na fonte, ou seja, durante o ato do pagamento dos boletos a receita correspondente ao percentual acima assinalado vai diretamente aos cofres desses órgãos. As receitas as quais ainda são necessários realizar o cálculo em separado para repasse de cotas são depósitos diversos realizados em caráter extraordinário na conta movimento do Conselho oriundos das negociações de Processos de Dívida Ativa Administrativa realizadas pela Câmara de Arbitragem – COMAPA.

Dessa forma, nosso orçamento é feito pela base líquida de cálculo de arrecadação, de onde demonstramos os parâmetros de análises realizadas nesse relatório nos quadros acima descritos.

Observando os dados apresentados, destacamos que a Receita Líquida com contribuições – Anuidades - atingiram R\$ 9.096.654,56 (nove milhões, noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), representando 55% da receita total arrecada, seguida de R\$ R\$ 4.598.326,12 (quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e seis reais e doze centavos) de arrecadação com taxas de ART, representando 28% do total arrecadado.

Sendo assim, a demonstração acima representa que a principal fonte de arrecadação é a receita de anuidades recebidas dos profissionais e empresas. Esse fator se torna um reflexo ligado à proporção díspare dos valores de Anuidades em comparado às taxas de Anotação de Responsabilidade Técnica (que representam o cumprimento da missão do Conselho pela atuação da fiscalização profissional diante da sociedade).

7.1.2. Previsão e arrecadação por natureza

No quadro abaixo, verifica-se que foi arrecadado 89% do valor orçado para o exercício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Quadro 35. Natureza da Receita

Situação em 31/12/2016

FONTE DE RECEITA	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO
RECEITA CORRENTE	R\$ 18.590.416,86	R\$ 16.628.516,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 4.475.872,09	R\$ 4.598.326,13
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	R\$ 11.577.626,63	R\$ 9.096.654,56
COTA PARTE	R\$ -	R\$ -
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 2.500,00	R\$ 1.300,00
RECEITA DE SERVICOS	R\$ 716.918,14	R\$ 713.120,55
FINANCEIRAS	R\$ 405.000,00	R\$ 1.388.934,44
TRANSFERENCIAS CORRENTES	R\$ 1.000.000,00	R\$ 346.101,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 412.500,00	R\$ 484.079,39
RECEITA DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -
OPERAÇÕES DE CREDITO	R\$ -	R\$ -
ALIENACAO DE BENS	R\$ -	R\$ -
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	R\$ -	R\$ -
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -
SALDO DE EXERCICIOS	R\$ -	R\$ -
TOTAL	R\$ 18.590.416,86	R\$ 16.628.516,99

Vale destacar na receita tributária (ART), que a arrecadação representou 103% do valor orçado para essa rubrica.

7.1.3. Demonstração da Despesa

A despesa realizada teve um decréscimo de 2,5% de 2015 para 2016. Dentre o montante executado no exercício 58% representam as despesas com pessoal e encargos.

Quadro 36. Comparação entre os últimos exercícios

Situação em 31/12/2016

Natureza	Demonstrativo Sintético da Despesa				
	Exercício de 2015		Exercício de 2016		%
	Orçado	Executado	Orçado	Executado	
DESPEZA CORRENTE	R\$ 16.035.212,03	R\$ 14.035.812,32	R\$ 16.941.316,86	R\$ 14.426.853,60	3
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	R\$ 8.861.152,52	R\$ 8.387.404,95	R\$ 8.462.564,80	R\$ 8.451.355,87	1
JUROS E ENC. DÍVIDA	R\$ 2.000,00	R\$ 306,17	R\$ 521,96	R\$ 335,54	10
OUT. DESP. CORRENTES	R\$ 5.977.822,08	R\$ 4.774.265,91	R\$5.913.812,06	R\$5.120.213,06	7
TRIBUT. E CONTRIBUT.	R\$ 30.500,00	R\$ 17.202,04	R\$ 49.889,99	R\$ 16.171,86	- 6
DEMAIS DESP. CORR.	R\$ 620.183,44	R\$ 392.281,01	R\$ 459.028,05	R\$ 365.909,70	- 7
SERVIÇOS BANCÁRIOS	R\$ 315.000,00	R\$ 288.969,91	R\$ 379.000,00	R\$ 312.785,96	8
TRANSF. CORRENTES	R\$ 228.553,99	R\$ 175.382,33	R\$ 176.500,00	R\$ 160.081,61	- 9
RESERVAS			R\$ 1.500.000,00		
DESPEZA DE CAPITAL	R\$ 600.000,00	R\$ 113.680,14	R\$ 1.649.100,00	R\$ 76.585,40	- 33
INVESTIMENTOS	R\$ 600.000,00	R\$ 113.680,14	R\$ 1.649.100,00	R\$ 76.585,40	- 3
INV. FINANCEIRAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
AMORT. DA DÍVIDA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
OUTRAS DESP. CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Fica demonstrado novamente, depois de realizada comparação dentre as despesas executadas nos dois exercícios, o decréscimo de dispêndios decorre da redução significativa de investimentos realizados neste ano da gestão.

Dessa forma, percebe-se que, mesmo diante do aumento real nas despesas operacionais do Conselho, em razão da postergação de ações relacionadas aos projetos almejados pela gestão em suas diretrizes administrativas, o exercício de 2016 fica marcado pela atuação do controle em garantia de reserva financeira para posteriores aplicações de recursos.

7.1.4. Execução das despesas por natureza e elementos de despesa

Quadro 37. Despesa por natureza e elemento de despesa Situação em 31/12/2016

EXECUÇÃO DA DESPESA	PREVISTO	EXECUTADO	%
DESPESA CORRENTE	R\$ 15.441.316,86	R\$ 14.426.853,60	93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 8.462.564,80	R\$ 8.451.355,87	100
REMUNERAÇÃO PESSOAL	R\$ 6.309.468,99	R\$ 6.306.288,12	100
ENCARGOS PATRONAIS	R\$ 2.153.095,81	R\$ 2.145.067,75	100
JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 521,96	R\$ 335,54	64
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	R\$ 521,96	R\$ 335,54	64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.913.812,06	R\$ 5.120.213,06	87
BENEFÍCIOS A PESSOAL	R\$ 1.405.533,38	R\$ 1.395.547,00	99
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	R\$ 263.828,06	R\$ 263.307,95	100
USO DE BENS E SERVIÇOS	R\$ 689.069,00	R\$ 360.860,60	52
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 425.539,00	R\$ 290.561,72	68
DESPESAS COM VEÍCULOS	R\$ 232.000,00	R\$ 63.118,88	27
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	R\$ 8.680,00	R\$ 7.180,00	83
SERVICOS TERCEIROS – PESSOAS FÍSICAS	R\$ 22.850,00	R\$ 15.591,01	68
DIÁRIAS	R\$ 621.691,50	R\$ 616.661,00	99
PASSAGENS	R\$ 277.567,18	R\$ 275.136,67	99
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	R\$ 71.269,56	R\$ 36.257,00	51
SERVICOS TERCEIROS – PESSOAS JURÍDICAS	R\$ 2.584.853,38	R\$ 2.156.851,83	83
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 49.889,99	R\$ 16.171,86	32
TRIBUTOS	R\$ 49.889,99	R\$ 16.171,86	32
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	R\$ 459.028,05	R\$ 365.909,70	80
SERVIÇOS BANCÁRIOS	R\$ 379.000,00	R\$ 312.785,96	83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 176.500,00	R\$ 160.081,61	91
SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$ 176.500,00	R\$ 160.081,61	91
DESPESA DE CAPITAL	R\$ 1.649.100,00	R\$ 76.585,40	5
INVESTIMENTOS	R\$ 1.649.100,00	R\$ 76.585,40	5
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	R\$ 1.170.000,00	R\$ 11.200,00	1
TÍTULOS E AÇÕES	R\$ -	R\$ -	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	R\$ 479.100,00	R\$ 65.385,40	14
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ -	R\$ -	-
INTANGÍVEL	R\$ -	R\$ -	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



O valor total de investimentos realizados no ano de 2016 foi de R\$ 76.585,40, sendo este 33% inferior ao executado em 2015.

Quadro 38. Execução de despesa por elemento

Situação em 31/12/2016

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
PESSOAL E ENC. SOC.	8.451.355,87	8.387.404,95	8.451.355,87	8.387.404,95	-	-	8.451.355,87	8.387.404,95
Rem. Pessoal	6.306.288,12	6.241.586,33	6.306.288,12	6.241.586,33			6.306.288,12	6.241.586,33
Encargos Patronais	2.145.067,75	2.145.818,62	2.145.067,75	2.145.818,62			2.145.067,75	2.145.818,62
JUROS ENC. DA DÍV.	335,54	306,17	335,54	306,17	-	-	335,54	306,17
Outr. juros e Enc. Mora	335,54	306,17	335,54	306,17			335,54	306,17
OUT.DESP.CORRENTES	5.275.918,07	4.774.265,91	5.120.213,06	4.774.265,91	646,77	-	5.120.213,06	4.656.553,95
BENEF. A PESSOAL	1.401.983,27	1.410.314,54	1.395.547,00	1.410.314,54			1.395.547,00	1.404.529,69
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	263.307,95	230.140,34	263.307,95	230.140,34			263.307,95	230.140,34
USO BENS E SERVIÇOS	386.884,88	164.640,05	376.451,61	164.640,05	-	-	376.451,61	139.346,60
Material de Consumo	292.881,72	56.395,29	290.561,72	56.395,29			290.561,72	56.395,29
Despesas com Veículos	71.232,15	106.144,76	63.118,88	106.144,76			63.118,88	82.051,31
Outros Materiais de Consumo	7.180,00	-	7.180,00	-			7.180,00	-
Serv.de Terc. - P.Jurídica	15.591,01	2.100,00	15.591,01	2.100,00			15.591,01	900,00
DIÁRIAS	616.661,00	531.830,50	616.661,00	531.830,50			616.661,00	531.830,50
PASSAGENS	275.136,67	186.752,04	275.136,67	186.752,04			275.136,67	186.752,04
HOSP. E ALIMENT.	-	-	-	-			-	-
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	64.722,75	25.643,07	36.257,00	25.643,07			36.257,00	25.643,07
SERV. TERC.- P.JURIDICA	.267.221,55	2.224.945,37	2.156.851,83	2.224.945,37			2.156.851,83	2.138.311,71
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	16.911,46	17.202,04	16.171,86	17.202,04	-	-	16.171,86	17.202,04
Tributos	16.911,46	17.202,04	16.171,86	17.202,04			16.171,86	17.202,04
Contribuições	-	-	-	-			-	-
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	365.909,70	392.281,01	365.909,70	392.281,01			365.909,70	392.281,01
SERVIÇOS BANCÁRIOS	312.785,96	288.969,91	312.785,96	288.969,91			312.785,96	288.969,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	160.081,61	175.382,33	160.081,61	175.382,33	-	-	160.081,61	165.382,33
Subvenções Sociais	R\$ 160.081,61	R\$ 175.382,33	R\$ 160.081,61	R\$ 175.382,33			R\$ 160.081,61	R\$ 165.382,33



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Cont. Quadro 38. EXECUÇÃO DE DESPESA POR ELEMENTO								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
INVESTIMENTOS	79.335,40	3.180.287,73	76.585,40	3.180.287,73	-	-	76.585,40	3.175.279,73
Obras, Instalações e Reformas	R\$ 11.200,00	R\$ 19.993,00	R\$ 11.200,00	R\$ 19.993,00			R\$ 11.200,00	R\$ 14.985,00
Títulos e Ações	R\$ -		R\$ -				R\$ -	R\$ -
Equipamentos e Materiais Permanentes	R\$ 68.135,40	R\$ 3.160.294,73	R\$ 65.385,40	R\$ 3.160.294,73			R\$ 65.385,40	R\$ 3.160.294,73
Aquisição de Imóveis	R\$ -		R\$ -				R\$ -	R\$ -
INTANGÍVEL	R\$ -		R\$ -				R\$ -	R\$ -
INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ -		R\$ -				R\$ -	R\$ -
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ -		R\$ -				R\$ -	
Amortizações de Empréstimos	R\$ -		R\$ -				R\$ -	
Outras Amortizações	R\$ -		R\$ -				R\$ -	R\$ -
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -		R\$ -				R\$ -	R\$ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Quadro 39. Demonstrativo da despesa por modalidade

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 338.990,75	2%	R\$ 946.751,05	7%	R\$ 338.990,75	2%	R\$ 946.751,05	7%
a) Convite			R\$ 52.893,30	0%			R\$ 52.893,30	0%
b) Tomada de Preços	R\$ 58.606,76	0%	R\$ 124.369,16	1%	R\$ 58.606,76	0%	R\$ 124.369,16	1%
c) Concorrência								
d) Pregão	R\$ 280.383,99	2%	R\$ 769.488,59	5%	R\$ 280.383,99	2%	R\$ 769.488,59	5%
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 486.238,34	3%	R\$ 1.985.379,54	14%	R\$ 486.238,34	3%	R\$ 1.985.379,54	14%
h) Dispensa	R\$ 92.117,87	1%	R\$ 1.515.954,82	10%	R\$ 92.117,87	1%	R\$ 1.515.954,82	10%
i) Inexigibilidade	R\$ 394.120,47	3%	R\$ 469.424,72	3%	R\$ 394.120,47	3%	R\$ 469.424,72	3%
3. Regime de Execução Especial	R\$ 189.097,45	1%	R\$ 173.772,74	1%	R\$ 189.097,45	1%	R\$ 173.772,74	1%
j) Suprimento de Fundos	R\$ 189.097,45	1%	R\$ 173.772,74	1%	R\$ 189.097,45	1%	R\$ 173.772,74	1%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 9.068.016,87	63%	R\$ 7.689.206,78	53%	R\$ 9.068.016,87	63%	R\$ 7.689.206,78	53%
k) Pagamento em Folha	8.451.355,87	58%	R\$ 7.268.684,28	50%	8.451.355,87	58%	R\$ 7.268.684,28	50%
l) Diárias	616.661,00	4%	R\$ 420.522,50	3%	616.661,00	4%	R\$ 420.522,50	3%
5. Outros	R\$ 4.421.095,59	30%	R\$ 3.671.719,02	25%	R\$ 4.421.095,59	30%	R\$ 3.671.719,02	25%
6. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)	R\$ 14.503.439,00	100%	R\$ 14.466.829,13	100%	R\$ 14.503.439,00	100%	R\$ 14.466.829,13	100%

Conforme demonstração dos valores no quadro acima, percebemos o controle de despesas realizado pela administração durante exercício de 2016, sobretudo despesas operacionais. Essa medida fez-se necessária, sendo o contingenciamento de gastos a meta principal adotada pela gestão.



7.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Indicamos que durante o exercício de 2016 obedecemos às normas contábeis aplicáveis ao setor público, segunda legislação específica dirimida pela Secretaria do Tesouro Nacional E Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil, em caráter geral, da depreciação dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos do CREA-PA.

Como não foram definidos os percentuais e estimativas de vida útil a serem aplicados no setor público federal, segundo orientações do Tesouro Nacional, tomamos para o CREA-PA a possibilidade de utilização das taxas de depreciação definidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, utilizadas pelas empresas privadas, na metodologia adotada por este Regional.

Pelas avaliações dos registros contábeis existentes no CREA-PA, observamos que o novo Plano de Contas padrão normatizado através da Resolução nº 1026 do CONFEA, foi efetivamente utilizado, desde a concepção orçamentária do exercício ainda em 2012, seguindo a obrigatoriedade do Sistema.

7.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O CREA-PA ainda não apresenta ações diretamente ligadas ao desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, exceto quanto à utilização de centro de custos contábeis quando da execução de despesas, estabelecendo controle gerencial quanto à distribuição de gastos entre sede e inspetorias, bem como demandas internas de processos administrativos.

7.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Após visualização dos Demonstrativos Contábeis obrigatórios, apresentamos, assim, os dados financeiros obtidos através da análise de balanços realizada pela contabilidade:

- 1) O valor do orçamento aprovado para ano de 2016 era da ordem de R\$18.590.416,86.
- 2) Durante o exercício foi prevista arrecadação total dos recursos em receitas correntes sendo executado no período verificamos o valor de R\$ 16.628.516,99. Essa execução representa 89% do valor orçado.
- 3) Destacamos que as anuidades atingiram R\$9.096.654,56, representando 55% da receita, seguido de R\$ 4.598.326,12, de arrecadação com taxas de ART, representando 28% do total arrecadado.
- 4) Em relação à comparação de despesas executadas, houve decréscimo de 2,5% em relação ao ano anterior, correspondendo ao montante de R\$14.503.439,00, em 2016. Do valor total de despesas, R\$159.194,61, foram inscritos em Restos a Pagar.
- 5) O total de investimentos realizados no ano de 2016, foi de R\$76.585,40, sendo este valor 33% inferior ao executado em 2015. Indicamos que ao longo do exercício foram necessárias medidas cautelares quanto a realização de despesas gerais, em razão do cenário econômico financeiro desfavorável, caracterizado principalmente pelo déficit de arrecadação conforme projeção orçamentária.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



- 6) Reiteramos o esforço dos dirigentes no controle de gasto com pessoal: R\$8.451.355,87, que encerrou o ano de 2016 atingindo 51% da receita (já computados os encargos sociais), ficando inferior ao limite de 60% determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que apesar de não ser aplicado aos Conselhos de Fiscalização Profissional, o Regional utiliza como parâmetro para controle das despesas relacionadas a pessoal, com caráter de prudência e responsabilidade dos gastos públicos.
- 7) Pela análise geral dos demonstrativos contábeis o Conselho apresenta ao final do exercício de 2016 um superávit financeiro de R\$ 4.559.327,63, superávit orçamentário da ordem de R\$ 1.965.883,38, e superávit patrimonial de R\$ 1.559.081,49. Demonstra-se ainda um saldo financeiro para o exercício seguinte de R\$ 4.477.175,29.

7.4. 1. Demonstração e análise de indicadores de desempenho orçamentário e financeiro

Quadro 40. Demonstração dos indicadores de desempenho orçamentário e financeiro

DESEMPENHO FINANCEIRO					
	Indicadores	2014 - %	2015 - %	2016 - %	Variação - %
Funções Finalísticas	Gastos com Conselheiros	1,56	1,26	1,84	45,75
Receita	Receita com atividade finalística	80,79	88,5	82,4	6,89
	Receitas oriundas de Transferências Correntes	4,51	2,21	2,08	5,99
	Gastos com Pessoal na Despesa	46,94	59,28	58,27	1,70
Despesa Pública	Investimentos nas áreas finalísticas	21,96	0,67	0,22	67,16
Desempenho Financeiro	Liquidez (Ativo Fin. / Passivo Fin.)	1,07	5,09	9,19	80,56
	Operações de Crédito na Receita	-	-	-	-
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO					
	Indicadores	2014	2015	2016	Variação- %
Balanco Orçamentário	Execução da Receita	1,00	0,97	0,89	-8,40
	Execução da Despesa	0,94	0,85	0,78	-8,30
	Resultado Orçamentário	1,06	1,14	1,14	0,00
Balanco Financeiro	Execução Orçamentária	1,06	1,14	1,14	0,00
	Execução Financeira	1,00	1,04	1,06	1,56
	Resultado dos Saldos Financeiros	0,15	6,92	1,85	-73,26
Balanco Patrimonial	Situação Financeira	1,07	5,09	9,19	80,56
	Resultado Patrimonial	22,75	21,03	21,49	2,18
	Situação Permanente	0	0	0	0,00
Variações Patrimoniais	Resultado das Variações Patrimoniais	1,31	1,07	1,10	2,33

Pelos indicadores financeiros acima indicados podemos destacar os seguintes pontos de análise:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



✓ Apesar das despesas com pessoal representarem um percentual acima de 58% do total de despesas totais dispendidas, há um esforço relevante dos dirigentes para enquadramento do percentual estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo o Regional não sendo obrigado a cumprir tal legislação, segundo entendimento do TCU;

✓ Dentre os números levantados em anos anteriores, houve redução nos investimentos realizados em 2016 dentre as principais medidas da gestão, em razão do déficit de arrecadação orçamentária e instabilidade do quadro econômico Brasileiro diante do cumprimento das obrigações operacionais;

Pelos indicadores orçamentários acima indicados podemos destacar os seguintes pontos de análise:

✓ Conseguimos observar que as representações dos números avaliados no balanço orçamentário demonstram a existência de superávit e o cumprimento das execuções de acordo com a projeção;

✓ Pelos números obtidos através do balanço financeiro verificamos a existência de superávit financeiro, ainda demonstrando o saldo disponível para o exercício seguinte; Os números apontados pelo Balanço Patrimonial apontamos novamente a existência de superávit financeiro, atendendo a determinação legal, inserida no § 2º, do art. 43, da Lei nº 4.320/64, indicando inclusive o grau de excesso de recursos financeiros capazes de satisfazer as obrigações financeiras de curto prazo. Verifica-se também a existência de superávit patrimonial, pois há indicação que a soma dos bens, créditos e valores realizáveis é superior à soma dos compromissos exigíveis mais as dívidas fundadas.

✓ Pelo Demonstrativo das Variações Patrimoniais vemos que a variação sofrida pela área patrimonial havendo mais incorporação de bens, créditos, valores etc. do que baixa de bens, créditos, valores e etc., representando mais uma vez o resultado patrimonial.

7.4.2. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

O quadro baixo demonstra os valores inscritos e pagos em restos a pagar no exercício de 2016. Indicamos que o Crea-PA possui como hábito a quitação total de Restos a Pagar inscritos no exercício imediatamente posterior, não restando saldos existentes como demonstrado abaixo. Todos os valores de Restos a pagar foram processados dentro do próprio exercício, restando apenas a fase de pagamento a momento posterior em razão do cumprimento de ritos processuais

Quadro 41. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 149,00
2015	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2014	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2016				R\$ 159.045,61
2015	R\$ 127.711,96	R\$ 117.232,46	R\$ 10.479,50	R\$ -
2014	R\$ 96.914,21	R\$ 96.914,21	R\$ -	R\$ -



7.4.3. Adequação às normas contábeis aplicadas ao setor público

Indicamos que durante o exercício de 2016 obedecemos às normas contábeis aplicáveis ao setor público, segunda legislação específica dirimida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil, em caráter geral, da depreciação dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos do CREA-PA.

Como não foram definidos os percentuais e estimativas de vida útil a serem aplicados no setor público federal, segundo orientações do Tesouro Nacional, tomamos para o CREA-PA a possibilidade de utilização das taxas de depreciação definidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, utilizadas pelas empresas privadas, na metodologia adotada por este Regional.

Pelas avaliações dos registros contábeis existentes no CREA-PA, observamos que o novo Plano de Contas padrão normatizado através da Resolução nº 1026 do Confea, foi efetivamente utilizado, desde a concepção orçamentária do exercício ainda em 2012, seguindo a obrigatoriedade do Sistema.

Em consonância à Portaria STN nº 828/2011, e demais alterações, objetivamos cumprir a adoção do regime de competência para o sistema de contabilização. Durante o exercício de 2016 a metodologia foi adotada de maneira eficaz na contabilização dos atos do Regional.

Apesar a implantação do novo sistema corporativo de manipulação das informações técnico-administrativas – SITAC- ainda não conseguimos integrar as informações para contabilização automática das receitas do CREA-PA, inclusive quanto as previsões de receita pela geração de boletos do sistema.

O CREA-PA ainda não apresenta ações diretamente ligadas ao desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, exceto quanto à utilização de centro de custos contábeis quando da execução de despesas, estabelecendo controle gerencial quanto à distribuição de gastos entre sede e inspetorias, bem como demandas internas de processos administrativos.



8. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU.

O CREA-PA no exercício 2016, bem como nos últimos anos, não foi auditado pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.

As atividades realizadas pelo CREA-PA referente ao controle interno, constam do “Capítulo 4 . Governança”, deste relatório. Lembrando que no exercício de 2016 foram analisados cerca de 212 (duzentos e doze) processos de despesas em seu início, para que, preventivamente, pudesse eliminar riscos.

Dos processos analisados foram geradas várias recomendações para adequação da instrução e da condução dos autos em questões formais e operacionais. As recomendações, quando devidas, constam nas manifestações elaboradas pela Controladoria com vistas à mitigação das inconsistências apuradas.

Além das análises nos processos de pagamento, foram realizadas auditorias nas folhas de pagamento (mensal, férias), rescisões, encargos sociais, contratos, prestações de contas de suprimentos de fundos.

As auditorias da folha de pagamento geraram relatórios dos itens passíveis de correção, que se encontram em fase de análise junto ao RH.

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

Conforme informado anteriormente, no exercício de 2016, o Conselho não foi auditado pelo TCU, e nem pelo Confea, portanto, não consta nenhuma apuração referente ao exercício.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Destacamos a participação do CREA-PA nos seguintes eventos:

Período: Janeiro de 2016.

11/01/2016: - Palestra na Universidade Federal do Pará - Para alunos do Curso de Engenharia Civil.

13/01/2016: - Palestra na Universidade do Estado do Pará - UEPA para colandos de Engenharia Civil.

14/01/2016: - Colação de grau do Curso de Engenharia de Produção da Universidade do Estado do Pará - UEPA.

21/01/2016: - Sessão Plenária Especial Nº 1112 do CREA-PA.

Período: Fevereiro de 2016.

04/02/2016: - Viagem administrativa as Inspetorias do CREA-PA em Paragominas /PA e Capanema / PA;

11/02/2016: - Posse da Excelentíssima Procuradora do Ministério Público do Pará - Dra Rosa Egídia Crespino Calheiros Lopes, para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado.

18/02/2016: - Sessão Plenária Ordinária Nº 1113 do CREA-PA;
- Reunião das Câmaras Especializadas e Comissões do CREA-PA

18/02/2016: - Reunião do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, no Ministério Público Estadual.

24 a 26/02/2016: - 5º Encontro de Líderes Representantes do Sistema Confea / CREAs e Mútua, em Brasília-DF.

26/02/2016: - Cerimônia de Colação de grau do Curso de Engenharia Civil e Agronomia do CEUS / Ulbra, em Santarém / PA.

Período: Março 2016

17/03/2016: - Sessão Plenária Ordinária Nº 1114 do CREA-PA;
- Reunião de Câmaras Especializadas e Comissões do CREA-PA

28/03/2016: - Cerimônia de posse da Diretoria Da FNE - Federação Nacional dos Engenheiros para o exercício 2016-2019.

28 E 29/03/2016: - 1º Treinamento das Comissões de Ética dos Creas da Região Norte da Sede do CREA-PA.

30/03/2016: - Palestra no I Congresso Amazônico de Arquitetura e 1ª Feira Amazônica de Produtos para Aquicultura - Expo Aquam "Desafios da Aquicultura Amazônica".



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



Período: Abril de 2016

- 14/04/2016: - Sessão Plenária Ordinária Nº 1115;
- Reunião das Câmaras Especializadas E Comissões Do CREA-PA
- 11/04/2016: - Solenidade de Posse dos Novos Dirigentes da Associação Comercial do Pará, Conselho da Mulher Empresarial, Conselho das Câmaras Setoriais, Universidade Corporativa, Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial/Pará para o triênio 2016/2018.
- 25/04/2016: - Sessão Especial na Assembleia Legislativa em homenagem aos 82 anos do CREA-PA.
- 27/04/2016: - II Seminário para Construção do PPP-IFPA (Campus Belém / PA). Tema: "O Papel do CREA-PA para a Educação - Formação do Trabalhador e como Responsabilidades e Parcerias Com IFPA (Campus Belém / Pa)"
- 28/04/2015: - Compor a Mesa Oficial da Cerimônia de Abertura do VII Encontro Paraense da Engenharia de Produção - EPAEP 2016. Tema: "A Engenharia de Produção Frente ao Potencial Energético da Região Amazônica".
- 29/04/2015: - A Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC, em parceira com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do estado do Pará - Sinduscon / PA, convida para O Evento - "O Futuro da Minha Cidade".

Período: Maio de 2016

- 04/05/2016: - Encontro preparatório em Paragominas/PA para o Congresso Estadual de Profissionais, a realizar-se em Belém no período de 27 a 29 de junho de 2016.
- 10/05/2015: - Encontro preparatório em Marabá/PA para o Congresso Estadual de Profissionais, a realizar-se em Belém no período de 27 a 29 de junho de 2016.
- 12/05/2016: - Reunião do Fórum Estadual de Combate ao Agrotóxico, do Ministério Público.
- Sessão Plenária Ordinária Nº 1116 do CREA-PA;
- Reunião das Câmaras Especializadas e Comissões do CREA-PA
- 18/05/2016: - I Seminário de Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica - SEPEN da Faculdade Estácio de Sá / Campus IESAM.
- 24/05/2015: - Encontro Preparatório Em Santarém/ PA para o Congresso Estadual de Profissionais, a realizar-se em Belém no período de 27 a 29 de Junho de 2016.

Período: Junho de 2016

- 12/06/2016: Sessão Plenária Ordinária Nº 1117 do CREA-PA;
- Reunião das Câmaras Especializadas e Comissões do CREA-PA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



15 a 17/06/2015: - Reunião do Colégio de Presidentes do Sistema Confea / CREA-PA, na cidade de Porto Alegre / RS.

27 a 29/06/2016: - 9º Congresso Estadual de Profissionais do CREA-PA, na sede do Regional.

29/06/2016: - I Encontro De Setores Produtivos e a Formação de Profissionais do IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Belém /PA: "Cenário Amazônico e as Políticas de Trabalho e Emprego no estado do Pará" , Com Participação do CREA-PA na mesa redonda sobre: "Cenários da Formação Profissional no Estado do Pará: Diálogo com o Mundo do Trabalho".

Período: Julho de 2016

21 a 23/07/2016: - 1ª Etapa de Sistematização Nacional das Propostas do 9º CNP - Congresso Nacional de Profissionais.

Período: Agosto de 2016

04 a 06/08/2016: - Reunião da Coordenação Nacional de Câmaras Especializadas de Segurança do Trabalho, no Soft Hotel Em Belém / PA.

11/08/2016: - Sessão Plenária nº 1118 CREA-PA;
- Reunião das Câmaras Especializadas e Comissões do CREA-PA

18/08/2015: - Colação de Grau da 1ª Turma de Engenharia de Produção da UEPA, Campus Marabá / PA.
- Plenária Extraordinária Do CREA-PA.

28/08/2016: - Workshop: "Todos Juntos Por Um Brasil Mais Acessível", Promovido pelo Ministério Público do Pará.

29/08 a 02/09/2016: - 73ª SOEA - Semana Oficial da Engenharia e Agronomia e 9º Congresso Nacional de Profissão Do Sistema Confea / CREA-PA, na cidade de Nova Iguaçu-PR.

31/08/2016: - Solenidade de Abertura da Semana do Instituto De Tecnologia - SITEC 2016 do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal Do Pará .

15/08/2016: - Plenária Ordinária Nº 1.120 Do CREA-PA;
- Reunião Das Câmaras Especializadas Do CREA-PA

Período: Setembro de 2016

12 a 16/09/2016: - Abertura do II Congresso Amazônico de Meio Ambiente e Serviços Renováveis - II Câmara, no Auditório da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.

16/09/2016: - Palestra aos alunos do Curso de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia Mecânica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



22/09/2016: - Ciclo de Palestras Técnicas promovida pela Fundação Nacional de Saúde, no Auditório da Fundação.

27 a 30/09/2016: - Fiscalização conjunta do Fórum Estadual de Combate aos Agrotóxicos nos municípios paraenses de Acará, Mojú e Tailândia.

30/09/2016: - Reunião no Conselho Consultivo do Parque Ambiental Gunard Vingen, em Belém / PA.

28 a 30/09/2016: - Reunião dos Presidentes dos Creas Norte em Santarém / PA.

Período: Outubro de 2016

04/10/2016: - Reunião da CONSOEA, na sede do Confea, em Brasília / DF.

05, 06 e 07/10/2016: - 5ª Reunião do Colégio de Presidentes do Sistema Confea / CREA-PA, no Rio de Janeiro/ RJ

13/10/2016: - Palestra aos alunos da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Campus Parauapebas / PA. Tema: "O Mercado de Trabalho e as Atribuições do Engenheiro Agrônomo".

13/10/2016: - Sessão Plenária Ordinária nº 1.121 do CREA-PA;
- Reunião das Câmaras Especializadas do CREA-PA
- Palestra no Auditório da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Campus Parauapebas / PA. Tema: "O Mercado de Trabalho e as Atribuições do Engenheiro Agrônomo".

14/10/2016: - Reunião na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor para tratar sobre "Agrotóxicos e Receita Agrônômica".

21/10/2016: - Palestra na Semana Acadêmica na Universidade Federal do Pará - , Campus Salinópolis / PA. Tema: "Sistema Confea / CREA-PA- Atribuição Profissional Do Futuro Engenheiro".

24 e 25/10/2016: - Reunião do Contexto 2016, Comissão do Confeito, na Sede do CREA-PA.
- Reunião de Instalação do Grupo de Trabalho do Confea com objetivo de estudar alteração da Resolução Nº 1013/2015, na Sede do Conselho Federal.

26/10/2016: - II Feira de Inovações Tecnológicas - FEITEC, Faculdade da Amazônia - Campus Ananindeua / PA. Palestra: "Ciência e Sustentabilidade - Construindo a Educação Do Futuro".

27/10/2016: - 5ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos, promovida pelo Ministério Público do estado do Pará.

28/10/2016: - Palestra na Jornada de Engenharia da FAMAZ - Faculdade da Amazônia.

Período: Novembro de 2016

09/11/2016: - Reunião da Câmara Especializada de Engenharia Civil, Segurança do Trabalho e Geologia e Minas - PECO, do CREA-PA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARÁ- CREA-PA



10/11/2016: - Sessão Plenária Ordinária Nº 1.122 do CREA-PA;
- Reunião das Câmaras Especializadas do CREA-PA

29 e 30/11/2016: - Ação Fiscalizatória Conjunta de Mobilização contra os Impactos Causados pelos Agrotóxicos nos Municípios de Santa Izabel do Pará e Castanhal.

Período: Dezembro de 2016

01 e 02/12/2016: - 2ª Etapa do 9º Congresso Nacional de Profissão do Sistema Confea / CREA-PA - CNP, em Brasília / DF.

- Sessão Especial na Assembleia Legislativa do Pará para discutir sobre "Acidentes Envolvendo Embarcações com vias de escarpelamento que vêm ocorrendo constantemente e outras peculiaridades da segurança do tráfico aquaviário".

05/12/2016: - Reunião com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará com apoio do Fórum Norte e Nordeste da Indústria da Construção (FNNIC), para mediar o diálogo com a presidência da Caixa Econômica Federal (CEF), no Auditório Albano Franco da Fiepa.

- Reunião Ordinária do Grupo De Trabalho com objetivo de estudar alteração da Resolução Nº 1.013 / 2005 Do Confea, Em Brasília / DF.

07/12/2016: - Solenidade de Entrega do Diploma do Mérito e Inscrição no Livro do Mérito do CREA-PA, que homenageia profissionais pelos Relevantes Serviços Prestados ao Sistema Confea / CREA, a Engenharia e a Agronomia no estado do Pará, no Auditório da FAEPA.

12 a 14/12/2016: - 1ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea / CREA, na cidade Palmas / To.

14/12/2016: - Reunião da Câmara Especializada de Engenharia Civil, Segurança do Trabalho e Geologia E Minas (Peco) do CREA-PA

20/12/2016: - Plenária Ordinária nº 1.123 do CREA-PA;
- Reunião das Câmaras Especializadas do CREA-PA excetuando-se CEEC E CEMM

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	16.628.516,99	16.163.590,03	Despesa Orçamentária	14.662.633,61	14.149.492,46
RECEITA REALIZADA	16.628.516,99	16.163.590,03	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	159.194,61	
RECEITA CORRENTE	16.628.516,99	15.980.490,03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		14.149.492,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.598.326,13	4.624.583,91	CREDITO EMPENHADO – PAGO	14.503.439,00	
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	4.598.326,13	4.624.583,91	DESPEZA CORRENTE	14.426.853,60	
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	4.598.326,13	4.624.583,91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.306.288,12	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	9.096.654,56	9.001.272,48	ENCARGOS PATRONAIS	2.145.067,75	
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.767.304,78	5.823.499,58	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	335,54	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	5.011.072,11	4.965.996,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.975.162,19	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	756.232,67	857.502,98	DESPEZA DE CAPITAL	76.585,40	
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.329.349,78	3.177.772,90	INVESTIMENTOS	76.585,40	
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.015.484,29	2.848.426,31	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		14.149.492,46
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	313.865,49	329.346,59	DESPEZA CORRENTE		14.035.812,32
RECEITA PATRIMONIAL	1.300,00	2.394,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.387.404,95
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.300,00	2.394,77	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		306,17
RECEITA DE SERVICOS	713.120,55	693.214,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.648.101,20
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	321.179,57	271.930,22	DESPEZA DE CAPITAL		113.680,14
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	198.222,01	159.925,48	INVESTIMENTOS		113.680,14

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	177.986,63	250.887,10	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	14.952,23	10.471,66			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	780,11				
FINANCEIRAS	1.388.934,44	853.692,20			
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS		31.002,20			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	3.430,29	266.007,50			
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	6.396,43	4.452,07			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.379.107,72	552.230,43			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	232.430,57	144.651,55			
DESCONTOS ATIVOS	122,00	71,84			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	6.238,78	2.817,37			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	482.230,43	69.415,35			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	658.207,94	335.346,16			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	346.101,92	357.629,54			
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	346.101,92	357.629,54			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	484.079,39	447.702,67			
DÍVIDA ATIVA	218.953,41	158.907,32			
MULTAS DE INFRAÇÕES	222.613,16	253.455,87			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.512,82	35.339,48			
RECEITA DE CAPITAL		183.100,00			
ALIENACAO DE BENS		183.100,00			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		183.100,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Recebimentos Extraorçamentários	20.351.122,08	34.245.401,78	Pagamentos Extraorçamentários	20.256.716,86	34.191.899,90
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	149,00		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	646,77	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	159.045,61		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	116.585,69	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.186.726,88		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.158.015,64	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	19.005.200,59		Outros Pagamentos Extraorçamentários	18.981.468,76	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.416.886,69	349.287,24	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	4.477.175,29	2.416.886,69
Caixa e Equivalente de Caixa	2.416.886,69		Caixa e Equivalente de Caixa	4.477.175,29	
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		
Total:	39.396.525,76	50.758.279,05		39.396.525,76	50.758.279,05

Belém-PA, 31 de dezembro de 2016

 Bruna Chaves de Oliveira
 Gerente Contábil
 014842-05
 860.192.792-00

 Elias da Silva Lima
 Presidente
 150026525-0 CREA
 048.052.672-91

Notas Explicativas**3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Considerando ainda as disposições da Portaria nº. 184/08, editada pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea – PA foi instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição é regido pela Decisão Plenária do Confea nº PL 0136/2005, de 29 de abril de 2005, que homologa o Regimento do Crea - PA.

A Estrutura Básica, de Suporte e a Auxiliar estão estabelecidas no Regimento do Crea PA, aprovado através da PL 136/05 do Confea, estando a estrutura auxiliar do Crea PA regulada pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários, aprovado pela Decisão de Diretoria nº 033/2016.

2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A partir de 01/01/2013, a Contabilidade do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - Crea – PA, foi elaborada de acordo com as normas do CFC, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade, em de acordo com as NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	18.590.416,86	18.590.416,86	16.628.516,99	-1.961.899,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.475.872,09	4.475.872,09	4.598.326,13	122.454,04
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	4.475.872,09	4.475.872,09	4.598.326,13	122.454,04
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	4.475.872,09	4.475.872,09	4.598.326,13	122.454,04
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	11.577.626,63	11.577.626,63	9.096.654,56	-2.480.972,07
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	8.212.682,29	8.212.682,29	5.767.304,78	-2.445.377,51
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	7.596.731,12	7.596.731,12	5.011.072,11	-2.585.659,01
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	615.951,17	615.951,17	756.232,67	140.281,50
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.364.944,34	3.364.944,34	3.329.349,78	-35.594,56
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.301.249,63	3.301.249,63	3.015.484,29	-285.765,34
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	63.694,71	63.694,71	313.865,49	250.170,78
RECEITA PATRIMONIAL	2.500,00	2.500,00	1.300,00	-1.200,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.500,00	2.500,00	1.300,00	-1.200,00
RECEITA DE SERVICOS	716.918,14	716.918,14	713.120,55	-3.797,59
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	357.435,85	357.435,85	321.179,57	-36.256,28
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	190.344,35	190.344,35	198.222,01	7.877,66
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	162.063,66	162.063,66	177.986,63	15.922,97
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	7.074,28	7.074,28	14.952,23	7.877,95
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	780,11	780,11
FINANCEIRAS	405.000,00	405.000,00	1.388.934,44	983.934,44

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES		170.000,00	170.000,00	3.430,29	-166.569,71		
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		0,00	0,00	6.396,43	6.396,43		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		235.000,00	235.000,00	1.379.107,72	1.144.107,72		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES		85.000,00	85.000,00	232.430,57	147.430,57		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		0,00	0,00	6.238,78	6.238,78		
MULTAS SOBRE ANUIDADES		0,00	0,00	482.230,43	482.230,43		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		150.000,00	150.000,00	658.207,94	508.207,94		
TRANSFERENCIAS CORRENTES		1.000.000,00	1.000.000,00	346.101,92	-653.898,08		
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.000.000,00	1.000.000,00	346.101,92	-653.898,08		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		412.500,00	412.500,00	484.079,39	71.579,39		
DÍVIDA ATIVA		85.000,00	85.000,00	218.953,41	133.953,41		
MULTAS DE INFRAÇÕES		127.500,00	127.500,00	222.613,16	95.113,16		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		200.000,00	200.000,00	42.512,82	-157.487,18		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		18.590.416,86	18.590.416,86	16.628.516,99	-1.961.899,87		
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL		18.590.416,86	18.590.416,86	16.628.516,99	-1.961.899,87		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE		16.931.016,86	16.941.316,86	14.583.298,21	14.426.853,60	14.426.853,60	2.358.018,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.683.000,00	8.462.564,80	8.451.355,87	8.451.355,87	8.451.355,87	11.208,93
REMUNERAÇÃO PESSOAL		6.679.230,77	6.309.468,99	6.306.288,12	6.306.288,12	6.306.288,12	3.180,87
ENCARGOS PATRONAIS		2.003.769,23	2.153.095,81	2.145.067,75	2.145.067,75	2.145.067,75	8.028,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		550,00	521,96	335,54	335,54	335,54	186,42
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		550,00	521,96	335,54	335,54	335,54	186,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.807.466,86	5.913.812,06	5.275.918,07	5.120.213,06	5.120.213,06	637.893,99

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.330.000,00	1.405.533,38	1.401.983,27	1.395.547,00	1.395.547,00	3.550,11
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	250.000,00	263.828,06	263.307,95	263.307,95	263.307,95	520,11
USO DE BENS E SERVIÇOS	392.100,00	689.069,00	386.884,88	376.451,61	376.451,61	302.184,12
DIÁRIAS	459.500,00	621.691,50	616.661,00	616.661,00	616.661,00	5.030,50
PASSAGENS	250.000,00	277.567,18	275.136,67	275.136,67	275.136,67	2.430,51
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	145.000,00	71.269,56	64.722,75	36.257,00	36.257,00	6.546,81
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	2.980.866,86	2.584.853,38	2.267.221,55	2.156.851,83	2.156.851,83	317.631,83
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	20.000,00	49.889,99	16.911,46	16.171,86	16.171,86	32.978,53
TRIBUTOS	20.000,00	49.889,99	16.911,46	16.171,86	16.171,86	32.978,53
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	330.000,00	459.028,05	365.909,70	365.909,70	365.909,70	93.118,35
Despesas de Exercícios Anteriores	150.000,00	115.000,00	84.094,21	84.094,21	84.094,21	30.905,79
SERVIÇOS BANCÁRIOS	380.000,00	379.000,00	312.785,96	312.785,96	312.785,96	66.214,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	210.000,00	176.500,00	160.081,61	160.081,61	160.081,61	16.418,39
SUBVENÇÕES SOCIAIS	210.000,00	176.500,00	160.081,61	160.081,61	160.081,61	16.418,39
RESERVAS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.659.400,00	1.649.100,00	79.335,40	76.585,40	76.585,40	1.569.764,60
INVESTIMENTOS	1.659.400,00	1.649.100,00	79.335,40	76.585,40	76.585,40	1.569.764,60
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	1.170.000,00	1.170.000,00	11.200,00	11.200,00	11.200,00	1.158.800,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	489.400,00	479.100,00	68.135,40	65.385,40	65.385,40	410.964,60
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	18.590.416,86	18.590.416,86	14.662.633,61	14.503.439,00	14.503.439,00	3.927.783,25
SUPERÁVIT	0,00	0,00	1.965.883,38	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.590.416,86	18.590.416,86	16.628.516,99	14.503.439,00	14.503.439,00	1.961.899,87

DESpesas	ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
----------	---------------	-----------------	--------------------	---------------------	---------------------	----------------	---------------

Belém-PA, 31 de dezembro de 2016

Bruna Chaves de Oliveira
Gerente Contábil
014842-05
860.192.792-00

Elias da Silva Lima
Presidente
150026525-0 CREA
048.052.672-91

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	646,77	646,77	646,77	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	646,77	646,77	646,77	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	646,77	646,77	646,77	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	127.065,19	116.585,69	10.479,50	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	117.065,19	106.585,69	10.479,50	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	127.065,19	116.585,69	10.479,50	0,00

Notas Explicativas**3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Considerando ainda as disposições da Portaria nº. 184/08, editada pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea – PA foi instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição é regido pela Decisão Plenária do Confea nº PL 0136/2005, de 29 de abril de 2005, que homologa o Regimento do Crea - PA.

A Estrutura Básica, de Suporte e a Auxiliar estão estabelecidas no Regimento do Crea PA, aprovado através da PL 136/05 do Confea, estando a estrutura auxiliar do Crea PA regulada pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários, aprovado pela Decisão de Diretoria nº 033/2016.

2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A partir de 01/01/2013, a Contabilidade do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - Crea – PA, foi elaborada de acordo com as normas do CFC, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade, em de acordo com as NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

6 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016 foi um Superávit de R\$ 1.965.883,38 (hum milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos), conforme demonstramos:

a) Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/16	R\$ 16.628.516,99
b) (-) Crédito Orçamentário Empenhado até 31/12/16	R\$ 14.662.633,61
c) (=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/16	R\$ 1.965.883,38

Comentário:

O Crea-PA apurou em 31/12/2016 um Superávit Primário no valor de R\$ 2.045.218,78 (dois milhões, quarenta e cinco mil, duzentos e dezoito reais e setenta e oito centavos), conforme demonstramos:

Receita Corrente Arrecadada	R\$ 16.628.516,99
(-) Despesa Corrente Realizada.....	(R\$ 14.583.298,21)
(=) Superávit Primário apurado em 31/12/16	R\$ 2.045.218,78

Ressaltamos que a apuração do Resultado Primário, leva-se em consideração apenas as receitas correntes arrecadadas e despesas correntes realizadas, excluindo-se as despesas e receitas de capital.

Ressaltamos que ao longo do exercício de 2016 o CREA-PA não realizou reformulação orçamentária.

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	4.913.609,82	2.642.107,72	PASSIVO CIRCULANTE	397.392,47	498.745,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.477.175,29	2.416.886,69	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	194.625,27	188.306,86
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.540,660	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	104.126,16	125.156,62	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	646,77	127.711,96
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	98.520,33	88.902,23
ESTOQUES	334.849,03	100.064,41	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	7.047.424,63	7.861.197,82	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	103.600,10	93.824,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	594.224,81	809.597,55	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	593.885,74	809.258,48	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	339,07	339,07	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	6.453.199,82	7.051.600,27	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	5.454.797,20	5.378.211,80	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	3.133.655,83	3.133.655,83	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.135.253,210	1.460.267,360		0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	397.392,47	498.745,05

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	11.563.641,98	10.004.560,49
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.563.641,98	10.004.560,49

TOTAL	11.961.034,45	10.503.305,54	TOTAL	11.961.034,45	10.503.305,54
ATIVO FINANCEIRO	5.115.914,71	2.541.743,31	PASSIVO FINANCEIRO	556.587,08	499.391,82
ATIVO PERMANENTE	6.845.119,74	7.961.562,23	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				11.404.447,37	10.003.913,72

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	4.559.327,63	2.042.351,49

Belém-PA, 31 de dezembro de 2016

Bruna Chaves de Oliveira
Gerente Contábil
014842-05
860.192.792-00

Elias da Silva Lima
Presidente
150026525-0 CREA
048.052.672-91

Notas Explicativas**3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Considerando ainda as disposições da Portaria nº. 184/08, editada pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

4 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará, representando, portanto, uma posição estática.

1.1 – ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

a) Disponível

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/2016 no valor de R\$ 4.477.175,29 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos), se apresentam da seguinte forma:

a.1) Bancos c/ Movimento

Ø Não há saldo disponível em 31/12/16 nas contas movimento do Conselho, conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários, em razão da utilização da contratação do serviço de Aplicação e Resgate automático da conta Supremo criada para controle e rendimento dos saldos diários.

a.2) Bancos c/ Aplicações Financeiras

Ø O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R\$ 4.477.175,29** (quatro milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

a.3) Bancos c/ Aplicações Financeiras – Recursos de convênio

Ø Dentre o saldo disponível em aplicações acima indicados, em 31/12/16, o valor de **R\$ 169.268,59** (cento e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), são relativos à Convênios firmados entre o Crea-Pa e o Conselho Federal, destacados em contas específicas e comprovados através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

b) Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos

b.1) Diversos Responsáveis

Ø Registra o valor a receber de **R\$ 4.031,79** (quatro mil, trinta e um reais e setenta e nove centavos), inscrito em 2015 em favor das empresas SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BELEM, e EQUILIBRIUM WEB SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA EPP, referente ao pagamento indevido e/ou superior dos serviços contratados, bem como novo lançamento no valor de R\$ 12.859,18 relacionado ao pagamento à REDE CELPA - FATURA MES 12/2014 que permanecia em aberto no sistema da empresa por problemas judiciais, pelos quais o Crea-Pa oficiou documentação junto às mesmas para recuperação dos valores cobrados indevidamente ou compensação dos mesmos em quitações posteriores a negociar.

b.2) Devedores da Entidade

Ø Registra o valor a receber de **R\$ 49.581,82** (quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), conforme demonstramos:

1) Banco do Brasil S/A – R\$ 48.702,21

O valor inscrito em Devedor da Entidade em nome do Banco do Brasil S/A, refere-se à cobrança indevida de taxas bancárias, no exercício de 2015. O Crea-Pa oficiou documentação junto ao Banco do Brasil S/A para recuperação dos valores cobrados indevidamente.

2) Imposto de Renda a Compensar – R\$ 879,61

O valor inscrito em Devedor da Entidade em nome do Banco do Brasil S/A, refere-se à cobrança indevida de Imposto de Renda sobre os rendimentos de Poupança no exercício de 2015. O Crea-Pa oficiou documentação junto ao Banco do Brasil S/A para recuperação dos valores cobrados indevidamente.

1.2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo não circulante é composto pelo Imobilizado.

IMOBILIZADO

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, e sofreram ultima avaliação no ano de 2014, pela Comissão de Avaliação Patrimonial que finalizara os trabalhos para alienação dos bens inservíveis ao Conselho. A composição do Imobilizado do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará em 31/12/2016 é de R\$ 6.453.199,82 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), composto da seguinte forma:

Bens Móveis	R\$	5.454.797,20
Bens Imóveis	R\$	3.133.655,83
(-) Depreciação Acumulada	R\$	2.135.253,21
Total do Imobilizado	R\$	6.453.199,82

A discriminação dos bens móveis e imóveis, estão registrados no Balanço Patrimonial da Entidade da seguinte forma:

Bens Móveis

a) Mobiliário em Geral	R\$	1.841.857,21
b) Máquinas Motores e Aparelhos	R\$	1.672.362,41
c) Utensílios de Copa e Cozinha.....	R\$	2.836,18
d) Veículos	R\$	1.176.572,73
e) Equipamentos de Proc. Dados	R\$	280.950,88
f) Sistemas de Proc. Dados.....	R\$	248.542,88
g) Biblioteca e objetos de arte	R\$	46.044,10
h) Outros bens móveis	R\$	68.875,28
i) Equipamentos diversos	R\$	23.158,91
Total de Bens Móveis	R\$	5.454.797,20

Bens Imóveis

a) Edifícios	R\$ 2.112.456,12
b) Terrenos	R\$ 566.026,50
c) Obras em andamento	R\$ 29.896,17
d) Instalações	R\$ 419.332,68
e) Outros bens imóveis	R\$ 5.944,36
Total de Bens Imóveis	R\$ 3.133.655,83

Todos dos bens patrimoniais encontram-se registrados em sistema informatizado.

A contabilização da depreciação dos bens móveis vem sendo realizada no Conselho desde o ano de 2012 conforme orientações no Manual de Procedimentos Contábeis Específicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

Neste exercício de 2016, realizamos o registro acumulado da depreciação anual no mês de dezembro, acrescido dos valores de ajuste levantados pela Comissão de Avaliação Patrimonial, bem como transição intrassistemas de controle patrimonial para demonstração e controle da situação patrimonial do Conselho.

2.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo a curto prazo, está demonstrado no balanço patrimonial como circulante, destacando-se as seguintes obrigações:

Pessoal a Pagar

O valor escriturado na conta de Bolsa estágio a pagar em 31/12/2016 é de **R\$ 2.578,10** (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e dez centavos). Este saldo corresponde a saldo de pagamento da folha de estagiário e de funcionário do mês de dezembro/2016, sem conta salário para depósito automático.

Encargos Sociais a Pagar

O valor escriturado na conta de Encargos Sociais a pagar em 31/12/2016 é de **R\$ 192.047,17** (cento e noventa e dois mil, quarenta e sete reais e dezessete centavos). Este saldo corresponde aos FGTS, PASEP e INSS calculado sobre a folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

Fornecedores Nacionais (Restos a Pagar Processado)

O valor escriturado na conta de Fornecedores Nacionais em 31/12/2016 é de **R\$ 646,77** (seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos). Sua escrituração obedeceu às normas do artigo 36 da Lei nº 4.320/64.

d) Entidades Publicas Credoras

O valor registrado na contabilidade na conta de Obrigações fiscais em 31/12/2016 é de **R\$ 98.520,33** (noventa e oito mil, quinhentos e vinte reais e trinta e três centavos). O referido valor refere-se a retenção de IRRF e INSS dos funcionários no calculo da folha de Dezembro de 2016, bem como retenções de impostos municipais e federais diversos de competência Dezembro/2016 a serem recolhidos em Janeiro do exercício seguinte.

e) Consignações

O valor registrado na contabilidade na conta de Consignações em 31/12/2016, é de **R\$ 103.600,10** (cento e três mil, seiscentos reais e dez centavos). **As consignações referem-se a retenção de valores devidos a ASCREAPA – Associação do funcionários do CREA-PA, Hapvida, Mutua – Caixa de Assistência, Pensão Alimentícia, Contribuição Sindical, Seguros e Empréstimos do Banco do Brasil.**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará apresentou um Superávit Acumulado de exercícios anteriores no valor de R\$ 10.004.560,49 (dez milhões, quatro mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos).

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea – PA foi instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição é regido pela Decisão Plenária do Confea nº PL 0136/2005, de 29 de abril de 2005, que homologa o Regimento do Crea - PA.

A Estrutura Básica, de Suporte e a Auxiliar estão estabelecidas no Regimento do Crea PA, aprovado através da PL 136/05 do Confea, estando a estrutura auxiliar do Crea PA regulada pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários, aprovado pela Decisão de Diretoria nº 033/2016.

2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A partir de 01/01/2013, a Contabilidade do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - Crea – PA, foi elaborada de acordo com as normas do CFC, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade, em de acordo com as NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

7 - RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro apurado em 31/12/16 foi um Superávit no valor de R\$ 4.559.327,63 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

a)	Ativo Financeiro	R\$	5.115.914,71
b)	(-) Passivo Financeiro	R\$	(556.587,08)
c)	(=) Superávit Financeiro em 31/12/16	R\$	4.559.327,63

Comparativo da Despesa Paga

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	18.590.416,86	14.503.439,00	14.503.439,00	4.086.977,86
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	16.941.316,86	14.426.853,60	14.426.853,60	2.514.463,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.462.564,80	8.451.355,87	8.451.355,87	11.208,93
REMUNERAÇÃO PESSOAL	6.309.468,99	6.306.288,12	6.306.288,12	3.180,87
Salários	4.484.997,09	4.483.862,11	4.483.862,11	1.134,98
Gratificação por Tempo de Serviço	572.364,98	572.364,98	572.364,98	0,00
Cargo em Comissão	0,00	0,00	0,00	0,00
Gratificação de Função	404.544,68	404.544,68	404.544,68	0,00
Outras Gratificações	3.873,60	3.873,60	3.873,60	0,00
Gratificação de Natal 13º Salário	529.434,10	529.434,10	529.434,10	0,00
Abono Pecuniário de Férias	160.570,12	160.570,12	160.570,12	0,00
1/3 de Férias - CF/88	132.436,45	132.436,45	132.436,45	0,00
Horas Extras	8.247,97	6.202,08	6.202,08	2.045,89
Substituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Noturno	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Abonos	13.000,00	13.000,00	13.000,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	2.153.095,81	2.145.067,75	2.145.067,75	8.028,06
INSS Patronal	1.519.855,28	1.519.855,28	1.519.855,28	0,00
INSS Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00
FGTS	559.696,19	551.668,13	551.668,13	8.028,06
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	73.544,34	73.544,34	73.544,34	0,00
Outros Encargos Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	521,96	335,54	335,54	186,42
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos A	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA MOBILIARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos A	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS POR ANTECIPACAO DE RECEITA ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos A	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros Sobre Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
Atualização Monetária Sobre Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos A	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISICAO DE BENS E SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos A	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	521,96	335,54	335,54	186,42
Juros e Mora por pagamento em atraso	521,96	335,54	335,54	186,42
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS DE DIVIDA CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS DE DIVIDA MOBILIARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS EM INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.913.812,06	5.120.213,06	5.120.213,06	793.599,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.405.533,38	1.395.547,00	1.395.547,00	9.986,38
Vale Transporte	42.847,64	40.580,13	40.580,13	2.267,51
Programa de Alimentação ao Trabalhador - Pat	1.292.439,78	1.291.567,78	1.291.567,78	872,00
Plano de Saúde	70.245,96	63.399,09	63.399,09	6.846,87
Plano Odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	263.828,06	263.307,95	263.307,95	520,11
Auxílio Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio Creche	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio Uniforme	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio Funeral	0,00	0,00	0,00	0,00
Vacina Anti-gripe	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio Saúde	263.828,06	263.307,95	263.307,95	520,11
USO DE BENS E SERVIÇOS	689.069,00	376.451,61	376.451,61	312.617,39
MATERIAL DE CONSUMO	425.539,00	290.561,72	290.561,72	134.977,28
Materiais de Expediente	91.000,00	61.032,00	61.032,00	29.968,00
Impressos, Formulários e Papéis	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Publicações Técnicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Carteiras de Identificação Profissional	200.000,00	194.549,80	194.549,80	5.450,20
Bandeiras, Flâmulas e Placas	14.000,00	11.754,80	11.754,80	2.245,20

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
Material para Audio, Vídeo e Foto	0,00	0,00	0,00	0,00
Material para Divulgação	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Materiais de Informática	13.320,00	3.391,05	3.391,05	9.928,95
Aquisição de Softwares de Base	0,00	0,00	0,00	0,00
Materiais Elétricos e de Telefonia	20.000,00	1.500,00	1.500,00	18.500,00
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	15.000,00	4.700,60	4.700,60	10.299,40
Material de Copa e Cozinha	4.500,00	3.035,63	3.035,63	1.464,37
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	5.000,00	1.624,00	1.624,00	3.376,00
Gêneros de Alimentação	19.000,00	7.754,84	7.754,84	11.245,16
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Bens Móveis Não Ativáveis	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
Materiais de Distribuição Gratuita /Livros	0,00	0,00	0,00	0,00
Prêmios, Diplomas e Medalhas	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Gás e Outros Materiais Engarrafados	5.219,00	1.219,00	1.219,00	4.000,00
DESPESAS COM VEÍCULOS	232.000,00	63.118,88	63.118,88	168.881,12
Combustíveis e Lubrificantes	173.000,00	23.978,88	23.978,88	149.021,12
Peças e Acessórios	20.000,00	390,00	390,00	19.610,00
Serviço de Segurança e Monitoramento	39.000,00	38.750,00	38.750,00	250,00
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	8.680,00	7.180,00	7.180,00	1.500,00
Outros Materiais de Consumo	8.680,00	7.180,00	7.180,00	1.500,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	22.850,00	15.591,01	15.591,01	7.258,99
Serviço de Auditoria e Perícia	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço de Assessoria e Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Advocatícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Instrutores	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Informática	2.000,00	878,10	878,10	1.121,90
Serviços de Motorista	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Medicina do Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profis.	7.850,00	7.840,00	7.840,00	10,00
Serviços de Integração Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Tradução	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Fotográficos e Vídeos	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço de Divulgação Institucional	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço de Produções Jornalísticas	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
Serviços de Representações	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Serviços Profissionais	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Manutenção e Conservação Dos Bens Imóveis	9.000,00	6.872,91	6.872,91	2.127,09
Encadernação de Documentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrições	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço de Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00
DIÁRIAS	621.691,50	616.661,00	616.661,00	5.030,50
Funcionários	434.589,00	432.265,00	432.265,00	2.324,00
Conselheiros	116.522,00	115.887,50	115.887,50	634,50
Colaboradores	70.580,50	68.508,50	68.508,50	2.072,00
PASSAGENS	277.567,18	275.136,67	275.136,67	2.430,51
Funcionários	87.357,82	87.357,82	87.357,82	0,00
Conselheiros	143.586,31	143.586,31	143.586,31	0,00
Colaboradores	46.623,05	44.192,54	44.192,54	2.430,51
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Funcionários	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselheiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Colaboradores	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	71.269,56	36.257,00	36.257,00	35.012,56
Funcionários	36.064,77	10.847,00	10.847,00	25.217,77
Conselheiros	15.304,79	8.137,00	8.137,00	7.167,79
Colaboradores	10.000,00	9.283,00	9.283,00	717,00
Despesa Com Excesso de Bagagem	0,00	0,00	0,00	0,00
Pedágios	0,00	0,00	0,00	0,00
Estacionamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Fretes e Transportes de Encomendas	9.900,00	7.990,00	7.990,00	1.910,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	2.584.853,38	2.156.851,83	2.156.851,83	428.001,55
Serviço de Auditoria e Perícia	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço de Assessoria e Consultoria	6.000,00	4.050,00	4.050,00	1.950,00
Serviços Advocatícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Instrutores	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Informática	132.500,00	118.632,60	118.632,60	13.867,40
Serviços de Motorista	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem	168.081,28	142.314,57	142.314,57	25.766,71
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	250.918,72	247.718,58	247.718,58	3.200,14
Serviços de Medicina do Trabalho	4.000,00	1.400,00	1.400,00	2.600,00
Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profis.	26.627,26	14.182,00	14.182,00	12.445,26

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
Serviços de Intermediação de Estágios	30.000,00	23.825,03	23.825,03	6.174,97
Remuneração de Estagiários	150.000,00	139.298,24	139.298,24	10.701,76
Remuneração de Menores Aprendizizes	18.773,76	18.773,76	18.773,76	0,00
Serviços de Integração Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Tradução	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Fotográficos e Vídeos	5.000,00	1.900,00	1.900,00	3.100,00
Serviço de Divulgação Institucional	24.300,00	8.286,08	8.286,08	16.013,92
Serviço de Produções Jornalísticas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Serviços de Representações	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Serviços Profissionais	14.566,86	2.848,49	2.848,49	11.718,37
Seguros de Bens Móveis	18.500,00	16.000,00	16.000,00	2.500,00
Seguros de Bens Imóveis	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Seguros de Viagens / Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	26.500,00	20.569,39	20.569,39	5.930,61
Locação de Bens Imóveis	252.615,21	223.189,77	223.189,77	29.425,44
Condomínios	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção e Conservação Bens Móveis	75.884,79	62.776,20	62.776,20	13.108,59
Manutenção e Conservação Dos Bens Imóveis	11.000,00	4.050,00	4.050,00	6.950,00
Manutenção e Conservação de Veículos	77.000,00	59.021,54	59.021,54	17.978,46
Serviços de Energia Elétrica	279.500,00	250.583,99	250.583,99	28.916,01
Serviços de Água e Esgoto	34.460,98	24.802,64	24.802,64	9.658,34
Postagem de Correspondência de Cobrança	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Postagem de Correspondência Institucional	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Telecomunicações	250.224,52	202.122,61	202.122,61	48.101,91
Serviços de Internet	379.612,00	348.491,14	348.491,14	31.120,86
Telemarketing	16.700,00	1.413,70	1.413,70	15.286,30
Assinaturas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Publicações Técnicas	30.000,00	24.000,00	24.000,00	6.000,00
Confecção de Revistas	218.388,00	175.429,00	175.429,00	42.959,00
Confecção de Livros	0,00	0,00	0,00	0,00
Impressão de Boletins	0,00	0,00	0,00	0,00
Impressos Gráficos	10.000,00	1.550,00	1.550,00	8.450,00
Cópias e Microfilmagem de Documentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Encadernação de Documentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Inscrições	1.700,00	1.390,00	1.390,00	310,00
Serviço de Alimentação	50.000,00	18.232,50	18.232,50	31.767,50
Despesas com Eleição	0,00	0,00	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	49.889,99	16.171,86	16.171,86	33.718,13

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
TRIBUTOS	49.889,99	16.171,86	16.171,86	33.718,13
Inss Sobre Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos e Taxas	19.889,99	6.937,46	6.937,46	12.952,53
Despesas Judiciais	30.000,00	9.234,40	9.234,40	20.765,60
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota Parte MUTUA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota Parte CONFEA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	459.028,05	365.909,70	365.909,70	93.118,35
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Reposições	92.428,05	90.392,04	90.392,04	2.036,01
Despesas de Exercícios Anteriores	115.000,00	84.094,21	84.094,21	30.905,79
DEA 2012	0,00	0,00	0,00	0,00
DEA 2013	0,00	0,00	0,00	0,00
DEA 2014	0,00	0,00	0,00	0,00
DEA 2015	115.000,00	84.094,21	84.094,21	30.905,79
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	201.600,00	189.097,45	189.097,45	12.502,55
PREMIAÇÕES CULTURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
PREMIAÇÕES ARTÍSTICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
PREMIAÇÕES CIENTÍFICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
PREMIAÇÕES DESPORTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
ORDENS HONORÍFICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS PREMIAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
INCENTIVOS A CIÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
INCENTIVOS A CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00
INCENTIVOS AO ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS INCENTIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Semana Oficial de Engenharia e Agronomia - SOEA	50.000,00	2.326,00	2.326,00	47.674,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	379.000,00	312.785,96	312.785,96	66.214,04
Taxa Sobre Serviços Bancários	40.000,00	33.496,98	33.496,98	6.503,02
Despesas Com Cobrança	339.000,00	279.288,98	279.288,98	59.711,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	176.500,00	160.081,61	160.081,61	16.418,39
SUBVENÇÕES SOCIAIS	176.500,00	160.081,61	160.081,61	16.418,39
Prodesu	153.500,00	138.805,09	138.805,09	14.694,91
Aperfeiçoamento Técnico Cultural de Profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades - RES. 1032	23.000,00	21.276,52	21.276,52	1.723,48
Subvenções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas CREA-PA/CAU	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Contingência	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.649.100,00	76.585,40	76.585,40	1.572.514,60
INVESTIMENTOS	1.649.100,00	76.585,40	76.585,40	1.572.514,60
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	1.170.000,00	11.200,00	11.200,00	1.158.800,00
Obras e Instalações em andamento	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00
Reformas	1.000.000,00	11.200,00	11.200,00	988.800,00
TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	479.100,00	65.385,40	65.385,40	413.714,60
Mobiliário em geral	81.900,00	0,00	0,00	81.900,00
Máquinas, Motores e Aparelhos	257.200,00	32.977,40	32.977,40	224.222,60
Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Sistemas de Processamento de Dados	90.000,00	32.408,00	32.408,00	57.592,00
Biblioteca e Objetos de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00
Marcas e Patentes	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00
Marcas e Patentes	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição, Reforma e Construção de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (Dívida Fundada)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital A	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	18.590.416,86	14.503.439,00	14.503.439,00	4.086.977,86

Belém-PA, 31 de dezembro de 2016

Bruna Chaves de Oliveira
Gerente Contábil
014842-05
860.192.792-00

Elias da Silva Lima
Presidente
150026525-0 CREA
048.052.672-91

Comparativo da Receita

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
RECEITA REALIZADA	18.590.416,86	16.628.516,99	16.628.516,99	1.961.899,87
RECEITA CORRENTE	18.590.416,86	16.628.516,99	16.628.516,99	1.961.899,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.475.872,09	4.598.326,13	4.598.326,13	-122.454,04
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.475.872,09	4.598.326,13	4.598.326,13	-122.454,04
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	4.475.872,09	4.598.326,13	4.598.326,13	-122.454,04
Anotação de Responsabilidade Técnica	4.474.172,09	4.597.073,33	4.597.073,33	-122.901,24
Receituário Agrônômico	1.700,00	1.252,80	1.252,80	447,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.577.626,63	9.096.654,56	9.096.654,56	2.480.972,07
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	8.212.682,29	5.767.304,78	5.767.304,78	2.445.377,51
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	7.596.731,12	5.011.072,11	5.011.072,11	2.585.659,01
Nível Superior	5.338.243,49	3.708.300,22	3.708.300,22	1.629.943,27
Nível Médio	2.258.487,63	1.302.771,89	1.302.771,89	955.715,74
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	615.951,17	756.232,67	756.232,67	-140.281,50
Nível Superior	410.634,11	458.367,02	458.367,02	-47.732,91
Nível Médio	205.317,06	297.865,65	297.865,65	-92.548,59
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.364.944,34	3.329.349,78	3.329.349,78	35.594,56
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.301.249,63	3.015.484,29	3.015.484,29	285.765,34
Faixa 1	310.706,55	257.657,98	257.657,98	53.048,57
Faixa 2	699.089,74	654.150,16	654.150,16	44.939,58
Faixa 3	699.089,74	591.829,07	591.829,07	107.260,67
Faixa 4	310.704,68	335.158,52	335.158,52	-24.453,84
Faixa 5	194.191,59	224.601,56	224.601,56	-30.409,97
Faixa 6	466.057,96	498.709,81	498.709,81	-32.651,85
Faixa 7	621.409,37	453.377,19	453.377,19	168.032,18
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	63.694,71	313.865,49	313.865,49	-250.170,78
Faixa 1	10.097,96	33.913,75	33.913,75	-23.815,79
Faixa 2	18.642,39	68.974,73	68.974,73	-50.332,34
Faixa 3	9.321,20	58.281,16	58.281,16	-48.959,96
Faixa 4	10.874,66	38.135,51	38.135,51	-27.260,85
Faixa 5	3.883,83	24.912,66	24.912,66	-21.028,83
Faixa 6	4.660,58	38.533,43	38.533,43	-33.872,85
Faixa 7	6.214,09	51.114,25	51.114,25	-44.900,16
COTA PARTE	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional AC	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional AL	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
Conselho Regional AM	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional AP	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional BA	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional CE	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional DF	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional ES	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional GO	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional MA	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional MG	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional MS	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional MT	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional PA	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional PB	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional PE	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional PI	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional PR	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional RJ	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional RN	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional RO	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional RR	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional RS	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional SC	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional SE	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional SP	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Regional TO	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos/Creas	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.500,00	1.300,00	1.300,00	1.200,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.500,00	1.300,00	1.300,00	1.200,00
Aluguéis	2.500,00	1.300,00	1.300,00	1.200,00
RECEITA DE SERVICOS	716.918,14	713.120,55	713.120,55	3.797,59
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	357.435,85	321.179,57	321.179,57	36.256,28
Profissionais - Pessoas Físicas	215.537,18	189.594,18	189.594,18	25.943,00
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	141.898,67	131.585,39	131.585,39	10.313,28
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	190.344,35	198.222,01	198.222,01	-7.877,66
Profissionais - Pessoas Físicas	190.344,35	198.222,01	198.222,01	-7.877,66
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	162.063,66	177.986,63	177.986,63	-15.922,97
Profissionais - Pessoas Físicas	88.256,67	99.774,52	99.774,52	-11.517,85
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	73.806,99	78.212,11	78.212,11	-4.405,12
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	7.074,28	14.952,23	14.952,23	-7.877,95
Profissionais - Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	7.074,28	14.952,23	14.952,23	-7.877,95
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	780,11	780,11	-780,11
Revistas	0,00	780,11	780,11	-780,11
Livros	0,00	0,00	0,00	0,00
Publicações Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
Botons	0,00	0,00	0,00	0,00
Apostilas	0,00	0,00	0,00	0,00
Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Ônus de Sucumbência	0,00	0,00	0,00	0,00
Custas Processuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Autorais	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação Com Custos de Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Despesas Postais	0,00	0,00	0,00	0,00
Fotocópias	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCEIRAS	405.000,00	1.388.934,44	1.388.934,44	-983.934,44
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros Sobre Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sobre Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	170.000,00	3.430,29	3.430,29	166.569,71
Pessoas Físicas	170.000,00	3.405,23	3.405,23	166.594,77
Pessoas Jurídicas	0,00	25,06	25,06	-25,06
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	6.396,43	6.396,43	-6.396,43
Pessoas Físicas	0,00	2.463,72	2.463,72	-2.463,72
Pessoas Jurídicas	0,00	3.932,71	3.932,71	-3.932,71
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	235.000,00	1.379.107,72	1.379.107,72	-1.144.107,72
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	85.000,00	232.430,57	232.430,57	-147.430,57
Pessoas Físicas	85.000,00	232.308,57	232.308,57	-147.308,57
Pessoas Jurídicas	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTOS ATIVOS	0,00	122,00	122,00	-122,00
Descontos obtidos de Diversas Origens	0,00	122,00	122,00	-122,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	6.238,78	6.238,78	-6.238,78
Pessoas Físicas	0,00	4.140,78	4.140,78	-4.140,78
Pessoas Jurídicas	0,00	2.098,00	2.098,00	-2.098,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	482.230,43	482.230,43	-482.230,43
Pessoas Físicas	0,00	301.627,23	301.627,23	-301.627,23
Pessoas Jurídicas	0,00	180.603,20	180.603,20	-180.603,20
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	150.000,00	658.207,94	658.207,94	-508.207,94
Fundos de Aplicação Lastreado em Títulos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
Poupança	25.000,00	39.581,71	39.581,71	-14.581,71
Fundos de Investimentos Lastreados em Títulos do Tesouro Nacional	125.000,00	618.626,23	618.626,23	-493.626,23
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.000.000,00	346.101,92	346.101,92	653.898,08
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.000.000,00	346.101,92	346.101,92	653.898,08
Convênios CONFEA x CREA	800.000,00	272.701,92	272.701,92	527.298,08
Convênios MUTUA x CREA	200.000,00	73.400,00	73.400,00	126.600,00
Transferencias Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias de Inst. Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	412.500,00	484.079,39	484.079,39	-71.579,39
DÍVIDA ATIVA	85.000,00	218.953,41	218.953,41	-133.953,41
Tributária (Anuidades)	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Tributária (Multas Disc. Leis 5194/66 e 6496/77)	85.000,00	218.953,41	218.953,41	-133.953,41
MULTAS DE INFRAÇÕES	127.500,00	222.613,16	222.613,16	-95.113,16
Pessoas Físicas	127.500,00	60.245,79	60.245,79	67.254,21
Pessoas Jurídicas	0,00	162.367,37	162.367,37	-162.367,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200.000,00	42.512,82	42.512,82	157.487,18
Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	200.000,00	42.512,82	42.512,82	157.487,18
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Não Identificadas	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e Utensílios de Escritórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizacao de Emprest. a Orgaos de Fisc. de Exerc	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio A	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	18.590.416,86	16.628.516,99	16.628.516,99	1.961.899,87

Belém-PA, 31 de dezembro de 2016

 Bruna Chaves de Oliveira
 Gerente Contábil
 014842-05
 860.192.792-00

 Elias da Silva Lima
 Presidente
 150026525-0 CREA
 048.052.672-91

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	16.628.516,99	15.980.490,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.598.326,13	4.624.583,91
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.598.326,13	4.624.583,91
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	4.598.326,13	4.624.583,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.096.654,56	9.001.272,48
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.767.304,78	5.823.499,58
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	5.011.072,11	4.965.996,60
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	756.232,67	857.502,98
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.329.349,78	3.177.772,90
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.015.484,29	2.848.426,31
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	313.865,49	329.346,59
RECEITA PATRIMONIAL	1.300,00	2.394,77
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.300,00	2.394,77
RECEITA DE SERVIÇOS	713.120,55	693.214,46
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	321.179,57	271.930,22
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	198.222,01	159.925,48
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	177.986,63	250.887,10
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	14.952,23	10.471,66
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	780,11	0,00
FINANCEIRAS	1.388.934,44	853.692,20
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	31.002,20
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	3.430,29	266.007,50
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	6.396,43	4.452,07
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.379.107,72	552.230,43
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	232.430,57	144.651,55
DESCONTOS ATIVOS	122,00	71,84
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	6.238,78	2.817,37
MULTAS SOBRE ANUIDADES	482.230,43	69.415,35
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	658.207,94	335.346,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	346.101,92	357.629,54
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	346.101,92	357.629,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	484.079,39	447.702,67
DÍVIDA ATIVA	218.953,41	158.907,32
MULTAS DE INFRAÇÕES	222.613,16	253.455,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.512,82	35.339,48
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	34.245.401,78
OUTROS INGRESSOS	20.191.927,47	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPESA CORRENTE	14.426.853,60	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.306.288,12	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	2.145.067,75	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	335,54	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.975.162,19	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	14.035.812,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.387.404,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	306,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.648.101,20
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	34.191.899,90
OUTROS DESEMBOLSOS	20.256.716,86	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.136.874,00	1.998.179,59
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
ALIENACAO DE BENS	0,00	183.100,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	183.100,00
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	76.585,40	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	113.680,14
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-76.585,40	69.419,86
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.060.288,60	2.067.599,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.416.886,69	349.287,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	4.477.175,29	2.416.886,69

Belém-PA, 31 de dezembro de 2016

 Bruna Chaves de Oliveira
 Gerente Contábil
 014842-05
 860.192.792-00

 Elias da Silva Lima
 Presidente
 150026525-0 CREA
 048.052.672-91

Notas Explicativas**3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Considerando ainda as disposições da Portaria nº. 184/08, editada pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea – PA foi instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição é regido pela Decisão Plenária do Confea nº PL 0136/2005, de 29 de abril de 2005, que homologa o Regimento do Crea - PA.

A Estrutura Básica, de Suporte e a Auxiliar estão estabelecidas no Regimento do Crea PA, aprovado através da PL 136/05 do Confea, estando a estrutura auxiliar do Crea PA regulada pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários, aprovado pela Decisão de Diretoria nº 033/2016.

8 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extra-orçamentários, dos desembolsos da despesa corrente e dos desembolsos extra-orçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:

ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES**Ingressos**

Receita Orçamentária	R\$ 16.628.516,99
Outros Ingressos	R\$ 20.191.927,47

Desembolsos

Despesa Orçamentária.....	R\$ 14.426.853,60
Outros Desembolsos	R\$ 20.256.716,86

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Ingressos

Receita de Capital R\$ 0,00

Desembolso

Despesas de Capital (investimentos) R\$ 76.585,40

Apuração do Fluxo de Caixa no Período R\$ 2.060.288,60**2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

A partir de 01/01/2013, a Contabilidade do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - Crea – PA, foi elaborada de acordo com as normas do CFC, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade, em de acordo com as NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	16.421.083,09	15.866.453,04	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	14.862.001,60	14.760.195,56
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.598.326,13	4.624.700,13	PESSOAL E ENCARGOS	9.846.902,87	9.797.719,49
TAXAS	4.598.326,13	4.624.700,13	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	6.306.288,12	6.241.028,25
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	4.598.326,13	4.624.700,13	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	6.306.288,12	6.241.028,25
CONTRIBUIÇÕES	9.096.654,56	9.001.272,48	ENCARGOS PATRONAIS	2.145.067,75	2.145.818,62
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	9.096.654,56	9.001.272,48	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	2.145.067,75	2.145.818,62
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	9.096.654,56	9.001.272,48	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.395.547,00	1.410.314,54
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	714.420,55	695.493,01	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.395.547,00	1.410.314,54
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	714.420,55	695.493,01	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	558,08
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	714.420,55	695.493,01	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	0,00	558,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.387.092,66	853.692,20	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.902.206,11	3.646.193,47
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	31.002,20	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	126.075,98	218.311,35
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	31.002,20	CONSUMO DE MATERIAL	126.075,98	218.311,35
JUROS E ENCARGOS DE MORA	9.826,72	270.459,57	SERVIÇOS	3.101.144,28	2.971.270,98
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	9.826,72	270.459,57	DIARIAS	616.661,00	531.830,50
VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS	238.669,35	147.468,92	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	326.984,68	214.495,11
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	238.669,35	147.468,92	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	2.157.498,60	2.224.945,37
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.138.596,59	404.761,51	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	674.985,85	456.611,14
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.138.596,59	404.761,51	DEPRECIACAO	674.985,85	456.611,14
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	346.101,92	357.629,54	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	313.121,50	289.276,08
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	346.101,92	357.629,54	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	312.785,96	288.969,91
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	346.101,92	357.629,54	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	312.785,96	288.969,91
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	278.487,27	333.665,68	JUROS E ENCARGOS DE MORA	335,54	306,17
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	278.487,27	333.665,68	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	335,54	306,17
MULTAS ADMINISTRATIVAS	224.454,94	253.455,87	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	160.081,61	175.382,33

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES	52.992,32	35.339,48	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	160.081,61	175.382,33
DÍVIDA ATIVA	1.040,01	620,20	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	160.081,61	175.382,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	44.250,13	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	213.450,80
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	2.250,00
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	0,00	2.250,00
			PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	211.200,80
			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	211.200,80
			TRIBUTÁRIAS	16.171,86	17.202,04
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.171,86	17.202,04
			IMPOSTOS	16.171,86	17.202,04
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	623.517,65	620.971,35
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	623.517,65	620.971,35
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	623.517,65	620.971,35
Total das Variações Ativas :	16.421.083,09	15.866.453,04	Total das Variações Passivas :	14.862.001,60	14.760.195,56
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	1.559.081,49	1.106.257,48
Total	16.421.083,09	15.866.453,04	Total	16.421.083,09	15.866.453,04

Belém-PA, 31 de dezembro de 2016

 Bruna Chaves de Oliveira
 Gerente Contábil
 014842-05
 860.192.792-00

 Elias da Silva Lima
 Presidente
 150026525-0 CREA
 048.052.672-91

Notas Explicativas**3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Considerando ainda as disposições da Portaria nº. 184/08, editada pelo Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea – PA foi instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição é regido pela Decisão Plenária do Confea nº PL 0136/2005, de 29 de abril de 2005, que homologa o Regimento do Crea - PA.

A Estrutura Básica, de Suporte e a Auxiliar estão estabelecidas no Regimento do Crea PA, aprovado através da PL 136/05 do Confea, estando a estrutura auxiliar do Crea PA regulada pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários, aprovado pela Decisão de Diretoria nº 033/2016.

2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A partir de 01/01/2013, a Contabilidade do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - Crea – PA, foi elaborada de acordo com as normas do CFC, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade, em de acordo com as NBCT 16 Normas Brasileiras Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

5 - RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea-Pa apresentou no exercício de 2016 um Superávit de R\$ 1.559.081,49 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, oitenta e um reais e quarenta e nove

centavos). A composição do Superávit em 2016 foi a seguinte:

a) Variação Patrimonial Aumentativa	RS 16.421.083,09
b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva	RS 14.862.001,60
c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/16	R\$ 1.559.081,49

O Resultado apurado no exercício foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.